DENISE MACEDO ZILIOTTO

TRABALHADOR-CONSUMIDOR:
Subjetividade na Sociedade de Consumo e seus Efeitos no Mundo do Trabalho

Tese apresentada no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Social
Orientador: Prof. Dr. Sigmar Malvezzi

São Paulo
2005

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ziliotto, Denise

Trabalhador - Consumidor: Subjetividade na Sociedade de Consumo e seus Efeitos no Mundo do Trabalho / Denise Macedo Ziliotto; orientador Sigmar Malvezzi. -- São Paulo, 2005.

171 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2005.

1. consumo. 2. trabalho. 3. estudos culturais. 4. psicologia social. 5. literatura. I.Malvezzi, Sigmar, orient. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Denise Macedo Ziliotto
Trabalhador-consumidor:Subjetividade
na Sociedade de Consumo e seus
Efeitos no Mundo do Trabalho

Tese apresentada no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia

Área de concentração**:** Psicologia Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Sigmar Malvezzi

Instituição:USP /IP Assinatura:_____

Prof. Drª Miriam Debieux

Instituição:USP /IP Assinatura:_____

Prof. Dr. Geraldo José de Paiva

Instituição:USP /IP Assinatura:_____

Prof. Drª Maria da Graça Jacques

Instituição: UFRGSAssinatura:_____

Prof. Dr. José Roberto Heloani

Instituição: FGV/UNICAMP Assinatura:_____

AGRADECIMENTOS

Este texto foi tecido a partir de muitos encontros, resultado de mãos que me estenderam seu saber e seu afeto. As idéias que transmito nesta tese tiveram vida a partir dessas relações, construídas por diferentes desejos que se implicaram nesse percurso, as quais relembro neste momento.

Ao prof. Dr. Sigmar Malvezzi pela atenção, pelo primor científico de sua orientação e pela aposta em meus projetos;

À professora Miriam Debieux, pela sensibilidade e parceria intelectual em vários momentos de meu doutoramento;

Ao professor Geraldo José de Paiva, pela acolhida no percurso acadêmico e disponibilidade extremamente cordial;

À professora Maria da Graça Jacques, com admiração por sua postura e dedicação profissional, referência importante em minha escolha profissional;

Ao professor José Roberto Heloani, pela receptividade e apoio na etapa decisiva desta tese;

À professora Neuza Guareschi, que escutou em primeira mão meu desejo de pesquisa e o reconheceu como legítimo;

À professora Liliane Froemming, pela troca de idéias e pela escuta dedicada que me incentivou a prosseguir;

Ao professor Luis Carlos Nogueira (in memoriam), pela gênese de muitas idéias deste trabalho a partir de seu seminário, em que partilhava o saber com ímpar generosidade;

À prof Leny Sato pela indicação de leituras que me introduziram no debate sobre o mundo do trabalho e pela sua generosidade em minha prática no Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CIPAT) da USP;

À Nalva, pelo incondicional e dedicado suporte em todos os processos em que solicitei sua ajuda na USP, o que oportunizou muitas realizações;

Aos professores Alexandre e Eliana, mestres do francês que me ensinaram mais do que o idioma: transmitiram muito sobre a vida;

Ao Centro Universitário Feevale, pelo apoio e compreensão de minhas demandas durante meu doutoramento;

Às amigas Clarice, Deisy e Bia, companheiras de longo tempo, pela alegria do convívio terno em todas as horas; à Estefania, Heloisa, Tatiana Assadi, Ely, Adriana, Isleide, encontros felizes no percurso de estudo que me brindaram com sua amizade; à Sueli Cabral e Tatiana Jacques, pelas leituras e carinho em momentos de intenso trabalho.

Aos alunos e a todos que se dispuseram a me escutar quando repartia minhas idéias acerca do trabalho e do consumo; foi a partir das muitas aproximações da temática, a partir de várias matizes, que se construíram as idéias desta tese;

À Susana, ao Paulo e à Patrícia, irmãos e cunhada, pelo interesse em minhas investigações e investidas no mundo acadêmico e aos meus pais pelo apoio nesta jornada;

Ao Cristiano e à Stella, que me trouxeram beijos carinhosos durante minhas hibernações no escritório, acalentando a labuta com muito afeto.

RESUMO

ZILIOTTO, Denise Macedo. **Trabalhador-Consumidor: Subjetividade na Sociedade de Consumo e seus Efeitos no Mundo do Trabalho.** 2005. 175 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

A psicologia do trabalho vivencia impasses relacionados ao seu próprio objeto e à compreensão das transformações no mundo contemporâneo.Desde o final do século XIX, o trabalho passou a ser dimensionado pela sua institucionalização na forma do emprego, constituindo-se numa referência importante numa sociedade que se industrializava muito rapidamente. Contudo, a sustentação desse referente social tem impactos na subjetividade e sofre modificações a partir da sociedade de consumo, na qual as trocas sociais são marcadas pela mediação e usufruto de bens e serviços, lógica à que o trabalho também adere. Teorizamos que a Psicologia do Trabalho, em sua análise acerca da organização do trabalho e do sofrimento psíquico, necessita incluir a dimensão do consumo em sua reflexão, tendo em vista sua presença incontestável no trabalhar hoje. Para provar essa proposição, apresentamos formulações oriundas das teorias da sociedade de consumo que explicitam as mudanças ocorridas nas relações entre os sujeitos e a sua condição de vida, a partir das modalidades de enfrentamento das vicissitudes da existência, levando em conta as contingências históricas da sociedade industrial. O norteador teórico desta análise é a Psicanálise, especialmente as contribuições de Freud e Lacan, em que as formulações de mal-estar e de discurso são balizadoras. A construção desta proposição busca no texto A Caverna, de José Saramago, o registro literário que metaforiza as questões nodais da relação entre trabalho e consumo, o que possibilita um diálogo profícuo entre um discurso que pode ser tomado como social e a formulação teórica proposta. Na consecução desse percurso, indicamos os desdobramentos que vislumbramos no mundo do trabalho a partir da implicação entre o trabalho e a sociedade de consumo.

Descritores: Psicologia do Trabalho; sociedade de consumo; trabalho; consumo; subjetividade

ABSTRACT

ZILIOTTO, Denise Macedo. **Consumer-Worker: Subjectivity in the Consumption Society and its Effects on the Work World.** 2005. 175 p. Thesis (Doctoral). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

Work psychology has gone through impasses related both to its own object and to the understanding of contemporary world changes. Since the late nineteenth century, work has been dimensioned from its institutionalization as a job, thus constituting an important reference in a society that was quickly becoming industrialized. However, supporting this social reference has impacts upon subjectivity and undergoes changes from the consumption society, in which social exchanges are marked by both mediation and fruition of products and services, a logic to which work also adheres. We have theorized that work psychology, in its analysis of work organizations and psychic suffering, needs to include the consumption dimension in its reflection, considering its incontestable presence in working today. In order to prove this proposition, we have presented formulations stemmed from theories about the consumption society that make explicit the changes both in relationships among subjects and in their livelihood, from the modalities to face vicissitudes of existence, taking into account the historical contingencies of the industrial society. The theoretical guideline of this analysis is Psychoanalysis, especially the contributions made by Freud and Lacan, in which formulations of discontentment and discourse are considered. The construction of this proposition finds in the text *The Cave*, by José Saramago, the literary record that provides a metaphor to central issues of the relationship between work and consumption, which allows for a productive dialogue between a discourse that can be taken as social and the theoretical formulation proposed. In the achievement of this trajetory, we have identified developments in the work world from the implication between work and consumption society.

Key Words: Work psychology; consumption society; work; consumption; subjectivity.

:

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **10**

INTRODUÇÃO **14**

1 A PSICOLOGIA DO TRABALHO E SUAS INTERFACES **23**
1.1 EMBATES DO MUNDO DO TRABALHO 24
1.1.2 Conseqüências no Mundo do Trabalho **28**
1.2 AS RESPOSTAS DA PSICOLOGIA AO MUNDO DO TRABALHO 32
1.2.1 A Dimensão do Sofrimento Psíquico no Trabalho **40**
1.3 A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO 47
1.4 A PSICOLOGIA DO CONSUMIDOR 57
1.4.1 A História da Psicologia do Consumidor **62**

2 DIÁLOGOS COM A TEORIA DA SOCIEDADE DE CONSUMO **66**
2.1 O SUJEITO: O PÓS-MODERNO E O DO CONSUMO 73
2.2 A HISTÓRIA DO DINHEIRO: UMA METÁFORA INTERESSANTE 83
2.3 O TRABALHO ENQUANTO MERCADORIA 87
2.4 O ENTRETENIMENTO – O GANHO 91

3 A CONTRIBUIÇÃO DA PSICANÁLISE **96**
3.1 A PSICOLOGIA SOCIAL E PSICANÁLISES 97
3.2 O TRABALHO EM FREUD 106
3.3 O CONCEITO DE MAL-ESTARE O TRABALHO 110
3.4 A TEORIA DOS QUATRO DISCURSOS 115
3.4.1 O Discurso do Capitalista **120**
3.5 A CONTRIBUIÇÃO DE HEGEL 124
3.6 A PSICANÁLISE E O SABER 128
3.7 O LUGAR ONDE SE PAGA PARA TRABALHAR 134

4. O RELATO DA LITERATURA **138**
4.1 O DISCURSO DE CIPRIANO 141

INTERLOCUÇÕES E ENCAMINHAMENTOS **154**

REFERÊNCIAS **162**

APRESENTAÇÃO

Inicio este texto dando-lhe subjetividade, partilhando a construção da temática desta tese em minha vida, descrevendo como a questão de que me ocupo foi tomando lugar e solicitando reflexão. Quando ingressei na graduação em Psicologia, aos 17 anos, justificava que gostaria de mudar o mundo e, para isso, me tornaria uma psicóloga comunitária. Mas confesso que minha fidelidade ao intento durou pouco: no segundo ano de faculdade, estava correndo pelo campus da PUC, dividindo-me entre as disciplinas do terceiro semestre do curso e as do primeiro no Jornalismo. Tinha resolvido assumir a paixão pela escrita e fiz mais um vestibular, para desespero dos meus pais. Essa loucura fez-me muito feliz nos anos universitários, e esse gosto pelo conhecimento com certeza acompanha-me desde sempre.

Distante das minhas elevadas pretensões como psicóloga caloura, ingressei no mercado de trabalho na última década do século XX na área organizacional – Psicologia do Trabalho, nem sabia que existia – e clínica, também fazendo alguns trabalhos em assessoria de imprensa. A incoerência entre minhas pretensões na academia e meus feitos depois dela não me causava crises existenciais, mas deixava um rastro de ceticismo sobre o abandono tão fácil de minhas antigas causas, pois não encontrava o traço social na minha escolha profissional.

Algum tempo depois, supostamente aumentando ainda mais as distâncias entre as intenções acadêmicas e o meu trabalho, ingresso no mestrado de Administração, pois buscava entender melhor o mundo organizacional a partir das premissas dessa área. Optei pela ênfase em Marketing – contrariando a lógica, que apontaria para Recursos Humanos –, justificando a pessoa do orientador da dissertação como responsável por esse "desvio", pois era uma referência profissional e ética importante. O inusitado trajeto incita-me a estudar o comportamento do consumidor, assunto que ainda me interessa depois nove anos e novos horizontes. Nesse ínterim, comecei a compartilhar a docência com a jornada de psicóloga organizacional. O prazer da escrita foi sendo exercitado nas produções da psicologia, pois fui me distanciando do jornalismo, passando, inclusive, a identificar-me profissionalmente como psicóloga. Entretanto, a jornalista continua presente, pois o espírito investigativo é imprescindível ao ato analítico.

Nem havia passado um ano da conclusão do mestrado, e logo percebi que precisava continuar estudando e mudando a vida. Sem rupturas, mas com um prazeroso retorno, percebi na Psicologia Social a possibilidade de continuidade de minha formação. Vivi em São Paulo durante dois anos e meio, desfrutando do doutorado na USP e das aulas na FFLCH, no Largo São Francisco, na Faculdade de Medicina, no Laboratório de Psicanálise e Sociedade na PUC, da formação na Escola Brasileira de Psicanálise... Circular pelos diferentes saberes continuava um imperativo. O projeto de pesquisa que apresentei na seleção para o doutorado, no início dessa jornada, prometia investigar as relações de trabalho nas então recentes empresas pontocom. Perguntava-me como seriam os contatos, os dilemas e os desafios que estariam postos para esses trabalhadores e essas ousadas corporações. O que aconteceu é que nem eu, nem as empresas virtuais cumprimos o previsto: voltei a preocupar-me com o consumo, e a bolha das pontocom não se confirmou, o que definitivamente me direcionou para questões anteriores.

O incômodo pela impotência que vivenciava nas organizações, enquanto psicóloga, diante do processo de esvaziamento de sentido do trabalho na vida dos sujeitos, desafiava-me a buscar novas respostas, sendo o ingresso no universo acadêmico uma das vias que encontrei para encaminhar essa angústia. Afinal, por que o trabalhador parece inerte e intimidado à convocação para ocupar o papel de protagonista de sua vida profissional? Por que o salário, a cumplicidade cordata com o ambiente ou mesmo o mundo fora da organização justificam a vivência de um não-sentido, uma suposta alienação no trabalho? O trabalho realizado como um expediente formal, não como uma escolha, em que o indivíduo "pega e solta" – para usar expressões cotidianas que referem a jornada diária na organização – soa como uma contradição.

Alguns indícios, inicialmente intuitivos, alertaram-me sobre uma possível implicação entre o consumir e o trabalhar. A menção da ação de consumo no discurso social – desde o simples poder de pagar suas contas até a aquisição de determinado bem idealizado – como expediente que minimiza, aplaca, equaliza as queixas diante de uma condição de trabalho cada vez mais precarizada é deveras recorrente e não experimenta censura pública. Então, devido à insistência como justificativa e paliativo para a insatisfação no trabalho, deparei-me com uma associação sintomática, pois denunciava uma postura frente a duas questões imediatas: o consumo e o trabalho.

Numa atitude quase experimental, observei que, na medida em que discutia a dimensão do consumo com os alunos, com os funcionários de uma organização e mesmo nas relações sociais, o efeito dessa interlocução era o incômodo pela destituição das certezas obtidas no consumo. O meu discurso procurava maximizar o ceticismo acerca das promessas depositadas no consumo – reconhecimento, satisfação, felicidade, juventude... – e recebia, em contrapartida, em algum momento, a evocação de questões relativas ao trabalho.

Momentos de abertura para a experiência do cotidiano do trabalho e momentos de maior introspecção para a experiência da compreensão do vivido marcam a minha trajetória na construção deste texto, que apresenta alguns elementos constituídos, mas outros tantos que ainda me provocam pela inexistência de respostas. Hoje reconheço, no meu desejo de pesquisa e na minha contribuição acadêmica, aquela universitária que pensava ter abandonado. A construção deste trabalho possui a mesma marca do inconformismo e do gosto pelo conhecimento, pois trata-se de um ensaio teórico que se ocupa das transformações de sentido que o mundo do trabalho experimenta. Invisto na possibilidade de contribuir no campo da Psicologia do Trabalho, indicando alguns elementos conceituais que possam vir a integrar seu arcabouço teórico e dimensionar sua práxis.

Nesse sentido, identifico ainda o sonho de um mundo melhor, vislumbrado neste momento através da partilha de novos olhares sobre o trabalhar, possível não por um nostálgico resgate de sentido, como poderia ser pensado através da mudança dos processos produtivos, por exemplo. Considero que a relação do homem com o trabalho, especialmente o ideário social acerca do trabalho, pode se desnaturalizar, pois as modalidades de experiência hoje parecem ser vividas como perenes e abstratas, e o sujeito não reconhece a si nem a sua participação nessa construção cultural. Essa dimensão social, a Psicologia pode ajudar a instituir, pois é um lugar a ser construído onde encontrei um bom ancoradouro. Esta tese é uma retribuição a um trabalho que não me consumiu: me transformou.

INTRODUÇÃO

A passagem da cultura da caça e da pesca para a cultura agrária, baseada na criação de animais e no plantio, é o primeiro registro que a civilização reconhece da história do trabalho (Albornoz, 2000). Categoria adesiva a múltiplos significados – sofrimento, força, preocupação, aflição – e objeto de estudo de muitos campos da ciência, o trabalho é uma presença instigante no mundo contemporâneo. O tempo que ocupa na vida dos sujeitos e a forma como os sujeitos se ocupam dele no decorrer do tempo são experiências que merecem ser examinadas enquanto expressão de uma cultura e de uma determinada sociedade.

Concebemos que as idéias, valores, hábitos e produções sociais são construções reveladoras dos recursos com os quais a civilização lida com o estar no mundo em determinado tempo e espaço, conformando o repertório cultural. Na contramão de um discurso bastante recorrente hoje, que remete a uma ordem natural do mundo, numa ênfase biologizante, sustentamos que é preciso desvelar o sujeito, reconhecer a cultura em que estamos inseridos e indagar sobre as questões que são provocadas e que reverberam nessa constante interação, implicando definitivamente o sujeito no seu estar no mundo.

As mudanças expressivas observadas a partir do século XX nas várias esferas da vida moderna, oriundas da industrialização vertiginosa que o mundo experimentou, promovem novas configurações no âmbito do trabalho. Dentre elas, podemos apontar a formalização do

emprego através de dispositivos legais e da organização corporativa do sistema produtivo e a constituição de movimentos operários, tornando evidente o surgimento de uma nova dinâmica social e, por conseqüência, de novas formas de relação. Como o trabalho, a educação, a constituição da família, a sociabilização passam a ser vivenciados de maneira original em função das novas modalidades de vida que são engendradas, verificam-se modificações também na experiência da constituição subjetiva dos indivíduos, pois as relações vêm a ser estabelecidas e marcadas por outros significados que começam a vigorar e fazer sentido nessa sociedade. A educação, por exemplo, passa a ser reconhecida como instrumental para o desempenho laboral, paulatinamente integrando setores excluídos da escolarização até então, como as mulheres e as classes menos favorecidas. Outra dimensão que ilustra essas modificações é o espaço de sociabilização, antes devotado à moradia, através do convívio com familiares, pessoas próximas e mesmo os empregados. Esse espaço vem então concentrar-se tão somente na família nuclear, assim deslocando para espaços públicos a esfera do convívio com os "demais", experiência que a escola, as sociedades civis e outras instituições passaram a proporcionar.

Como afirmamos acima, a construção da subjetividade se estabelece na interação com a história e pela cultura; oferecer elementos para a compreensão desse processo é oportuno para posterior explicitação das implicações entre trabalho e consumo, cerne desta tese. O ser humano constitui-se como sujeito, alguém único e reconhecedor da peculiaridade de sua história e, por isso, responsável pelos seus caminhos, num processo mediado pelas relações sociais e pela cultura, pois prescinde desse manancial de significados simbólicos – como as noções de gênero, de felicidade, de pertença, de papel social – para inserir-se na coletividade. Dessa forma, concebemos que

> o indivíduo ingressa no lugar a ele previamente reservado na sociedade pelos membros do círculo significativo de convivência, que o impelem na direção de uma relação com o mundo e com os outros mediatizada pela ordenação dos símbolos da

> cultura. Esses símbolos coordenam, moldam e organizam simultaneamente a sua sexualidade e a sua relação com os outros, possibilitando-lhe a troca social e o deslocamento do estado de organismo meramente biológico para a condição de sujeito da sociedade e da cultura (Pacheco Filho, 1997, p. 129).

A dimensão social do indivíduo está desde já reafirmada, assim como a construção do social pelas individualidades; num movimento contínuo, conflituoso e multifacetado, sujeito e sociedade estão fadados a uma dependência que institui as suas existências. Como descreve Pacheco Filho,

> É esse o drama do sujeito humano, que só ascende à sua condição de ser na cultura e de membro da sociedade através do mesmo processo que inaugura o desconhecimento do seu próprio desejo e a alienação da verdade de seu ser (1997, p. 128).

Na medida em que toma emprestado do social uma série de referências para sua constituição, o indivíduo cede, descentraliza de si seu querer, fazendo outros investimentos no mundo.Mas esse processo não é racional, tampouco linear, nem mesmo pacífico, remetendo a um conceito fundamental da psicanálise, o sujeito do inconsciente.Essa formulação revela a dimensão social do psiquismo humano, pois, embora não tenhamos ciência do quanto essas questões da cultura nos atravessam, elas são extremamente presentes em nossa vida e fonte de nosso sofrimento, sendo um processo intrínseco à condição humana. Esses repertórios culturais manifestam valores, idéias, conceitos, modos de ser e são veiculados através da linguagem, povoando nosso mundo interno e duelando com nossos desejos, pois a aderência à cultura pode requerer restrições à subjetividade, pela negação das diferenças necessárias, em alguma medida, ao convívio social. Podemos, então, considerar que os laços sociais vão ser estruturados a partir de modalidades de discurso, como explicitaremos no Capítulo 3, de que os sujeitos se valem para integrar o social, as formas que, numa determinada época e sociedade, as pessoas convencionam – numa cumplicidade silenciosa – para resolver as vicissitudes da existência e da relação social. Os discursos sociais são reveladores do modo

como o saber dimensiona a vida dos sujeitos, pois indicam onde os indivíduos buscam respostas às suas indagações inerentes à complexidade da vida.

Tendo como premissa esse movimento dinâmico entre cultura e subjetividade, é importante caracterizar a sociedade onde estamos examinando essa implicação.Referimo-nos a ela através da denominação *Sociedade de Consumo*, justamente por traduzir a existência de uma modalidade de laço social particular, característico das formas de relação social vigentes, que passam a ser majoritariamente mediadas pelos objetos[1]. Não estamos nos referindo à compra de bens que é regida pela necessidade; falamos da ação que transcende o próprio objeto, pois é uma atividade de manipulação sistemática de signos, como afirma Baudrillard (1973). Através da diferenciação entre comprador e consumidor, Freire Costa (2004) ajuda a elucidar essa nova relação social que se instaura:

> A recapitulação histórica do tema do consumo permite ver a grande falha no argumento economicista, qual seja, identificar qualquer comprador de produtos industriais como "consumidor". A identificação, do ponto de vista psicológico, é indefensável. Objetos ou mercadorias adquiridos por um "comprador' integram uma rede de sentidos emocionais, sociais e culturais muito diversa da prática aquisitiva do "consumidor". O ato de adquirir mercadorias tem uma significação diferente para *quem simplesmente compra e para quem sobretudo consome*. O contraste entre o comprismo do séculos XVIII e XIX e o comprismo consumista atual mostra que a economia não é o destino, não obstante os economicismos de outrora e de hoje (p.18).

Baudrillard (2001) aprofunda a análise, colocando-a a partir de uma matriz binária, pois estaríamos vivendo não uma apropriação do objeto-mundo pelo sujeito, mas um duelo entre sujeito e objeto em que haveria como uma vingança, uma desforra do último. Anteriormente tido como pretensamente passivo, agora o objeto deixou-se descobrir, analisar, tornando-se um pólo de estranha atração e repulsa:

> Cá entre nós, eu acho isso muito irônico: a regra do jogo está mudando, e não somos nós que a impomos. É esse o destino de uma cultura, a nossa. Outras culturas, outras metafísicas estão, sem dúvida, menos abaladas por essa revolução, porque elas não

[1] Elegemos essa categorização, em detrimento de outras que visam a caracterizar nossa contemporaneidade, como Sociedade do Conhecimento, pois reconhecemos nessa proposição a condensação precisa de significados e fenômenos que experienciamos no contexto aqui examinado.

> tiveram a ambição, a exigência, a fantasia de possuir o mundo, de analisá-lo visando a dominá-lo. (Baudrillard, 2001,p.52)

Essa pretensão da nossa sociedade de objetivar a vida, tomando-a como algo reificado e, portanto passível de apreensão, é entendida por Jerusalinsky (1997) pela processual eliminação da escansão, ou seja, pela inexistência de uma separação, uma distância entre o ato e o objeto, que possibilita o contato com o vazio, com o nada, que justamente convoca para a instauração do laço social. A ciência moderna promete ao sujeito que existem objetos cuja correspondência total permitirá sua apreensão imediata sem precisar desse espaço de escansão:

> O que acontece quando o alvo de uma civilização é da ordem do instantâneo? Isto que estou dizendo, é uma palavra familiar a todos nós. Certamente que no século dezesseis ou dezessete não havia café instantâneo, nem sabão instantâneo, nem transportações e translocações instantâneas pela via da fantasia na literatura contemporânea. A ficção do instantâneo, que não é mais do que uma fixação que se torna real e tem, como toda ficção, o fundamento e alvo, no tipo de laço social que tende a se fabricar nessa cultura em particular: que se almeje a instantaneidade, ou seja, a supressão da escansão entre o ato e o objeto, campo de cultivo da dissolução da lei. (pp. 21-22)

O sujeito moderno passa a contar com estabilidade – ainda que ilusória – de significados no mundo através dos objetos e também por meio de suas imagens, que funcionam como marcas de uma permanência. Segundo Baudrillard (2001, p. 70), essa troca – do objeto – é um engodo, uma ilusão, mas

> tudo nos leva a agir de forma a que se possam trocar as idéias, as palavras, as mercadorias, os bens, os indivíduos... A que a própria morte possa ser trocada por alguma coisa. É ainda uma modalidade de troca a de encontrar para tudo razões, causas, finalidades. Para esse engodo funcionar, é preciso que tudo tenha um referencial, um equivalente, em algum lugar. Isto é, uma possibilidade de troca em termos de valor.

Como ressalta Bezerra Jr. (1987), o valor mais celebrado a partir do século XIX não é mais aquele do indivíduo livre, mas o do indivíduo singular e insubstituível, questão que demanda um ideal extremamente caro ao sujeito, pelas exigências hoje operadas pela cultura. Não se trata somente de sustentar a condição individual, a unicidade do ser; a demanda social

é por uma marca distintiva qualificadora, repleta de predicados nos vários aspectos da vida. Conseqüentemente, o valor que o sujeito porta é direcionado a um grau de excelência elevado, onde tudo deve funcionar – e, nesse caso, uma clara alusão ao sistema produtivo e econômico – e mais, do que isso, superar o nível comum em que isso se opera para alcançar a diferenciação.

O mundo do trabalho é adesivo a essa lógica, pois, uma vez inserido na sociedade de consumo, acaba por reproduzir muitas vezes os ideais dessa dimensão exitosa do sujeito. Atributos como a profissão, a prosperidade financeira e o lugar hierárquico nas organizações qualificam e diferenciam as pessoas, negando a consideração das abissais diferenças e condições sociais que vivenciamos. A reafirmada necessidade de o sujeito ter seu *networking* e fazer seu marketing pessoal a fim de manter sua empregabilidade é proclamada sem qualquer censura, o que dá outros significados ao trabalho, para além do processo de transformação da natureza, numa acepção marxista, ou de uma constituição identitária, concebida pela Psicologia Social. Na posição de mercadoria de seu trabalho, o sujeito passa a deslocar o sentido de sua relação com *o fazer* para a dimensão do *parecer ser*, como afirma Debord (1997). O esforço que o indivíduo faz é para ser percebido como imagem, pois a permanência do sujeito não está mais necessariamente em seus atos, mas na possibilidade de ser apropriado – e até mesmo vendido – para um outro enquanto um objeto, algo que porta atributos valorativos suficientes para serem almejados.

É essa a questão central que se coloca, pois teorias como o sistema sociotécnico e o desenvolvimento organizacional tentam elucidar a relação do homem com o trabalho no campo da Psicologia, circunscrevendo-a ao mundo laboral e, mais especificamente, delimitando, na análise da organização do trabalho, a chave das respostas para os conflitos ali experienciados e as demandas que lhe são dirigidas.A dimensão do consumo não tem sido contemplada em sua interface com o objeto de estudo da Psicologia do Trabalho – ou mesmo

da chamada Psicologia Organizacional, como diferenciaremos posteriormente, no Capítulo 1 –, o que não abarca, com certeza, toda a possibilidade de compreensão do que ocorre nesse âmbito, mas traz aspectos presentes e extremamente intervenientes que são pouco considerados em seus modelos teóricos.

A mudança percebida no trabalhar em nossa sociedade, permeado atualmente pelas regras de um mercado consumidor, convoca à investigação que busca refletir sobre as mutações do sentido do trabalho a partir da Sociedade de Consumo, às quais a Psicologia do Trabalho não pode se furtar em função de seu compromisso social. Portanto, esta tese toma a forma de um ensaio teórico de cunho exploratório, que experimenta as nuances de uma relação pouco investida na Psicologia do Trabalho, a implicação das categorias trabalho e consumo. Pretendemos discutir a prevalência de uma modalidade de laço social que se estende para a esfera laboral e, portanto, merece ser melhor compreendida em seus efeitos, propondo também algumas construções teóricas que possam contribuir para o repertório conceitual e práxis desse campo da Psicologia. Partindo da premissa de que a sociedade de consumo instaura novas configurações sociais, desejamos discutir em que medida essas transformações atingem e modificam o mundo do trabalho. Investigamos também o modo de subjetivação preponderante em nossa sociedade e sua relação com a lógica do consumo, examinando se essa modalidade vigente provoca diferenças no investimento social no trabalho, na valoração que é atribuída à esfera laboral na atualidade.

Iniciamos nossas considerações examinando os elementos constitutivos do campo da Psicologia do Trabalho, especialmente seu objeto e a demanda social que lhe é dirigida, possibilitando um panorama da contribuição dessa área para o entendimento da temática do trabalho. No Capítulo 2, apresentamos as especificidades de nossa cultura, em que a análise do trabalho deve ser contextualizada através de contribuições das teorias da Sociedade de Consumo – estabelecidas a partir de campos como a Sociologia, Filosofia e Antropologia.

Essas teorias não comportam uma referência una para constituírem uma ciência, o que revela a característica multidisciplinar da questão e o caráter ainda recente dessa temática, mas constituem uma produção vigorosa e crescente que alcança reconhecimento e visibilidade.

Para o desenvolvimento da imbricação que se pretende estabelecer entre as subjetividades do trabalhador e do consumidor, a Psicanálise é escolhida como norteador teórico, o que desenvolvemos no Capítulo 3. Destacamos a formulação do discurso capitalista de Lacan como aporte para construir a interlocução entre as categorias em análise – trabalho e consumo –, salientando que essa teorização foi concebida a partir da dialética senhor-escravo, de Hegel, e de elementos da teoria marxista, como o conceito de mais-valia. Prosseguimos, no capítulo seguinte, através da literatura – apresentando trechos, recortes do livro *A caverna*, de José Saramago –, demonstrando, a partir de um discurso social, as questões propostas naquele texto, presentes na fala do protagonista da obra, Cipriano Algor. Trata-se de uma narrativa sobre as vicissitudes pelas quais passa Cipriano diante das mudanças que ocorrem em seu ofício de artesão em função da "modernização" do processo produtivo. A escolha do recurso literário é pertinente, como enuncia Maingueneau(1995):

> As obras falam efetivamente do mundo, mas sua enunciação é parte integrante do mundo que pretensamente representam (...). A literatura também consiste numa atividade; não apenas ela mantém um discurso sobre o mundo, mas gere sua própria presença nesse mundo. As condições de enunciação do texto literário não são uma estrutura contingente da qual este poderia se libertar, mas estão indefectivamente vinculadas a seu sentido (p. 19).

A partir dessa mediação entre o aporte conceitual/teórico e o texto literário, passamos a encaminhar algumas proposições que poderiam ser contempladas no repertório da Psicologia do Trabalho enquanto paradigmas a serem estudados e discutidos, tendo em vista a desejável reapropriação do objeto de investigação pelo campo, muitas vezes mais identificado com Administração, Engenharia e mesmo Medicina do que com os paradigmas psicológicos. Grischi e Lazarotto (1998) apontam a importância do desenvolvimento da formulação teórica,

pois a Psicologia tem sua trajetória marcada por comprometimentos com a demanda empresarial em muitos momentos, tratando seu objeto fora do contexto econômico-social:

> Por longo tempo, a Psicologia não se preocupou com a relação saúde e trabalho, como se ambos fossem objetos estáticos em relação a ela, tampouco considerou a perspectiva dinâmica daqueles que trabalham. Há de se considerar, entretanto, a existência de um outro mundo, não apreendido pela Psicologia quando esta se utiliza apenas da técnica, não se mostrando interessada no trabalho, nem nos trabalhadores, mas apenas em maximizar a produção e a qualidade das mercadorias (p. 239).

Considerando a característica exploratória da articulação teórica que estamos propondo, salientamos a necessidade da continuidade das pesquisas nesse escopo e mesmo da verificação, a partir de outras matrizes, da formulação que por ora apresentamos. Só assim poderemos atuar como atores sociais de fato, desnaturalizando os fatos e as idéias que fazem parte de nossa formação e de nossa cultura, participando ativamente desse processo.

1 A PSICOLOGIA DO TRABALHO E SUAS INTERFACES

A história da Psicologia do Trabalho estuda e reflete a história do trabalho; é impossível descrevê-la como um sucedâneo de postulados técnicos, pois, ao compartilhar sua leitura sobre a história e os sujeitos trabalhadores, esse campo está proferindo um discurso particular, revelador de sua postura social. Ao refletirmos sobre os lugares ocupados na dinâmica social através desse discurso científico, intensamente permeado por compreensões subjetivas – e, portanto, não homogêneas – das relações no trabalho, podemos tomá-lo como não-todo, como um discurso e não o discurso. Nessa lógica, é pertinente aludirmos à existência de Psicologias, e não de uma Psicologia, como se poderia supor, pois diferenças teóricas importantes concernem ao mesmo campo científico, configurando um mosaico conceitual muitas vezes conflitante em seus paradigmas. Contudo, como também se observa na Psicologia do Trabalho, essas nuances são a expressão de demandas sociais e, por sua vez, as respostas também referem posições sociais e éticas não-homogêneas, mas representativas da sociedade em que estamos inseridos.

Propomos inicialmente delimitar os fenômenos vividos na esfera do trabalho que incidem na Psicologia do Trabalho e que com ela dialogam, solicitando respostas, resoluções, encaminhamentos para as problemáticas ali existentes. Num segundo momento, refletimos sobre as respostas que essa área da Psicologia têm produzido ao longo de seu percurso, manifestas em seus paradigmas teóricos e em suas modalidades de intervenção, apontando os desafios que se impõem em nossa época. Prosseguimos apresentando a discussão acerca da centralidade da categoria trabalho, pois tal debate contribui especialmente para o entendimento das possíveis mudanças de significado valorativo que se processam nesse âmbito.Por fim, apresentamos as intersecções entre o campo da Psicologia do Consumidor e a

Psicologia Organizacional, pois ambas têm atuações muito próximas no cenário corporativo, como explicitaremos.

1.1 EMBATES DO MUNDO DO TRABALHO

Tomando a contextualização histórica como partida, Ariès e Duby (1995) explicitam que a evolução do século XX refere-se, exatamente, ao trabalho, que emigrou da esfera privada para a esfera pública. No final do século XVIII, com a emergência do trabalho assalariado, verifica-se a emigração das casas para as empresas, configurando a formação de uma vida urbana intensa e o esvaziamento paulatino da zona rural ou das regiões de reduzido desenvolvimento industrial. O lugar de onde o homem se reconhece e passa a justificar sua posição social situa-se fora de sua morada, pois por muito tempo a casa revelou a condição social de seus habitantes e foi um cenário de circulação social. O trabalho realizado em outro local e regido por novas regras de convivência social mobilizou uma série de dispositivos de regulação anteriormente inexistentes, como a presença do relógio e do supervisor, e de modos de entretenimento e lazer regulamentados, como o surgimento do cinema atesta.

A atividade pública daria seus primeiros passos ao separar-se da vida privada de modo definitivo através da instituição de alguns dispositivos que a sustentam, como os benefícios sociais, que tentam dimensionar a esfera dos serviços como aporte ao indivíduo imerso numa rede de relações muito mais complexa do que os laços familiares. Todo um repertório de referências também encontra-se modificado, como a questão temporal[2], a estrutura familiar[3] e os deslocamentos migratórios: torna-se evidente o caráter organizador do trabalho na sociedade. Anteriormente marcado pela apropriação, pela ação do sujeito que

[2] Sobre essa temática, ver Grischi (2000).
[3] Ver importante contribuição de Roudinesco (2004) em *A família em desordem*acerca dessa questão.

provia a sua subsistência, vai gradualmente efetivando-se através de um trabalhador subsumido em seu produto, que passa a contar com sua força de trabalho como mediador do acesso aos bens socialmente comercializados. O trabalho sofre uma mutação, um deslocamento que se faz sentir em sua subjetividade, referências e sentido do seu esforço:

> As sociedades pré-capitalistas não apresentavam uma delimitação nítida entre produção e reprodução da força de trabalho. Se, em muitas ocasiões, como no feudalismo, a família, locus de produção, era também uma unidade produtiva, no capitalismo a grande indústria vem tornar autônomas as duas estruturas: a família e o trabalho passam a ter como único ponto tangencial o salário, circunscrevendo o exercício da hominidade à reprodução e desumanizando o trabalho (Codo et al, 1993, p.40).

As diferenças e os conflitos não demoraram a aparecer em virtude das relações que se estabeleciam entre os protagonistas da mudança, empregados e empregadores. Essa relação social marcada pela diferença de poder e capital incita movimentos e organizações sociais até então desconhecidos. O surgimento da classe operária pode ser entendido como resposta a contingências sociais insatisfatórias, como a submissão à carga horária de até 15 horas. Segundo Mendonça (1995), o grau de exploração sobre o operariado brasileiro desde suas origens fez com que ele organizasse coletivamente seus protestos e ações, o que tem gerado constantes impactos na história do país4. Portanto, a passagem para o século XX, sem dúvida, é marcada como sendo a fase em que o capitalismo deixa de fazer uso de sua mão-de-obra sem perspectivas e em que esta se converte em uma classe operária ciente da força e do poder de manobra que detinha. Os operários já não são tidos como uma massa de desvalidos: constituem uma classe organizada que alavanca a industrialização capitalista. No Brasil, por exemplo, o advento do Estado Novo, em 1930, promulga as leis trabalhistas, revelando reconhecimento do crescimento da classe operária e a necessidade de administrar seu avanço.

---

[4] A produção de Sandoval (1994) é oportuna para aprofundar esse assunto, pois nela encontram-se apontamentos elucidativos sobre o sindicalismo brasileiro.

Oferecendo mais elementos acerca das mutações relativas ao trabalho, Mandel (1978), citado por Jameson (2000), delineia três rupturas fundamentais ou saltos quânticos na evolução do maquinário no capitalismo, processo que incide diretamente sobre a organização do trabalho. São elas: a produção de motores a vapor a partir de 1848; a produção de motores elétricos e de combustão a partir dos anos 90 do século XIX; a produção de motores eletrônicos e nucleares a partir dos anos 40 do século XX. Essas inovações inserem diferentes elementos na dinâmica de trabalho, alterando a complexidade e o envolvimento do sujeito nas atividades, bem como seu gerenciamento, exigindo reformulações constantes na forma e organização do trabalho. O trabalho, que anteriormente exigia uma intensidade importante de força física, passa gradualmente a requerer do homem um envolvimento cada vez mais complexo. A tecnologia e a multifuncionalidade das operações realizadas pelos sujeitos convocam um investimento cognitivo e psíquico intenso que suplanta a sua atividade ou seu posto de trabalho, ocupando outros espaços de sua vida e elevando consideravelmente sua dedicação a esse intuito.

Para enfrentar essas transformações, do ponto de vista dos recursos humanos, as empresas brasileiras têm buscado mesclar dois modelos. De um lado, exige de seus trabalhadores a manutenção das qualidades necessárias ao trabalho de cunho taylorista – que podemos identificar na exigência da especialização, nos contínuos programas de treinamento e na pressão constante por resultados; de outro, exige um tipo de educação que era anteriormente dispensada, tornando a formação continuada uma condição para permanência na organização. O novo padrão de comportamento e o rol de habilidades do trabalhador pregam que o indivíduo seja capaz de interpretar, analisar, corrigir instruções, se necessário, mas também exige que ele cumpra, por meio da padronização dos movimentos e da organização do trabalho, uma série de determinados procedimentos. A dicotomia existente na dupla exigência – ser um trabalhador multifuncional e um trabalhador multiqualificado –

explicita o quanto os dois perfis nem sempre compatibilizam suas competências, por se tratarem de enquadres por vezes conflitantes.

Dessa contradição, decorre certa esquizofrenia no comportamento do sujeito, uma cisão em suas ações e afetos, refletindo a estrutura em que se insere. Itani (1997) sustenta que as reestruturações do trabalho apresentam margens dicotômicas aos trabalhadores, entre as quais cita: competição/cooperação; submissão a regras/criatividade; individualismo/equipes; controle externo/controle interno; tempo de trabalho/tempo de investimento profissional. Isso requerer do sujeito, por sua vez, novos parâmetros para a própria subjetividade. Coexistem diversas formas de trabalho, como também diferentes maneiras de gerenciá-lo. Longe de uma história evolucionista e linear, observa-se que:

> há um mito que cerca a chamada reestruturação produtiva: a lenda de que as linhas de montagem fordistas desapareceram. Elas não desapareceram nem aqui nem na China, nem nos Estados Unidos, nem na Europa. Elas convivem com as inovações, foram modificadas, têm novos equipamentos, às vezes é menos pesado trabalhar em uma linha hoje do que antes, às vezes não, mas os ciclos produtivos são os mesmos (Bresciani, 1999, p.40).

Bridges (1995, p.15) afirma que “sabíamos que a automação mudaria a maneira como o trabalho era realizado, mas até recentemente ainda víamos o futuro como uma extensão do passado”. Na era pós-industrial, dominada pela tecnologia e pelos sistemas de teleinformação, percebe-se um descompasso entre o desenvolvimento tecnológico e as capacidades de determinados grupos sociais apropriarem-se dos recursos e das realizações possíveis desse cenário. São múltiplas as condições decorrentes dessas questões econômicas e estruturais, segundo Antunes (1995). A diminuição da classe operária industrial, a significativa heterogeneização do trabalho e o crescimento do desemprego estrutural são descritos pelo autor. E ainda:

> Evidencia-se, portanto, que ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a qualificação do trabalho, desenvolve-se também intensamente um nítido processo de desqualificação dos trabalhadores, que acaba configurando um processo

> contraditório que superqualifica em vários ramos produtivos e desqualifica em outros (Antunes, 1995, p. 54).

Pessin e Paulon (1988) afirmam que está sendo engendrado um novo modelo de subjetividade para o trabalhador, em que se requer que o indivíduo seja criativo, inteligente, decidido, hábil comunicador, sociável, para atender às demandas dos “novos” processos de trabalho, e

> o que se solicita é que ele se dê para produzir, em sua condição de homem integral. A própria noção de força de trabalho, nessa medida, está mudando, já que o que se propõe é que o trabalhador invista psiquicamente na fábrica não taylorista (p.179).

Esses elementos que alteram o “fazer” e o “existir” do homem em relação ao seu trabalho produzem efeitos importantes, já que implicam a alteração de concepções e condições de sua subjetividade, como espaço, tempo e o ser sujeito no social. Ao examinar-se a história do trabalho no século XX e XI, pode-se perceber um atravessamento constante dos movimentos produtivos (que são reflexos diretos da dinâmica de consumo) nas condições de trabalho. O uso da equação salário mínimo e cesta básica exemplifica essa relação, pois o poder de compra é utilizado como indicador da remuneração, assim como a consulta ao Sistema de Proteção ao Crédito (SPC), onde as empresas buscam referências sobre a capacidade de crédito dos candidatos em processo seletivo nas empresas, claramente qualificados a partir de sua condição de consumidores.

1.1.2 Conseqüências no Mundo do Trabalho

As mutações observadas no sistema produtivo, nas corporações e na organização do trabalho acabam também redimensionando o mercado de trabalho, já que este reflete as contingências com que empregadores e empregados se vêem defrontados. Informações acerca do contexto brasileiro são importantes para a compreensão das implicações entre trabalho e

consumo futuramente explicitadas. Dados revelam que, embora as leis trabalhistas vigentes determinem o máximo de 40 horas semanais para o empregado brasileiro, concedendo-lhe férias anuais e repouso semanal, os indicadores apontam outra ordem de fatos. As pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000) relatam que 55% da população brasileira ativa trabalham mais do que 44 horas semanais; 52% trabalham nos feriados e finais de semana e somente 45% dos trabalhadores têm direito a férias remuneradas.

Percebe-se a intensificação da jornada de trabalho também na ampliação do horário em setores como o de serviços. Ilustrando bem esse fato: a abertura do comércio aos domingos, desde 1990, em algumas capitais brasileiras; a implantação do banco de horas[5]; a extinção paulatina da remuneração de horas extras; a eliminação de postos de trabalho, tendo como efeito a sobrecarga em atividades contíguas, com cargos como os de digitador, supervisor e telefonista sendo extintos e suas responsabilidades passando a ser absorvidas pelo mesmo e reduzido corpo funcional da empresa.

Esse aumento de tempo exigido do trabalhador pelas organizações não se dá sem que ocorram efeitos também em aspectos relativos à qualidade de vida. Desde a redução dos espaços de convívio social até a elevação dos níveis de exigência do sujeito enquanto trabalhador, uma série de contingências no mundo do trabalho é alterada. Relacionando o panorama levantado pelo IBGE (2000) e suas implicações na questão do trabalho, verifica-se que 77% dos brasileiros gostariam de deixar de ser empregados, mas somente 16% se sentem aptos a tanto, fato que pode sugerir o grau de insatisfação presente na esfera laboral e a idealização da mudança de posição – ser empregado/ser empregador – como a possibilidade

---

[5] O chamado "banco de horas" é uma possibilidade admissível de compensação de horas, vigente a partir daLei nº 9.601/1998, em seu art. 6, que alterou o artigo 59 da CLT, em seu § 2º, que trata da compensação, e inseriu o § 3º. É um sistema de compensação de horas extras mais flexível, mas que exige autorização por convenção ou acordo coletivo, possibilitando à empresa adequar a jornada de trabalho dos empregados às suas necessidades de produção e demanda de serviços.

de suplantar tal frustração. Ou seja: o incômodo talvez não resida somente no processo de trabalho em que se está inserido, mas também na posição que se ocupa nessa estrutura.

A precarização do trabalho, termo empregado por Antunes (1995,1999) para dimensionar a perda das condições e do sentido do trabalhar, é um fenômeno que se intensifica a partir da década de 90 no Brasil. Tal precarização teve início em economias desenvolvidas, já nos anos 70, com a recrudescência das políticas neoliberais, em que a eliminação drástica e definitiva de postos de trabalho é acompanhada pela minimização das condições das posições mantidas. Oliveira e Mattoso (1996), Machado(1996) e Pochamnn (2000a, 2000b, 2001) desenvolvem diversos estudos, demonstrando a perda histórica de conquistas da classe trabalhadora, que mantinha direitos assegurados em contrapartida ao seu envolvimento decisivo no processo de industrialização e desenvolvimento. A evidência do crescimento da informalidade nas relações de trabalho, da flexibilização dos vínculos trabalhistas e da contratação de serviços para assistência médica privada por parte dos trabalhadores ilustra a afirmação dos autores. Laurell (1997) contribui para a compreensão dos efeitos dessa dinâmica do mercado de trabalho, salientando o desaparecimento das formas tradicionais de proteção social que são concorrentes e coincidentes com a precarização do trabalho. A insegurança social e a pobreza tornam-se ainda mais evidentes, como é possível observar na desigualdade no acesso a serviços sociais no que se refere à qualidade e à quantidade oferecidas. A autora também cita as aposentadorias, que possuem índices diferenciados em seus cálculos, e também a insuficiente proteção ao desemprego em suas políticas como conseqüência das mudanças nas condições de trabalho.

O aumento significativo, no Brasil, tanto de acidentes de trabalho quanto da incidência de lesões por esforço repetitivo (LER) e de doenças osteomusculares relacionadas

ao trabalho (DORT), segundo Durand (2001)[6], também sinaliza as conseqüências que a realidade do trabalho produz como resultado da relação que os sujeitos estabelecem com o processo produtivo. Suas pesquisas indicam que as emoções não identificadas nem pensadas em função das restrições que a organização do trabalho impõe podem ser somatizadas, acarretando problemas médicos que, muitas vezes, ocasionam até o afastamento da atividade. Embora a diminuição de tarefas que requisitem esforço físico significativo tenha sido considerável nas últimas décadas, isso não implicou um equivalente decréscimo das doenças do trabalho; essa evidência sugere outras relações existentes na sintomatologia, para além de causas orgânicas que majoritariamente são apontadas. A compreensão majoritária dessas doenças ocupacionais ainda é estritamente biológica, relacionando o uso intenso de grupos musculares numa determinada atividade ou a ergonomia com o aparecimento de dor e perda de movimento em membros. Essa associação não evidencia a relação do aparecimento dos sintomas e as ocorrências de LER/DORT com a organização do trabalho, o que perpetua a doença, de um lado, e estigmatiza os sujeitos, por outro, individualizando o sintoma.

A criação de serviços públicos de assistência ao trabalhador – como o Sistema Nacional de Empregos (SINE) – e a forte demanda empresarial por treinamentos e educação permanente de seu quadro funcional são indícios das tentativas empreendidas pela sociedade para lidar com as condições adversas vivenciadas pelos trabalhadores. O aumento das publicações destinadas ao segmento e toda uma infinidade de títulos de literatura de auto-ajuda voltada para o âmbito profissional são tendências em expansão. O espaço que esse gênero de publicações ocupa na maioria das livrarias nacionais é generoso e privilegiado, podendo ser compreendido como evidência da busca de respostas para entender e superar a existência de uma crise no trabalho.

---

[6]A autora estima que, somente em São Paulo, 6% dos trabalhadores estejam lesados por LER/DORT e que 508.000 sujeitos enfrentem situações potenciais para desenvolvê-las.

1.2 AS RESPOSTAS DA PSICOLOGIA AO MUNDO DO TRABALHO

A Psicologia também tem sua participação nesse debate sobre as transformações no mundo do trabalho e, mais do que isso, sua contribuição efetiva nesse processo, como assinalaremos posteriormente. Afinal, é fundamental reconhecer que o papel da Psicologia, no decorrer de várias crises que o trabalho enfrenta, não é de espectadora, pois "a produção científica e técnica da psicologia organizacional funcionou como peça chave da legitimação do processo de institucionalização do trabalho inspirado nas teorias de administração dos últimos cem anos" (Malvezzi, 2000, p. 1). Em referência a essa inserção no mundo organizacional, grande parte dos psicólogos têm (re)adotado, sem nenhuma crítica e pouquíssima reflexão, segundo Heloani (1999), os princípios das teorias administrativas, como as teorias da qualidade. A tentativa de construção de uma nova subjetividade precisa do psicólogo nas organizações, pois "nunca se necessitou tanto de um aparato ideológico tão bem fundamentado" (p.51). O envolvimento da Psicologia nesse processo está reconhecido, como também o comprometimento social de sua contribuição, diante da escolha de referenciais e instrumentos de que se utiliza. Através da narrativa da trajetória do campo da Psicologia do Trabalho, poderemos evidenciar como essa área interpreta as demandas sociais através de seus paradigmas teóricos e suas modalidades de intervenção e como responde a elas.

O marco inaugural da Psicologia então denominada Industrial, em termos de produção teórica, é o texto publicado por Münsterberg, em 1913, sob o título de *Psychology and Industrial Efficiency,* que revela uma ciência dedicada ao estudo do desempenho (Malvezzi, 2000, p. 3) no berço da sociedade capitalista em franca industrialização, produzindo conhecimento como alavanca do desenvolvimento econômico e social. Seus precursores no campo da investigação e mensuração do comportamento do trabalhador, consonantes com essa posição, voltaram-se para o estudo da fadiga – Kraepelin, na

Alemanha, e Patrizi, na Itália – e da organização das tarefas no processo produtivo – Lahy, na França.

A fadiga consistia num obstáculo freqüente e importante ao funcionamento regular da produção, e a análise da divisão das tarefas objetivava o ajustamento do trabalhador ao posto de trabalho, modelo de seleção que perduraria por muitas décadas seguintes (op. cit.). Observamos, na gênese desse campo, a resposta psicológica à necessidade da Administração Científica então vigente, oferecendo conhecimentos que instrumentalizaram o controle e a eficácia da mão-de-obra trabalhadora, essencialmente percebida enquanto desempenho. O sujeito trabalhador não estava contemplado em sua dimensão subjetiva, mas propriamente em sua dimensão produtiva, o que é problemático se analisarmos criticamente a posição ética e o objeto de estudo considerado nessa investida.

O aumento da complexidade dos problemas enfrentados pelas indústrias, após a primeira guerra mundial, advindos das dificuldades de gestão, trouxe novas demandas à Psicologia. Embora a questão da fadiga não tivesse sido equacionada, outro problema tornou-se mais premente. A reação dos trabalhadores ao ambiente de trabalho convocava outras modalidades de gerenciamento além do controle da tarefa, sendo preocupante o crescimento das lideranças da classe trabalhadora. Atendendo a esse contexto, pesquisadores como Mayo, Binghan, Myers e Burtt ampliaram a explicitação das variáveis e processos psicológicos relacionados ao desempenho, “produzindo dados e tecnologia suficientes para que a PO fosse reconhecida oficialmente como uma especialização da Psicologia pela *American Psychologist Association*, já em 1927, e ser integrada como ferramenta essencial de gestão de empresas” (Malvezzi, 2000 p. 5). A ênfase na psicometria e na eficácia dos diagnósticos psicológicos conforma uma análise centrada no indivíduo, desconsiderando as dimensões organizacionais e

sociais e os conflitos existentes na relação entre trabalhadores e empresários e apostando fundamentalmente no ajustamento e adaptação do indivíduo[7].

Influenciados pelo movimento existencialista, que conquistou reconhecimento em vários aspectos da sociedade, sensibilizada com os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, e impulsionados pela abrangência que a comunicação de massa passava a abarcar, os psicólogos redimensionaram o seu espectro de análise e passaram a considerar o contexto cultural e social das organizações. O avanço das ciências sociais e as ferramentas da análise institucional proporcionavam novas abordagens para a Psicologia; reagindo mais em função da sustentação de sua posição no ambiente industrial do que pelo reconhecimento de sua limitação conceitual e ética, o campo ajusta-se para também continuar alicerçando as práticas organizacionais.

Na metade dos anos 50, as teorias sócio-técnica e de desenvolvimento organizacional, correntes teóricas de gestão, influenciam a Psicologia a ponto de ensejar, algum tempo depois, a mudança na titulação da área para Psicologia Organizacional. A primeira teoria caracterizava-se pela abordagem administrativa originária da psicologia social, que reconhecia o trabalhador como um ser cultural e emocional, aplicada na implantação de políticas de participação dos trabalhadores nas organizações. O desenvolvimento organizacional tinha como base teórica o behaviorismo, buscando o aperfeiçoamento do processo decisório através do manejo das posições de gerenciamento. Como afirma Malvezzi (2000, p. 9), “ambas tendências colocavam-se como formas de superação do modelo de engenharia do desempenho que não tinha mais futuro”. Mais uma vez, observa-se o estabelecimento dos paradigmas teóricos da Psicologia no mundo do trabalho a partir da

[7] Considerações de Burtt: “Os trabalhadores insatisfeitos não são propriamente sujeitos da análise psicológica porque a insatisfação no trabalho é uma situação que pertence à economia e à ética”; e de Mayo: “Os conflitos industriais têm sua origem na preocupação obsessiva do trabalhador...há uma identidade real entre conflito industrial e surto nervoso”, citado por Malvezzi (2000, pp 5-6).

necessidade de responder, não de forma reflexiva, mas sim “produtiva”, às contingências sociais e econômicas vigentes que convocam novas modalidades de interação com a subjetividade expressa na esfera laboral.

Segundo Spink (1996, p. 178), para cada problema enfrentado pelo sistema produtivo, “haverá uma solução racional e para os psicólogos essa proposição tornou-se o ponto de partida para a psicologia aplicada”. Sua inclusão no contexto produtivo efetivou-se, como verificamos, pela promessa de resposta aos problemas advindos da organização do trabalho e da industrialização, num sentido mais amplo. A psicometria, os testes psicológicos e os instrumentos de investigação do sujeito psicológico foram os recursos científicos que sustentaram esse saber sobre o indivíduo trabalhador. Jacques (1988) descreve: “o psicólogo industrial no Brasil, uma das áreas de aplicação pioneira, privilegia a aplicação de testes psicológicos para as chamadas questões de pessoal” (p. 72). Suas preocupações voltam-se, no decorrer da trajetória do campo, ao oferecimento de qualificação às lideranças, à busca de sinergia na organização, à sustentação da motivação; as ações como um todo visam à manutenção e/ou elevação dos níveis de produtividade empresarial, afirmando a possibilidade de a ciência psicológica oferecer o conhecimento para lidar com os embates que surgiam na esfera do trabalho.

Durante os anos 80, em função do processo de internacionalização e fusão das empresas, a demanda empresarial é por trabalhadores mais flexíveis, capazes de vivenciar mudanças, fator que estimulou a valorização do papel da subjetividade humana no gerenciamento dos negócios, como afirma Malvezzi:

> As abordagens fundamentadas nos sentimentos inconscientes e na atenção a sistemas de poder ganharam espaço significativo (Chanlat, 1992; Dejours, 1986; Enriquez, 1994), juntamente com a necessidade de compreensão de diversos modelos de gestão que estavam sendo absorvidos porque eram vistos como a razão do sucesso das empresas orientais. Do ponto de vista metodológico, essa guinada subjetivista teve um papel importante, uma vez que estimulou muito a utilização de metodologias qualitativas na investigação do desempenho no trabalho e colocou o

> todo da empresa como objeto da PO, transcendendo a relação trabalhador – tarefa de seus primórdios (Id.,p. 10).

Concomitantemente à ampliação de seu repertório conceitual da Psicologia do Trabalho, através da contribuição de autores oriundos da psicanálise e da análise institucional, observa-se a incorporação de referenciais de uma "nova" Psicologia Social, que se estabelece construindo paradigmas diferentes da tradição americana, de abordagem adaptacionista. Contagiado pelo reconhecimento da importância da dimensão crítica, histórica e social na ciência psicológica, o campo dedicado ao mundo do trabalho também adere a essa perspectiva, o que acaba se refletindo na proposta de renomeação da área para Psicologia do Trabalho. Essa designação busca designar uma postura que privilegia uma abordagem histórica e social do objeto de estudo – o trabalho – percebido como resultante de relações sociais, o que não se resumiria no enquadre individualizante ou organizacional até então vigente. O mundo do trabalho, entendido pelo contexto onde essa atividade humana possa se efetivar é assim considerado, não mais sendo dimensionado pelo espaço do emprego. Essa apropriação fomenta a necessidade da revisão de conceitos desse campo da psicologia, pois a área se vê como parte do fenômeno do trabalho – ele é produto de suas circunstâncias, e não alheio a elas (Spink, 1996), o que sugere um olhar crítico e reflexivo da área sobre sua trajetória e contribuições.

O delineamento histórico que descrevemos supõe uma trajetória linear. Contudo, o que observamos é a simultaneidade atual desses três momentos e denominações no fazer e no pensar a psicologia que se ocupa do trabalho: "o que hoje é chamado de psicologia do trabalho é uma lista de tópicos tão vasta que perde qualquer significado específico e é difícil considerar como um conjunto" (Ibid., p. 174). Considerando esse panorama, Grisci e Lazarotto (1998) assinalam que, diante do mosaico conceitual, de práticas e da complexidade de objetos na área organizacional, a Psicologia deve buscar novas fontes e novos referenciais,

idéia compartilhada por Heloani (1999), que reconhece que a psicologia do trabalho precisa enfrentar um importante desafio teórico .

Diante do cenário incerto, novas e intrincadas questões teóricas são dirigidas a esse campo, pois o aumento do uso da teleinformação, a exigência crescente do autogerenciamento e a instabilidade do mercado, para anunciar algumas demandas, sinalizam efeitos importantes a serem percebidos também na dimensão subjetiva. Nesse sentido, a limitação dos estudos disponíveis a respeito da categoria trabalho é comentada pelo autor:

> As teorias "disponíveis no mercado" - e são tantas – para pensar com seriedade o trabalho, vêm se mostrando cada vez mais incapazes de dar conta dos problemas apresentados pelas transformações que têm atingido o trabalho nas últimas décadas, apontando para a necessidade de se relacionar as atuais dificuldades da psicologia do trabalho à crise mais geral dos modelos teóricos que têm fundamentado as teorias organizacionais e a ciência em geral (Heloani, 1999, p. 48).

Essa postura encontra sua necessária crítica, pois, embora sedutora, já que atende às demandas do mundo organizacional, muitas vezes minimiza seu comprometimento com o objeto de estudo. Como refere Heloani (Ibid., p. 51): "...não dá, como eu falei, para vender ilusões, mesmo porque temos toda uma teoria organizacional que já o faz de uma forma excepcionalmente eficiente".

Essas colocações reafirmam a importância da produção teórica, coincidente e coerente com os paradigmas da Psicologia, num resgate necessário dos objetivos e teor das contribuições no âmbito dos campos que investem na temática trabalho. Há inúmeras publicações que versam sobre recursos humanos nas organizações, adotadas como referências em disciplinas de formação de psicólogos, que utilizam uma série de instrumentos e repertórios conceituais da Administração e da Engenharia, paradigmas muitas vezes conflitantes com a dinâmica das relações como concebidas pela Psicologia. Questões presentes nesses livros utilizados como suporte didático, como a suposta linearidade das ações no âmbito empresarial, tornando-o controlável e previsível pelo aperfeiçoamento da

estratégia; o caráter endógeno da análise dos fenômenos organizacionais, que exclui a contextualização cultural e histórica das empresas e suas transformações; e a referência ao segmento empresarial como norteador da organização social, pois o ajustamento do indivíduo às transformações corporativas é insistentemente propagado, demonstram áreas de conflito para a ética e o saber que a Psicologia se propõe a alcançar[8].

Os movimentos da psicologia do trabalho – ou, às vezes, sua ausência – expressam o pensamento de seus protagonistas e de sua época. Como trabalhadores ou como pesquisadores, inscrevemos modos de ser no fazer do seu trabalho. A dimensão histórica não justifica as ações humanas, mas elucida uma série de contingências com as quais a sociedade teve de se haver em determinado momento, a partir de determinados recursos. Mas a que trabalho, então, estamos nos referindo hoje? É importante reconhecer o trabalho como uma categoria em definição que depende do lugar de onde se fala, de quem a profere, em que tempo isso se dá. É um sentido circunscrito na cena social e do sujeito.

Transpondo essa dimensão para o percurso da Psicologia do Trabalho, não propomos uma ruptura ou desqualificação da herança da Psicologia Industrial ou Organizacional, questionável em função do seu caráter funcionalista e adaptativo. Perseguimos o entendimento do contexto dessas contribuições e o avanço em direção à compreensão de novos momentos históricos. O grande desafio da psicologia organizacional, para Malvezzi (2000, p.11), é "reformular sua agenda de interesse, dirigindo-se para questões que refletem os mecanismos fundamentais que atuam nessa fase da sociedade". Esse reposicionamento, de acordo com o autor, consiste em deslocar a atenção focada nos resultados – sem entender de modo consistente os processos – para a compreensão da relação entre esses resultados e os diversos mecanismos que se podem manejar na gestão das instituições. Para tanto, é preciso

[8] O artigo *A Psicologia Organizacional e seu (Dis)Curso Social* (Ziliotto, 2005), amplia essa discussão, trazendo dados elucidativos sobre a implicação acadêmica da questão.

que a Psicologia Organizacional redimensione seu objeto, porque o ambiente de trabalho transcende os muros das empresas e a dimensão de espaço entendido como emprego. É nesse sentido que adotamos a designação Psicologia do Trabalho neste texto, pois comporta a dimensão da análise que pretendemos estabelecer, ou seja, o âmbito das relações que envolvem os sujeitos e o mundo do trabalho.

Concomitantemente à importância da redefinição do objeto de estudo da área e do empenho na produção intelectual de modo a disseminar paradigmas que norteiem a análise e atuação no escopo da Psicologia do Trabalho, há questões atuais que se colocam como desafios para a área. Como demanda empresarial, destacamos a (insistente) desmotivação dos funcionários e seu restrito envolvimento com a organização, constituindo pautas para os programas de capacitação e as assessorias psicológicas, assim como para o desenvolvimento de lideranças e o planejamento de carreira, pois as exigências relativas à produtividade continuam elevadas e os impedimentos existentes nas temáticas acima apontadas comprometem a lógica empresarial. O aumento dos índices de afastamento de trabalhadores em função de adoecimento psíquico, especialmente quadros de depressão e drogadição, também são demandas importante para as quais a Psicologia é convocada, lembrando que a síndrome de Burnout evidencia a existência do adoecimento no trabalho hoje, estimando-se que cerca de 70% dos brasileiros vivam sob estresse profissional segundo Rossi, citada por Domenich (2002). A visibilidade e encaminhamento desses acontecimentos ocorre, muitas vezes, através da medicina do trabalho, da assistência social, dos indicadores levantados pelo departamento pessoal, sinalizando questões para as quais a Psicologia é solicitada pelos trabalhadores. As lideranças, por sua vez, mostram-se ávidas por soluções efetivas para a inoperância de suas práticas de gestão, exauridas pela pressão inerente à mediação de interesses entre trabalhadores e empregador que constantemente tentam realizar.

Portanto, o panorama de desafios presentes no mundo do trabalho tem comportado uma análise cada vez mais complexa de fatores em que a teoria psicológica tem percebido a premência do enfoque multidisciplinar e a ampliação de seu repertório conceitual. Encontramos, no cenário atual, uma diversidade de modalidades de intervenção que vão da intensificação do viés individualista – identificado com uma prática clínica e ligado à categorização da psicopatologia – à ampliação do debate, convocando outros setores sociais, experimentado na abordagem de temas como o assédio moral. Esta tese procura justamente agregar elementos para a compreensão dos acontecimentos da esfera laboral nesse viés por meio da explicitação da relação entre trabalho e consumo, constituindo-se numa "resposta" que problematiza outros aspectos que incidem sobre esse tema.

1.2.1 A Dimensão do Sofrimento Psíquico no Trabalho

Sob a égide da Psicologia Social, como referimos anteriormente, reconhecemos o esforço da Psicologia do Trabalho para elaborar um repertório conceitual e paradigmático que contribua na discussão dos dilemas que as transformações do mundo do trabalho apresentam. Avançando na identificação de proposições que efetivem esse intento, destacamos a associação entre as categorias saúde mental e trabalho, construída pela área, como uma oportunidade ética e profícua para o debate que se impõe, o que pode entrelaçar os diversos setores da sociedade.

A interlocução entre saúde mental e trabalho não é recente, como referem Codo, Sampaio e Hitomi [9] (1993). Contudo, os autores identificam impasses na escolha de aportes

[9] Os acontecimentos descritos pelos autores corroboram sua afirmação: o primeiro número do *Mental Hygiene Journal*, em 1917, que alertava para distúrbios emocionais e de personalidade desenvolvidos pelos desempregados, por conta do desemprego; em 1919, a Engineering Foundation of New York solicitou a

teóricos que possibilitem o avanço dos estudos nesse escopo. A via da etiologia da doença mental comporta uma metodologia que privilegia os casos individuais. Os estudos epidemiológicos pecariam pelo oposto, ou seja, desapareceria a dinâmica individual da psicopatologia. A psicanálise ausenta-se da temática do sujeito enquanto trabalhador, segundo a leitura que os autores realizam acerca desse campo. Na tentativa de superar as limitações e aproximar a compreensão sobre sofrimento psíquico, Codo et al. (1993, p. 254) constroem a seguinte proposição:

> Quando falamos em sofrimento psíquico estamos falando em algum tipo de ruptura entre a subjetividade e a objetividade, um divórcio entre eu e o mundo, entre eu e o outro, já consubstanciado intrasubjetivamente, entre eu e eu, e nas tentativas de superar o divórcio.

A tensão existente entre a subjetividade e o trabalho é o cerne dessa questão, tendo como contextualização a organização do trabalho e suas conseqüências, ampliando o espectro das discussões anteriores da Psicologia Organizacional, que eram estabelecidas, predominantemente, pela demanda adaptativa. Dejours (1992) é um autor importante na gênese desse debate, pois afirma que o sofrimento no trabalho começa quando o homem não pode operar qualquer modificação na sua tarefa para torná-la mais próxima às suas necessidades fisiológicas e desejos psicológicos. O engendramento desse sofrimento é assim descrito pelo autor:

> A organização do trabalho exerce, sobre o homem, uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico. Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, esperanças e de desejos, e uma organização do trabalho que os ignora (p. 131).

Dejours e Abdouchelli (1994) entendem que as transformações no mundo do trabalho provocam sintomas concernentes à psicopatologia do trabalho. Trata-se de processos psíquicos mobilizados pela confrontação do sujeito com a realidade do trabalho, em que

---

investigação sobre distúrbios emocionais do trabalho; e, no âmbito nacional, em 1933, com base na existência de uma suposta “psiconeurose bancária”, a jornada de trabalho dos bancários foi reduzida para 6 horas /dia.

mecanismos e processos psíquicos são mobilizados pelo sofrimento que a vida laboral impõe. Nessa leitura, os indivíduos produzem sentidos nem sempre conscientes do trabalho em suas vidas, mas os evidenciam em seus corpos, em sua relação com o trabalho, em seus esquecimentos e em suas incapacidades, exteriorizando as inconformidades presentes nessa relação:

> Contra a angústia do trabalho, assim como contra a insatisfação, os operários elaboram estratégias defensivas, de maneira que o sofrimento não é imediatamente identificável. Assim disfarçado ou mascarado, o sofrimento só pode ser revelado através de uma capa própria a cada profissão, que constitui de certa forma sua sintomatologia (Dejours, 1992, p. 133-4).

Um conceito central para as teses de Dejours (1992) e de Codo et al (1993) é o de alienação. Conservando a origem marxista, refere-se à tolerância, ao ajustamento dos trabalhadores à organização do trabalho, mesmo que essa contrarie seus desejos, suas necessidades e sua saúde, pois enfrentariam uma condição conflitante com sua subjetividade:

> Alienação seria, talvez, a etapa necessária e primeira, da qual falamos, a propósito da sujeição do corpo. A organização do trabalho aí aparece como veículo da vontade de um outro, a tal ponto poderosa que, no fim, o trabalhador se sente habituado ao estranho (Dejours, 1992, p.137).

A possibilidade de alienação ao outro surge nessa teorização como um imperativo na lógica do trabalho, onde não restaria outra saída ao sujeito a não ser essa cedência à estrutura tal como se apresenta. Essa dinâmica comporta uma conseqüência perversa, segundo o autor, já que o sofrimento psíquico pode inclusive alimentar a produtividade, pois os mecanismos de defesa empregados pelos trabalhadores são mantenedores da atividade. E haveria outro efeito análogo, de importante repercussão sobre o mundo do trabalho:

> a individualização, mesmo se ela é antes de tudo uniformizante, porque ela apaga as iniciativas espontâneas, porque ela quebra as responsabilidades e o saber, porque ela anula as defesas coletivas, a individualização conduz, paradoxalmente, a uma diferenciação do sofrimento de um trabalhador e de outro. Por causa do fracionamento da coletividade operária, o sofrimento que a organização do trabalho engendra exige respostas defensivas fortemente personalizadas. Não há mais lugar praticamente para as defesas coletivas (Ibid., 1992, p.40).

Identificamos a existência dessas modalidades de sofrimento no trabalho, mas questionamos, como explicitaremos oportunamente, o quanto o sujeito poderia tomar outra posição frente ao conflito, redefinindo a dimensão da alienação que experimenta. Avançando em direção a nossa proposição: essa impossibilidade de outro enfrentamento do processo de trabalho decorre de uma compreensão e, sobretudo, de uma adesão particular do sujeito frente à realidade, revelando questões culturais e traços específicos da subjetividade moderna.

Aproximando-nos da discussão, identificamos a expressão “doença dos nervos” como a forma peculiar, em nossa cultura, para referir-se às queixas e sintomas psíquicos, como refere Jacques (2002). Os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais encontram-se, em muitos momentos, concomitantes ao relato dos sujeitos acometidos por essa sintomatologia, embora os trabalhadores nem sempre percebam uma associação entre seu adoecimento psíquico e essas ocorrências. A autora propõe que “a doença dos nervos” possa ser entendida como “uma vivência subjetiva que informa sobre a trajetória e as dificuldades enfrentadas na vida profissional, remetendo a necessidades psicológicas relacionadas à identidade do eu, tornando o cotidiano penoso e ameaçando a saúde mental” (p.108). Percebemos, portanto, a implicação entre a vida profissional e a doença mental, pois, em muitos momentos, o trabalho pode deflagrar doenças psíquicas na medida em que a conflitiva experimentada na esfera laboral não se restringe, em sua manifestação, a esse contexto, o que pode incluisve descaracterizar a incidência de fatores desencadeantes presentes no trabalhar.

Sentimentos de insegurança, de incerteza e de estar sendo pressionado são apontados por Bresciani (1999) como expressões do sofrimento psíquico no trabalho. Os dois primeiros remetem-se à manutenção do emprego, à continuidade da produção. O medo de perder sua profissão, sua fonte de renda, sua identidade como trabalhador e cidadão está também muito presente no cotidiano dos sujeitos. Além dessas sensações, o isolamento (a solidão existente nos novos locais de trabalho), a competição feroz pela sobrevivência, a cobrança por

resultados e o assujeitamento às condições adversas de trabalho são apontados pelo autor como elementos que contribuem para o adoecimento. São justamente as múltiplas formas em que a doença no trabalho se manifesta que tornam mais difícil seu reconhecimento, o que fortalece o diagnóstico que recai sobre o sujeito como um acontecimento que tenha somente relação com sua história, com seus hábitos. Essa compreensão tem importante desenvolvimento teórico em disciplinas como a epidemiologia e a medicina do trabalho. E o campo psi também apresenta ressonâncias dessa leitura, pois

> No que refere-se à saúde, sabemos que a atuação da Psicologia voltou-se, prioritariamente, para a classificação dos sujeitos saudáveis ou não saudáveis, aptos ou inaptos ao trabalho, atentos ou desatentos diante de riscos do cotidiano e assim por diante. Ao agir dessa maneira, a Psicologia debruçou-se mais para a produção, em busca de resultados, do que para o trabalho e os/as trabalhadores/as (Grisci e Lazarotto, 1998, pp. 230-1).

Estabelecer os limites entre normalidade e patologia, entre saúde e doença, é uma tarefa inacabada e em constante revisão para a psicologia. Essa aparente indefinição pode ser tida também como um ganho, pois admite fatores culturais que interagem na formação desses conceitos. Arbitrar, generalizando referências, está para uma prática prescritiva, como se observa na medicina. Posto que o sofrimento psíquico, por decorrência, também evidencia as mesmas dificuldades em sua explicitação, opta-se por trazer alguns estudos que se dedicam a essa temática com suas diferentes formas de compreensão.

Convém rememorar, como sugere Dunker (2001), que “as diferentes manifestações da doença mental respondem à modificação das demandas e do tipo de mal-estar psíquico que determinada cultura origina, o que institui o caráter histórico do sofrimento psíquico” (p.64). Na década de 50, predominavam as psicoses; já os distúrbios narcísicos dominavam nos anos 60. As personalidades *borderlines* e os sintomas psicossomáticos tinham predominância na década de 70. Atualmente, convive-se com a quase banalização da depressão, com a doença do pânico e com os transtornos alimentares. Apesar das evidências do encontro das instâncias

subjetividade e cultura, afirma Dunker (op. cit.), essa questão ainda não foi devidamente explorada pela psicologia social. Para avançar nesse intuito, o autor assinala a mudança evidenciada na transição dos séculos XIX e XX, quando a razão passa de valor a instrumento; o efeito observado na subjetividade são alteridades mais racionalizadas e menos racionais. A valorização da razão como instrumento torna processos, fluxos e estruturas mais evidentes do que sujeitos, indivíduos e pessoas. Esse estado de coisas colaboraria para a aceitação da barbárie e de uma série de desigualdades sociais, por exemplo.

Referindo-se a essa ausência de sensibilidades, Rodrigues (1999) cita a obra intitulada *A banalização da injustiça social*, em que Dejours (1999) questiona a aceitação do sofrimento e da injustiça, que passam a ser tidos como adversidades. Diante dessa formulação, o protesto inexiste, a culpa é negada e os acontecimentos são a-históricos. O autor afirma que a banalização do mal passa por várias fases intermediárias, cada uma das quais depende de uma construção humana. A partir dessas considerações, Rodrigues(op cit) questiona sobre a diminuição das greves em sua eficácia enquanto movimento social, relacionandoo que isso ocorre porque o operário não é mais aquele: “Há uma crescente tolerância à injustiça. Há uma transformação qualitativa da sociedade” (p.83).

Retomando a lógica de Dunker (2001), a noção de mais-valia de Marx, em que o sistema se ocupa em apagar ou reificar os sujeitos a fim de extrair um valor insano para onde se transfere a única subjetividade concebível, oferece mais elementos para um novo entendimento acerca das mudanças observadas no trabalho. É justamente esse resto que não é controlável, que escapa da estrutura, que marcaria o que não se conforma, não se adapta, que fica de fora. A teorização marxista acerca dos efeitos da ordem social e econômica vigente fundamenta a noção de sintoma que Lacan (1991/1992) desenvolve; é a partir da compreensão dessa dinâmica atinente ao nosso laço social que reafirmamos a tese de que os modos de subjetivação são históricos e sociais; conseqüentemente, seus estilos de sofrimento também o

são. “Desde então o sintoma, podemos dizer muito simplesmente, ‘é o que faz desordem’, isto é, o que rompe uma articulação, uma regularidade e uma homogeneidade, o que constitui uma irrupção de não-sentido na ordem da significação” (Askofaré, 1997, p. 167). Essa questão possui implicações com o saber, pela forma como o sujeito o concebe, como veremos posteriormente através da teoria dos quatro discursos, em que podemos identificar as modalidades com as quais os sujeitos se defrontam com esse imponderável inerente à vida.

Tendo em vista tais afirmações, consideramos que a constatação da complexidade dos fenômenos do mundo do trabalho, por abarcar muitos significados, sugere outras análises além da experiência de sofrimento psíquico. A contribuição de Birmam (1999) é preciosa para essa discussão, pois assinala que o sujeito pós-moderno, um sujeito substancialmente fora-de-si[10], não pode ser identificado de forma negativa, como o era anteriormente: pela perda da razão, do eu e da interioridade. O sujeito autocentrado, hoje, exercita sem parar o polimento de sua existência, porque se dedica “à sedução e ao fascínio do outro, pela mediação capturante das imagens exibidas na cena social” (p. 190).

O sintoma da alienação, por exemplo, pode então ser analisado como algo que vai dizer sobre o sujeito, sobre essa relação que estabelece com o trabalho, com o empregador, com seu conhecimento. Desse ponto de vista, o sofrimento psíquico não é algo exterior, por assim dizer, à vida no trabalho, mas é uma revelação dos modos de viver no trabalho, característicos de uma época e sociedade. O aumento significativo de casos de Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT) podem ilustrar essa questão, pois, embora o esforço exigido do trabalhador seja cada vez menos físico, é seu corpo que tem expressado, em muitos momentos, as dificuldades do

[10] “Tudo isso tem conseqüências fundamentais para o discurso da psicopatologia na atualidade. Assim, se o *sujeito dentro-de-si* – demarcando a noção de interioridade – não define mais o ser do sujeito de maneira absoluta, rompendo uma longa tradição iniciada no século XVI, isso implica reconhecer que a oposição dentro-de-si e fora-de-si perde o poder simbólico de delinear os territórios limites entre o sujeito e o outro. Por isso mesmo as noções de alteridade e intersubjetividade se esvaziam e tendem ao silêncio na sociedade narcísica do espetáculo (Birman,1999, p. 190).

trabalho. O sujeito desloca o enfrentamento das dificuldades vividas em sua atividade e nas relações presentes nesse contexto para um nível menos simbólico – o do corpo, do somático –, diverso da possibilidade mediada pela linguagem, que poderia conduzir favoravelmente à interlocução dessa experiência porque se opera no nível relacional.

Dito dessa forma, não é negada a contribuição advinda da compreensão do sofrimento psíquico existente no trabalho, mas recolocada, levando-se em conta que é, sobretudo, uma manifestação subjetiva que revela uma condição social e cultural construída e partilhada entre os sujeitos. Nesse sentido, sofrimento psíquico pode sugerir certa impossibilidade do sujeito para com o que lhe ocorre, enquanto mal-estar é uma formulação psicanalítica[11] que aponta na direção de um incômodo, de uma inconformidade advinda de sensações que julgamos mais contundentes para situar a subjetividade contemporânea à que este estudo se dedica, o que implica e responsabiliza o sujeito, e não simplesmente o justifica em seu adoecimento. *Padecer* é uma posição bastante diferente de estar – ainda que mal – no mundo; essa diferença enseja um redimensionamento da compreensão do sintoma que aparece *no* trabalho, questionando o quanto se refere somente *ao* trabalho, como prosseguimos investigando.

1.3 A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO

O trabalho tem sido apontado, enquanto categoria relacionada ao objeto de estudo de muitos campos da ciência, como operador social extremamente mobilizador, pois responde por uma série de problemáticas do mundo atual[12]. As mudanças que o trabalho tem sofrido

[11] Apresentamos essa formulação no Capítulo 3.
[12] A questão mais evidente é o desemprego, que é uma ameaça constante também aos empregados; mas as doenças ocupacionais, o *burnout*, a redução dos postos de trabalho em todos os setores da economia e a

reafirmam, para alguns autores, como Antunes (2000), a importância dessa categoria na organização e análise da sociedade. Para Offe (1985) e Gorz (1987), entretanto, as transformações apontam para uma nova ordem social, onde a centralidade do trabalho não se sustenta como anteriormente.

Essa discussão é importante e pertinente a esta tese porque questiona essencialmente a prevalência do trabalho enquanto ordenador da cultura e dos modos de relação social, cogitando a possibilidade de ação de outras categorias que estejam ocupando espaço de significação para o sujeito e a sociedade. Nossa análise aponta o consumo como a modalidade que tem se intensificado no decorrer do século XX como característica que norteia muitas esferas do social, incluindo-se entre elas o trabalho. Entretanto, primeiramente, vamos explicitar as diferenças desse debate acerca da centralidade para, num segundo momento, associar essas considerações à implicação entre trabalhar e consumir, intuito deste texto.

A defesa da centralidade do trabalho é uma resposta às teorizações surgidas a partir da década de 80, particularmente no âmbito da Sociologia, que sugerem um esvaziamento das formas tradicionais de trabalho e, em decorrência disso, o prenúncio do declínio dos movimentos sociais identificados com a causa operária. O livro *Adeus ao Proletariado*, de Gorz (1987), é emblemático nesse debate, afirmando veementemente o fim do proletariado como categoria representativa da acepção trabalho. A forma predominante que o autor concebe é distinta, pois trataria de uma atividade assalariada, um emprego. Desse modo, segundo o autor, "o trabalho não é mais alguma coisa que se *faz*, mas algo que se tem" (p. 10), o que enseja outras formas de relação que passam a se estabelecer.

> Atividade obrigatória, heterodeterminada, heterônoma, o trabalho é percebido pela maioria dos que a procuram e dos que a "têm" como uma venda de tempo cujo objeto pouco importa: trabalha-se "na Peugeot" ou "na Boussac" e não "para fazer" automóveis ou fazendas. "Tem-se" um bom ou um mau trabalho antes de mais nada

---

dificuldade de ingresso do jovem e da mulher no mercado de trabalho também são manifestações do contexto atual do mundo do trabalho.

> conforme o que se ganhe; só depois é que se pensa na natureza das tarefas e nas condições de sua realização. (...) O trabalho não é mais liberdade porque, para o assalariado como para o patrão, o trabalho é apenas um meio de ganhar dinheiro e não uma atividade com fim em si mesma. (Gorz, 1987, p. 10)

Somam-se a esse trabalho inaugural – pela natureza de sua análise – publicações de Offe (originalmente em 1985), especialmente o artigo *Trabalho: a categoria sociológica chave?*, onde o autor questiona as premissas que sustentariam a sociedade moderna como tendo sua dinâmica central no trabalho:

> Em vista dessas impressões do estado da pesquisa científica social contemporânea, talvez não seja muito arriscado afirmar que a defesa rígida (tanto analítica quanto normativo-política) dos modelos sociais centrados no trabalho e na renda e dos critérios de racionalidade é hoje um tema preferido dos cientistas sociais conservadores, ao passo que os cientistas sociais em débito com a tradição do materialismo histórico ou com a teoria crítica hoje freqüentemente rejeitam esses modelos e categorias, até mais decididamente do que os teóricos e empíricos da escola de Frankfurt o fizeram, em favor de um enfoque sobre um "mundo vivido" que deve ser defendido contra transgressões econômicas e/ou políticas (Offe, 1985, p. 174).

As considerações do autor versam sobre o declínio da importância do conteúdo social da atividade social da pessoa, pois estar empregado é uma categorização predominante. Além disso, seja pela dimensão ética – o trabalho enquanto um dever social –, seja enquanto uma necessidade – condição de sobrevivência física –, a centralidade do trabalho não se sustenta. Quanto ao primeiro aspecto, a dificuldade reside na possibilidade de os trabalhadores experimentarem esse reconhecimento moral em seu trabalho, que se encontra enfraquecido em sua potencialidade. No segundo aspecto, a objeção está no descompasso entre a formação do sujeito, sendo que a sua condição de exercê-la profissionalmente também não garante a possibilidade de assegurar a sobrevivência tal qual se almejaria.

Apresentadas essas causas, Offe (1985) afirma que "tentativas recentes de 'remoralizar' o trabalho e tratá-lo como uma categoria central devem, portanto, ser consideradas como um sintoma, muito mais do que uma cura, uma crise" (p. 188). Segundo o autor, numa afirmação ainda mais contundente, o trabalho estaria perdendo também seu papel

subjetivo de força estimulante central na atividade dos trabalhadores, deslocando-se para a esfera dos modos de vida – e não mais aos modos de produção – e à vida cotidiana, numa referência direta às proposições de Habermas[13], que colocam a valoração dos espaços comunicativos e de interação como crucial para a análise social.

Antunes (1995) escreve o livro *Adeus ao Trabalho* justamente como uma resposta contundente às teses de Gorz, originalmente publicadas em 1980, mas também responde a Offe (1985), pois reitera a centralidade do trabalho, defendendo a atualidade da questão. Apresentamos um recorte de uma versão ampliada desse texto, publicada em 2000, em que o autor confirma suas idéias e agrega ainda outros argumentos que buscam solidificar sua posição, pois encontrou adesão de outros teóricos a sua resposta às teses contrárias à centralidade do trabalho.

> Ao contrário, entretanto, daqueles que defendem o "fim do papel da classe trabalhadora" no mundo atual (Habermas, 1987; Gorz, 1982 e 1990), o desafio maior da *classe-que-vive-do-trabalho*[14], nessa viragem do século XX para o XXI, é soldar os laços de *pertencimento de classe* existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca, até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo, mas que, pelas condições precárias em que se encontram, se constituem em contingentes sociais potencialmente rebeldes diante do capital e de suas formas de (des)sociabilização. (p. 171).

Defendendo a centralidade do trabalho, Antunes (1995) argumenta pelo fortalecimento e resguardo da identidade da classe trabalhadora, ao invés de sua dissolução. Codo, Sampaio e Hitomi (1993) compartilham da alegação da centralidade da categoria, pois entendem que

> A construção do indivíduo é a história do trabalho. Inicialmente o indivíduo aparece como um repositório dos vários outros. A dissolução da aparência das reposições se dá através do trabalho. O trabalho é portanto maneira de o indivíduo existir, objetivar-se e, ao objetivar-se, se subjetivar (p. 50).

---

[13] J. Habermas , *Theorie das kommunikativen Handelns* (Frankfurt am main, 1981) [Trad. esp.: *Teoriade la Acción Comunicativa*, Madri, Taurus, 1987].

[14] O autor usa essa expressão como sinônimo de classe trabalhadora. Ver Antunes (2000, pp. 186-7).

Codo et al. (1993) defendem ainda que "é a partir do trabalho que se estruturam as representações e a relação delas com a história: tempo, vínculo e espaço de organização da identidade" (p.269). Nessa mesma intensidade de significação, a centralidade do trabalho na construção da subjetividade é igualmente defendida por Marques (1992), ressaltando algumas categorias dominantes nesse processo como: desejos de realização, educação formal, sentimentos de impotência e problemas de reafirmação da própria individualidade. A autora considera as mútuas influências existentes na esfera do trabalho como pontos de apoio e crescimento onde o indivíduo luta para ser autor, agente e definidor de seu destino.

Para Antunes (1995), a revolução atual é uma revolução no e do trabalho. *No* trabalho porque se insurge com a organização do trabalho vigente e *do* trabalho porque instiga a mudança do sentido do trabalho, já que este se encontra destituído muitas vezes da capacidade de constituição subjetiva do sujeito. Na proposição do autor, essa revolução consiste na busca pela abolição do trabalho abstrato, do trabalho assalariado, da condição de sujeito-mercadoria, tentando instaurar uma sociedade fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho social. A partir dessa transformação do trabalho pode ainda tornar o sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um espírito emancipador. O autor concebe a sociedade contemporânea movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias. No universo da sociabilidade produtora de mercadorias, cuja finalidade básica é a criação de valores de troca, o valor de uso das coisas é minimizado, reduzido e subsumido ao seu valor de troca. O trabalho também adere a essa lógica e a reproduz, pois, por "mais fetichizada[15] do que em épocas anteriores, a sociabilidade contemporânea, portanto, reafirma e intensifica a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias e a conseqüente vigência do trabalho estranhado", afirma Antunes

[15] Fontenelle (2002) esclarece que "com a emergência da sociedade capitalista que, em Marx, o conceito ganha uma conotação muito especial: ao autor se apropria da noção inicial de fetiche – a idéia de artifício, da aparência – mas vai mostrar que na sociedade voltada para a produção de bens mercantis, os objetos-fetiche passam a encarnar um valor de troca essencialmente econômico (p. 281).

(1995, pp. 77-8). É justamente essa incorporação da lógica do consumo à relação de trabalho que enfatizamos em nossa análise, questão com que o autor concorda, como identificamos na afirmação acima. Contudo, sua posição propõe uma ressignificação do trabalho em que, de certa forma, a dimensão cultural e social do consumo não seja considerada, nem mesmo compreendida em sua historicidade e processo, propondo uma apropriação de significado no trabalho que prescinda de outras esferas da vida humana.

Em contraste, a saída proposta por Gorz (1987) diante das mudanças no mundo do trabalho é que é "preciso que nos libertemos no trabalho e não somente do trabalho, do trabalho e não somente no trabalho é tão antiga quanto o próprio regime de assalariamento" (p. 11).O autor indica, portanto, que não se trata de eliminar a relação entre empregador-empregado existente, questão que norteava o movimento operário em suas lutas mais emblemáticas, em seu entendimento. De modo mais claro:

> Abolir o trabalho não significa, por conseguinte, abolir a necessidade do esforço, o desejo de atividade, o amor à obra, a necessidade de cooperar com os outros e de se tornar útil à coletividade. Ao contrário: a abolição do trabalho é apenas a supressão progressiva, e que jamais será total, da necessidade em que estamos, de comprar nosso direito à (praticamente sinônimo de direito ao salário) alienando nosso tempo, nossa vida.(Op. cit.)

Esse processo seria consolidado através da redução da jornada de trabalho, da experiência do ócio, pois, segundo Gorz (1987), assim haveria a possibilidade de viver mais e poder realizar muitas coisas que o dinheiro não compra e mesmo uma parte do que ele é hoje capaz de adquirir. Mas essa experiência é indicada pelo autor especialmente para aqueles que não depositam no trabalho a possibilidade de realização pessoal, nem o

> conteúdo principal de suas vidas – pelo menos enquanto o trabalho for sinônimo de horários fixos, de tarefas predeterminadas e de limitação de competências (...). Não constituem uma franja: é a maioria real ou virtual dos "ativos" que considera"seu trabalho" como uma necessidade fastidiosa com a qual é impossível envolver-se plenamente. (Ibid., p.16)

A impossibilidade de envolvimento com o trabalho é resultado, de acordo com o autor, da exigência dirigida ao trabalhador de um desempenho mais intelectualizado em sua atividade – em oposição às tarefas manuais anteriores –, mas sem contemplar o estímulo ou a satisfação das possibilidades intelectuais desses mesmo sujeitos, o que faz com que não se identifiquem com seu trabalho, nem com sua condição operária.

> A essa camada que vive o trabalho como uma obrigação exterior pela qual "perde-se a vida ganhando-a", eu chamo de não-classe de "não-trabalhadores": seu objetivo não é a apropriação, mas a abolição do trabalho e do trabalhador. E é por isso que ela é portadora do futuro: a abolição do trabalho não tem outro sujeito social passível que não essa não-classe (Gorz, 1987, p. 16).

O autor vislumbra a possibilidade de uma abolição libertadora e socialmente controlada do trabalho através da intercambialidade das tarefas, possibilitando a redução da duração do trabalho e sua distribuição entre a população. Consideramos que essa posição avança diante de nosso intuito, que é ampliar a análise das transformações do sentido do trabalho, que se desinveste da realização *do fazer* para o *(parecer) ter* em muitos momentos, como anunciamos anteriormente, pois percebe que há uma incongruência a ser levada em conta, presente na relação entre o trabalhador e seu trabalho. A busca de sentido no trabalho pode ser empreendida, nessa perspectiva, no entendimento do trabalho como um fim em si mesmo – como algo que porta significado intrínseco –, e não como um instrumento, um objeto para inclusive participar do mercado consumidor – tal como a lógica da mercadoria sugere. A referência ao espaço relacional, especialmente a valorização da comunicação, encontra maior similaridade com nossas proposições, pois entendemos que a dimensão do trabalho deve ser reconsiderada em virtude dos movimentos que a cultura e os laços sociais imprimem na sociedade hoje, diferentemente do que poderia ser vivido no início do século passado, por exemplo.

Portanto, as construções teóricas contemplam essa dimensão de discussão, pois integram o repertório cultural como um todo em que o trabalho é uma das vias de expressão,

posições que são mais consonantes com a formulação desenvolvida neste texto. Certeau (1994) constitui uma referência nesse sentido, pois propõe uma mediação para a superação das contradições presentes no trabalho através de interlocuções com a psicanálise, a antropologia e a sociologia. O alerta que o autor faz de que "sempre é bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas" (p.7), demonstra o quanto ele responsabiliza todos os atores sociais pelos movimentos existentes e pelos efeitos supostamente impostos. O que, à primeira vista, pode parecer um desconhecimento do sujeito pode também ser pensado como uma tática, como veremos a seguir, para lidar com os fatos sociais.

Recusando-se a assumir um reducionismo em uma análise, um atomismo em seu objeto, o autor justifica que sua análise mostra antes que "a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais" (Certeau, 1994, p.38). Desvelando os modos de fazer dos indivíduos, propõe o entendimento da apropriação que os sujeitos fazem do mundo e de si mesmos:

> A atomização do tecido social dá hoje uma pertinência política à questão do sujeito. Comprovam-no os sintomas que são as ações individuais, as operações locais e até as formações ecológicas pelas quais se preocupa, no entanto, de modo prioritário, a vontade de administrar coletivamente as relações com o meio ambiente. Essas maneiras de se reapropriar do sistema produzido, criações de consumidores, visam uma terapêutica de socialidades deterioradas, e usam técnicas de reemprego onde se podem reconhecer os procedimentos das práticas cotidianas. Deve-se então elaborar uma política dessas astúcias (Certeau, 1994., p.52).

Certeau direciona sua análise a partir de dois conceitos fundamentais: estratégias e táticas, entendidos como movimentos presentes na dinâmica social. O primeiro refere-se ao cálculo – ou manipulação – das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e de poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma

exterioridade de alvos e ameaças – os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc. A formulação do autor pressupõe, portanto, um reconhecimento e instituição de poder que permitem certa arbitrariedade social.

Contrariamente, tática é entendida como ação calculada, determinada pela ausência de um lugar próprio, de um poder constituído, pois nenhuma delimitação exterior – ou social – fornece a sua condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o outro, na medida em que a possibilidade de atingir esse outro possa modificar sua condição. É a arte do fraco, sintetiza Certeau (1994), pois a tática é determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder. Ou ainda:

> As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos sucessivos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um "golpe", aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos, etc. (p. 102)

O autor defende, através desses dois conceitos, que há potencialidades em ambas as posições, mesmo que a segunda – a tática – exija maior empenho para sua efetividade, pois não tem seu poder legitimado. Contudo, é na dinâmica social, através dos dois mecanismos, que se mobilizam mudanças nas relações de poder, o que podemos imediatamente transpor para o mundo de trabalho e suas assimetrias. Eis o espaço que se mostra produtivo, mesmo que haja incontestáveis estruturas hegemônicas fazendo pressão sobre os sujeitos, como as normativas da corporação, as limitações de acesso às decisões e a fragmentação do trabalho. Mas, enquanto as estratégias são a resistência para manter um lugar no decorrer do tempo, as táticas ocupam-se de uma hábil utilização do tempo, das ocasiões e dos próprios jogos inerentes à sustentação do poder. A proposição efetiva-se através da observância das práticas dos sujeitos, da percepção da astúcia com que cada grupo lida com as contingências enfrentadas no cotidiano. Esse campo analítico justifica-se, já que os efeitos desse

“transbordamento” do espaço do mundo do trabalho atinge, então, não só o contexto público, mas também o privado:

> os efeitos dessa relação que se estabelece com o trabalho e com a empresa não se limitam à esfera do espaço produtivo mas abrangem o cotidiano do operário e sua família também na esfera do privado, do doméstico. A qualidade da relações familiares passa a ser afetada pelas políticas da empresa que institui sofrimento promulgando estilos performáticos, a dedicação integral ao grupo, o amor fusional e com eles os problemas de saúde decorrentes, o envelhecimento precoce, a doença, o medo de perder o emprego e com ele perder a própria identidade. E não é só isso: ao propagarem esse modo de vida, impregnado de ‘Qualidade Total’, de ‘adira aos princípios da empresa’, estamos contribuindo para nossa própria retificação ao nos comportarmos - e a requererermos **sermos** tratados – como objetos (Regner, 1997, p.189).

Santos (1999) discute essa questão a partir de uma dinâmica distinta, aparentemente contraditória e aderente à defesa da centralidade, mas que acaba por também envolver e comprometer os sujeitos, suplantando a condição do trabalho em si como organizador social:

> A centralidade do trabalho e da produção, ao invés de diminuir, tem de fato aumentado. E a razão para isto reside na crescente mercadorização da satisfação das necessidades e na cultura que lhe está associada e a legitima – o consumismo. Através delas, o crescimento infinito da produção ocorre simetricamente com o crescimento infinito do consumo e cada um deles alimenta-se do outro (p. 309).

Esse elemento que o autor introduz, a inclusão enquanto sujeito do consumo, dimensiona a análise a partir de outros elementos, pois suplanta os limites que habitualmente circunscrevem a categoria trabalho, o que é particularmente pertinente nesta investigação, e conota diferentemente essa ação. Dessa forma, questionamos a defesa da centralidade da categoria trabalho, visto que essa distinção não garante a discussão neste momento pretendida. As saídas apontadas por Certeau e Santos ancoram maiores possibilidades de interlocução, visando a respostas para a questão proposta, pois a própria designação de Sociedade do Consumo, com a qual concordamos, dimensiona uma forma de laço social que extrapola a esfera laboral, não comportando o trabalho a modalidade de significação predominante hoje.

Compartilhamos da concepção do trabalho enquanto operador da possibilidade efetiva de o homem reconhecer-se no mundo, exteriorizar sua personalidade, diferenciar-se dos outros seres da natureza e, sobretudo, sustentar a sua existência em muitos momentos. Contudo, afirmamos que a marca distintiva vem diminuindo sua incidência enquanto suporte à subjetividade, pois não tem sido suficiente para garantir a inclusão na coletividade, uma vez que a condição de trabalhador não é por si meritória ao sujeito hoje. No sentido inverso, experimentamos o potencial de consumo como referência insistente para dizer sobre o sujeito, reconhecida como potencial em diversos cenários sociais, inclusive no trabalho.As diferentes formas de laço social que a civilização experimentou, como a descendência, a religiosidade e a capacidade artística, por exemplo, foram critérios referendados que igualmente obtiveram suporte da cultura e transmissão através de seus aparatos. Precisamos favorecer um distanciamento mínimo que nos permita entender o nosso presente e sua historicidade, mesmo que consideremos a limitação de nossa análise pela simultaneidade de nosso protagonismo nessa experiência.

1.4 A PSICOLOGIA DO CONSUMIDOR

Considerando a presença importante e preocupante de conflitos no processo de trabalho tal como hoje o vivenciamos, passamos a enunciar os elementos que encaminham associações entre trabalho e consumo, implicação que consideramos fundamental para a compreensão das mudanças vividas no trabalhar, mas atualmente pouco cogitadas pela psicologia. Apontamos anteriormente que as marcas subjetivas são necessárias ao sujeito para que se perceba como tal e que os laços sociais conferem pertença e suporte cultural ao homem; reafirmamos que o trabalho empresta essa condição ao sujeito em muitos momentos,

mas assinalamos o progressivo entrelaçamento que se processa na sociedade de consumo entre o consumir e o trabalhar.

A consideração dessa intersecção não nos parece contemplada nas análises do campo da Psicologia do Trabalho e em outras áreas do conhecimento que se dedicam ao estudo da temática trabalho. Essas categorias já estiveram explicitamente entrelaçadas, como observamos ao conhecer a história dos movimentos de consumidores, à qual a recorremos para demonstrar tal conjunção histórica.

É justamente através da organização de mulheres trabalhadoras que surgiu, em 1890, a primeira entidade consumerista, a *New York Consumers League*, sob a liderança de Josephine Lowell, seguindo-se a abertura de associações similares em Boston, Chicago e Filadélfia. Em 1899, essas organizações uniram-se para formar a *National Consumers League*[16], dirigida por Florence Kelly. O crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, especialmente nos serviços de escritório e no comércio, impulsionou sua luta por uma participação política mais efetiva. A pauta de reivindicações femininas inicia pela questão do voto, mas se expande na luta por reformas sociais mais amplas:

> O reconhecimento da importância crescente das experiências de consumo na vida cotidiana conduzia à descoberta da força dos consumidores como grupo: de modo inédito, as decisões de compra podiam ser direcionadas de forma a incidir sobre a organização da própria produção. No ideário da *National Consumers League*, porém, o potencial dos consumidores organizados não se restringia a promover o aperfeiçoamento, em qualidade e preço, da oferta de produtos e serviços. Acreditava-se que os consumidores também deveriam atuar como grupo de pressão sobre as empresas e o próprio Estado para a melhoria das condições de trabalho e de remuneração das indústrias (Bevilaqua, 2002, p.32).

É importante salientar que esse posicionamento se traduzia em ações bastante propositivas. Um dos principais mecanismos utilizados pela *National Consumers League* era

[16] Os objetivos do movimento são assim resumidos, *cf* *www.natlconsumersleague.org*: Nossa preocupação não é somente que os bens sejam produzidos e distribuídos, os serviços prestados, a preços razoáveis e em quantidade adequada, mas também em condições de trabalho justas, seguras e sadias, que assegurem produtos de qualidade para os consumidores e um padrão de vida decente para os trabalhadores. Nossa prioridade é e sempre será promover o bem-estar dos consumidores e assalariados menos capazes de proteger a si mesmos, ajudando-os a desenvolver tanto quanto possível suas próprias capacidades.

a divulgação de uma lista “branca” de produtos e empresas recomendadas ao público por sua qualidade e honestidade. Ao mesmo tempo, a organização engajou-se na luta por um salário mínimo nacional[17], o que demonstra que a organização também visava à representação dos interesses de indivíduos e grupos sociais considerados vulneráveis, sendo o proletariado claramente reconhecido como tal (Bevilaqua, 2002).

A partir da década de 30, modifica-se essencialmente a atuação das organizações consumeristas, voltando-se para o desenvolvimento de rigorosas avaliações técnicas da qualidade dos produtos, pois o crescimento extraordinário de compra de bens industrializados, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial, demandava esse controle. A preocupação desloca-se da produção para a qualidade, identificando-se o enfoque individualizante e a preocupação econômica pela ênfase na racionalização das práticas de consumo.

Num terceiro momento, depois de 1960, observa-se nova forma de atuação das organizações consumeristas, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, conseqüência da percepção do papel reduzido que as organizações de defesa dos consumidores tinham sobre as empresas. A consciência de que os problemas enfrentados não seriam ocasionados pela ação eventual das corporações, mas sim pela própria dinâmica do mercado ensejou a criação de novas formas de articulação social. Conceber a reivindicação no plano individual não seria mais possível, o que exigia não somente a mobilização dos consumidores, mas também uma intervenção mais firme dos governos na regulamentação do mercado de consumo[18].

---

[17] O salário mínimo nacional só foi instituído em 1938, pelo *Fair Labor Standards Act.* Antes disso, porém, foram introduzidas inúmeras leis estaduais de limitação de jornada de trabalho, de proteção às mulheres trabalhadoras e de restrição ao trabalho infantil.

[18] O mercado não é mais concebido como um conjunto de transações independentes, mas como uma correlação de forças desiguais entre dois pólos opostos: os consumidores e os fornecedores, tomados em conjunto. Diferentemente do que ocorria nos primórdios do movimento consumerista norte-americano, quando as organizações se pautavam pelo reconhecimento de uma solidariedade imediata entre consumidores e trabalhadores, a nova concepção de fornecedor engloba trabalhadores e patrões, bem como outras categorias que, num contexto diferente, podem estar em conflito, como produtores e comerciantes cf Winward (1994) citado por Bevilaqua (2002, p. 37).

Diante dessa retrospectiva histórica, podemos vislumbrar uma simultaneidade de ações no plano da organização dos consumidores com os desdobramentos do desenvolvimento industrial, da produção de bens e serviços. Da gênese, identificada por uma luta engajada de atores sociais, à característica predominante atual, que é a representação através do Estado, de defesa perante o predomínio das leis do mercado, a condição de consumidores consegue maior espaço social, obtém mais legitimidade em suas exigências e "descola-se" de outras pautas da sociedade civil. A promulgação do Código de Defesa do Consumidor em 1990 no Brasil corrobora essa afirmação, pois é mais fácil um sujeito exigir seus direitos enquanto consumidor do que como cidadão brasileiro; ser consumidor é uma evidência, enquanto a cidadania ainda é, acima de tudo, uma construção social da condição humana.

A questão que se impõe é refletir sobre essa passagem, sobre a aderência que o sujeito moderno vai estabelecendo com o consumo. É oportuna a apresentação do campo da Psicologia que estuda os fenômenos do consumo pelo viés do comportamento do consumidor, pois anuncia sobre o percurso e papel da ciência psicológica durante o século XX, como também sustenta a proximidade das categorias e objetos de estudo com que formulamos esta tese. O campo da psicologia do consumidor é contemporâneo à psicologia escolar e organizacional, surgindo nas primeiras décadas do século XX, impulsionado por mudanças intensas pelas quais o mundo passava em função da grande industrialização.

Dessa forma, produz conhecimento há mais de um século acerca dos processos e comportamentos de compra, o que, tradicionalmente, municiou o segmento empresarial no atingimento de suas metas comerciais, aproximando produtos e desejos consumeristas. Sua prática dedica-se à descoberta de conhecimentos e instrumentos psicológicos para a segmentação dos públicos consumidores. Sua relação estreita com o âmbito das práticas psi na organização nem sempre é considerada, mas

> No passado, a área mais ampla de conhecimentos e práticas de natureza psicológica denominada Psicologia Organizacional (ou Psicologia Organizacional e Industrial) incluía contribuições relativas à psicologia do consumidor. Com o passar do tempo, entretanto, os campos de investigação e aplicação da Psicologia Organizacional expandiram-se tanto que já se pode concebê-los como segmentos independentes, tanto como áreas de atuação profissional do psicólogo, como disciplinas acadêmicas e campos de pesquisa. Isto ocorreu no caso da Psicologia do Consumidor (Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil, ADVB, 2000, p. 2).

Seu objeto de estudo define-se pelo comportamento do consumidor, que "diz respeito à elucidação das razões que fazem com que o indivíduo compre e consuma um produto em vez de outro em determinada quantidade, em um momento específico e em certo lugar" (Karsaklian, 2000, p. 18). Uma vez tendo situado a categoria, podemos perceber a dinâmica do mercado consumidor como norteador da análise, pois é o potencial do consumidor que se deseja revelar; nessa perspectiva, não há intenção de investigar a relação que subsidia esse processo de compra enquanto contexto social, afinal, "o estudo do comportamento e da psicologia do consumidor é realizado para permitir o desenvolvimento de estratégias de marketing mais eficazes" (Gade, 1998, p. 1).

A dimensão proeminente do produto pode ser também constatada em diversas práticas sociais, como enunciaremos a seguir, mas é importante ressaltar o caráter discursivo da psicologia no que se refere ao consumo, pois reflete e confere significados aos fenômenos de seu tempo, embora nem sempre abarque a dimensão subjetiva que a caracterizaria enquanto campo. A nomeação de cliente interno àquele que trabalha na organização, sendo alvo das mesmas estratégias de marketing dirigidas ao público externo, e a exigência de que as idéias devem ser vendidas para serem compradas ilustram algumas situações habituais nas organizações, onde a dimensão do consumo se presentifica claramente. O oferecimento de capacitações voltadas para o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, visando a uma aderência eficiente do sujeito a sua tarefa também exemplifica a condição do trabalhador enquanto objeto, no qual a subjetividade fica restringida em sua expressão.

Demonstradas mais uma vez essas conjunções entre as modalidades de relação – aqui, especialmente de trabalho e consumo –, descreveremos, a seguir, elementos históricos do campo da Psicologia do Consumidor.

1.4.1 A História da Psicologia do Consumidor

Seu pioneiro, John Watson, era psicólogo de trajetória acadêmica, professor e pesquisador na *J. Hopkins University* na primeira década do século XX. Considerado um dos principais autores da teoria comportamentalista, instituiu os primeiros marcos do campo da psicologia do consumidor, inicialmente denominada psicologia da publicidade. Nos anos 20, passou a aplicar suas teorias a respeito do comportamento humano na companhia *J. Walter Thompson*, desenvolvendo novas técnicas de marketing, de conquista de mercado e de formação de hábito, afastando-se das atividades acadêmicas. Em 1924, John B. Watson tornou-se vice-presidente da companhia, mas, antes de chegar ao segundo posto da empresa, viveu a prática de vendedor, voltando-se para o estudo do mercado consumidor. Amparado no pressuposto de que a Psicologia deveria restringir-se aos dados das ciências naturais, ao que poderia ser observado, ou seja, ao comportamento, passa a aplicar experimentos para descobrir como despertar o consumidor.

O cenário após a Primeira Guerra Mundial, momento de industrialização crescente e de mudança de atitudes em função das transformações sociais, era propício para a introdução de produtos e seus significados simbólicos. Watson oferecia suas técnicas comportamentais como uma forma de prover serviços diretos para o controle social da sociedade emergente que procurava estabilidade e previsão. Para garantir a reação apropriada de um consumidor, aconselhava que se dissesse a ele algo que estivesse ligado ao medo, que provocasse uma

raiva, que evocasse uma resposta de amor ou atingisse o psicológico ou as necessidades de hábito (ADVB, 2000).

No decorrer do século XX, a demanda empresarial pelos instrumentais oferecidos pela psicologia para persuadir o consumidor aumenta. Cresce a diversidade dos produtos disponíveis, tanto no que se refere à quantidade quanto à variedade dos itens, mas as necessidades imediatas dos compradores já estão satisfeitas. Assim como nas áreas do Marketing e da Publicidade, concebidas sob a égide da sociedade de consumo, a Psicologia do Consumidor ganha espaço. Afinal, sua promessa de desvelamento da mente, dos processos cognitivos e das motivações do consumidor é importante para a consecução dos objetivos empresariais, que precisam ter receptividade comercial em seus bens e serviços. Mantendo a tradição empirista, a área desenvolve-se a partir de experimentos, estudos estatísticos correlacionais e *surveys*, sofrendo importante influência da escola americana cognitivo-comportamental. Tal relação está presente nas formulações que se referem ao comportamento enquanto categoria reveladora do indivíduo e de suaconsciência. A ausência de considerações históricas ou culturais nessa abordagem também predomina, refletindo a concepção de um sujeito previsível, modelável, guiado pela racionalidade, como propõe o comportamentalismo.

Os psicólogos que hoje trabalham nesse campo estão habitualmente inseridos em agências de propaganda, institutos de pesquisa e instituições de marketing. As técnicas de entrevista e de abordagem investigativa – dinâmicas de grupo, observações – que esses profissionais detêm são instrumentais bastante valorizados, bem como a capacidade de traçar perfis psicológicos dos usuários dos produtos, gerando a diferenciação que interessa tanto ao mercado. Além dos modelos de cognição do comportamentalismo, as categorias perceptivas da Gestalt e a estrutura psíquica da psicanálise são referenciais também para algumas teorizações da Psicologia do Consumidor, como em Gade (1998) e Wellausen (1988). No Brasil, essa área institui-se com visibilidade, como ocorre nos Estados Unidos, por exemplo,

que possui revistas, congressos e associações dedicadas ao estudo do comportamento do consumidor[19].

A disciplina de Psicologia do Consumidor figura na grade curricular de alguns cursos de graduação nacionais, sendo habitualmente obrigatória nos cursos de Administração, Marketing e Publicidade; entretanto, nas faculdades de Psicologia tende a ser uma disciplina eletiva e não se constitui numa área de prática profissional através de estágio curricular. Aprendizagem, atitudes, percepção e estilos de vida são alguns dos temas instrumentais para a Psicologia do Consumidor, que, além do campo teórico instituído, encontra aplicação de seus postulados (e exercício profissional) nos diversos institutos de pesquisa brasileiros, nos departamentos de marketing e desenvolvimento de produtos de grandes empresas e em agências de publicidade.

Algumas linhas e grupos de pesquisa acadêmicos caracterizam-se pela pesquisa mercadológica, atuando freqüentemente como prestadores de serviço para clientes empresariais que desejam conhecer mais sobre seus clientes, serviços e produtos. Através de grupos de discussão, de experimentos, prontuários e instrumentos projetivos quantitativos e qualitativos oferecem conhecimento sobre as reações, comportamentos e expectativas dos consumidores.

Há outras produções acadêmicas que se estabelecem a partir de uma matriz social, dedicando-se à busca de interlocuções com outras ciências, tendo como ponto de partida a questão da subjetividade. Identificamo-nos com essa abordagem e propomos, neste momento, a apresentação das teorias que têm sido instrumentais para a discussão dessa temática a fim de agregar elementos que contemplem aspectos que certamente repercutem nos processos

[19] O *Journal of Consumer Psychology*, da *Society of Consumer Psychology* têm atuação intensa nos Estados Unidos como verificamos em http://fisher.osu.edu/marketing/scp/journal

subjetivos estudados pela psicologia. Contudo, é importante assinalar que a investigação dissociada entre esse campo e a Psicologia do Trabalho, supondo a independência de suas respectivas categorias, pode estabelecer o desaparecimento de uma conjunção de relações que historicamente se efetivam, como o movimento de consumidores enquanto fato social conduzido por trabalhadores demonstra. Recuperar essa historicidade nos parece importante para o desenvolvimento das investigações que se comprometem como o objeto de estudo da Psicologia do Trabalho.

2 DIÁLOGOS COM A TEORIA DA SOCIEDADE DE CONSUMO

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, como descrevemos anteriormente, são simultâneas e guardam importante relação com a instauração da sociedade de consumo. A condição de trabalhador, construída no século XX a partir da institucionalização de vínculos, como o emprego, é concomitante à formação da condição de consumidor, que também é acompanhada do estabelecimento de modelos de relação social próprios, como os papéis de fornecedor, prestador de serviço e cliente. A regulamentação jurídica desenvolvida para normatizar esses modelos corrobora a implicação existente, pois a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o Código de Defesa do Consumidor são considerados conquistas no plano social, avanços em direção à cidadania a partir de dispositivos legais.

Dedicamo-nos, neste momento, a pôr em evidência os elementos que explicitam o engendramento da sociedade de consumo, que enseja a emergência de um novo tipo de vida social e de uma nova ordem econômica, explorando elementos que possibilitarão compreender as intersecções entre a dinâmica das categorias trabalho e consumo. Podemos situar o surgimento da sociedade de consumo circunscrita no modelo capitalista a partir do crescimento econômico do pós-guerra nos Estados Unidos no final dos anos 40, início dos 50 e, mais marcadamente, na década de 60 nos demais países, com o surgimento de outra ordem internacional. Enquanto a velha economia ocupava-se da produção de bens, a nomeada “nova economia” compreende a produção e disseminação de informações, principalmente por meio eletrônico, gerando um redirecionamento do setor produtivo e da divisão do trabalho na sociedade. Santos (1999, pp. 307-8) explicita esse processo:

> A perda da lucratividade capital a partir da década de setenta foi um dos fatores da transnacionalização da produção. A agudização da concorrência criou uma dupla exigência com impacto direto na relação salarial. Por um lado, a busca da redução dos custos do trabalho e, por outro, o aumento da disciplina sobre o trabalho. Essa

> dupla exigência conduziu à maciça industrialização de alguns países periféricos e a uma certa desindustrialização, com a conseqüente perda de postos de trabalho, nos países centrais onde, entretanto, o crescimento dos serviços aumentou significativamente. O processo de globalização da economia afetou assim tanto o centro como a periferia do sistema mundial.

Castells (2000) estuda o surgimento de uma nova estrutura social, que se apresenta conforme a diversidade de culturas e instituições em todo o planeta. Segundo o autor, essa nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, ou seja, a intensificação de informações e o desenvolvimento da comunicação como indicador de produtividade, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX. Entre os fatores que contribuem para essa reformulação do modelo econômico, estão o declínio do poder do Estado, os efeitos da globalização, o desenvolvimento da tecnologia da informação e o espírito de reestruturação decorrente de movimentos sociais importantes em diferentes lugares do planeta, como a ascensão da esquerda ao poder e a mobilização de grupos minoritários em defesa de seus direitos. Essa sociedade que enfrenta tal diversidade de transformações acaba por modificar também suas características, como expõe Santos (1999, pp. 255-6):

> A aspiração de autonomia, criatividade e reflexividade é transmutada em privatismo, dessocialização e narcisismo, os quais, acoplados à vertigem produtivista, servem para integrar, como nunca, os indivíduos na compulsão consumista. Tal integração, longe de significar uma cedência materialista, é vivida como expressão de um novo idealismo, um idealismo objetístico. ... nessa medida os objetos transitam da esfera do ter para a esfera do ser.

Verificamos, nesse cenário, um deslocamento, uma passagem que gera importante efeito nessa configuração social: os objetos passam a possuir outros significados diferentes de seu valor utilitário, chegando à mediação das relações sociais, pois adquirem propriedade para definir a inclusão, os valores e a identificação dos sujeitos. Tal poder atribuído aos bens é oportunizado por uma dinâmica social particular que se configura. Segundo Calligaris (2000), esse traço específico da modernidade ocidental é a insatisfação fundamental do sujeito, que constitui um dos pilares da constituição subjetiva, o que produz efeitos importantes na forma

de ser e estar no mundo. A característica desejante é uma produção cultural, advinda do processo de valoração do individualismo e dos ideais que passam a ser cultivados pela sociedade.

> O homem moderno não é um insatisfeito acidentalmente com o que lhe acontece, infeliz porque choveu, a peste recrudesceu ou de novo a guerra vem por aí. É indispensável que ele seja insatisfeito constitutivamente, por definição. Pois seu lugar no mundo não pode nem deve ser mais definido do que sua aspiração – como se diz – de subir na vida, sua ambição, sua inveja. Esse traço se revelou crucial para produzir uma aceleração inédita na riqueza e de diferença social: o sujeito moderno quer mais (portanto, produz e consume mais) porque deve querer sempre mais do que os outros (Calligaris, 2000, p.64).

O desejo moderno sustenta-se a partir de elementos como a reificação dos bens – que pode ser entendida como atribuição, sempre arbitrária, de qualificação aos objetos –, necessária ao capitalismo, que garante assim sua sustentação através da intensa atividade econômica de comercialização de bens. Paralelamente, ocorre o esvaziamento da tradição, da arte e da espiritualidade que consistiam outrora suportes ao homem em sua tarefa de buscar referentes para sua existência, jogando-o num universo simbólico com que tenta aplacar insistentemente sua angústia, pois não conta com parâmetros estáveis para avaliar sua experiência. Soma-se a essas circunstâncias o fato de que o homem se encontra mais distante da relação com os outros, da relação direta no cotidiano, anteriormente vivida como um elemento importante para a subjetividade, operando-se, em substituição, uma imediata e fugaz vinculação do homem com os objetos, como evidenciamos no incremento do virtual como instrumento de comunicação entre as pessoas.O sujeito vê-se deposto dos sentidos por ele arbitrados e passa a confiar às coisas esse domínio social. Nas palavras de Calligaris (2000, p. 47):

> O que é próprio ao desejo moderno é que, atrás de cada objeto desejado, sempre há um desejo de algo mais, de uma qualidade diferente: uma vontade de reconhecimento social – a qual nunca se esgota no objeto. Em outras palavras, o que é desejado é sempre instrumental para afirmar e constituir nosso lugar social. Por mais que eu possa obter o objeto que eu quero, nem por isso ele me satisfará. A riqueza de nosso mundo depende disto: de uma procura que deve se manter

> inesgotável – nenhum objeto satisfazendo a sede de reconhecimento social que permanece atrás de nossa vontade de possuir ou de consumir.

Rüdiger (1996) afirma que a categoria ‘indivíduo’ representa, em si mesmo, uma figura que tende, em nosso mundo, a se libertar das representações coletivas que anteriormente lhe engessavam a identidade e lhe prescreviam um conceito com pretensão de validade por toda a vida. Mas, ao mesmo tempo, o indivíduo passa a participar de sistemas de ação cada vez mais complexos, distintos e numerosos, que tendem a desintegrar profundamente a personalidade, exatamente pela multiplicidade de escolhas que supostamente possa fazer. O processo dessa “emancipação” tem seus efeitos:

> O resultado disso é o engendramento de uma situação bastante precária para a subjetividade que, constantemente exposta à possibilidade de perder a unidade e desprover-se de centro, vê-se compelida a desenvolver por conta própria e conservar unicamente com seus recursos essa unidade, para não perder sua identidade. O indivíduo privado de auxílio que lhe era dado pela tradição precisa agora empreender uma monitoração e uma reciclagem permanentes de seu modo de ser, se quiser preservar não somente sua condição de agente social autônomo, mas também sua própria subjetividade. (p.18)

O ordenamento social vigente que proclama a autonomia e independência do sujeito pode ser compreendido como uma resposta atual da civilização diante da conflituada dimensão da existência, agora ditada pela exigência de uma subjetividade exitosa, como explica Rüdiger (1996). Mostrando-se imperativa, essa elevada expectativa da performance do sujeito em todas as instâncias de sua vida acaba mostrando-se onerosa, o que certamente também se faz sentir no trabalho. O atingimento de uma série de prerrogativas para alcançar diferenciação social passa hoje, indiscutivelmente, pela projeção profissional. Afinal, essa é a fonte de recursos para a inserção no mundo das mercadorias, onde o indivíduo também se coloca como uma delas, diante da premência da venda de seu trabalho enquanto passaporte a esse repertório significante. A dinâmica construída para dar conta desse funcionamento social, no âmbito do trabalho, norteia a construção desta tese.

Debord (1997) contribui para a reflexão, assinalando que a dominação da economia sobre a vida social acarreta uma degradação do *ser*, elevando o *ter* a valor social. O mundo experimenta uma variedade de produtos para consumo nunca antes existente a partir do início do século XX. Mas, na fase atual, há a intensificação dessa influência, levando a um deslizamento generalizado do ter para o parecer (grifos do autor), em que o prestígio imediato tem uma função majoritária, modificando as modalidades de relação social na sociedade, pois precisa de significantes diferentes daqueles empregados anteriormente pelos indivíduos. É nesse âmbito que o autor constrói o paradigma da sociedade do espetáculo, na qual, como característica maior, o que era vivido diretamente passou a ser apoderado como representação. "Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico" (Debord, 1997, p. 18). E ainda:

> O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna espalha, extensa e intensivamente, sua ditadura (Ibid., p. 30).

Observamos, diante das considerações de Debord (1997), que, embora ainda estejamos sob a égide da Sociedade de Consumo, ela também mudou e se constitui hoje de outros significados que suplantam os objetos em si: as imagens e as sensações modulam os laços sociais, suplantando a materialidade vivida anteriormente, explorando a sensorialidade. A atual característica preponderante das peças publicitárias, que é a transmissão de uma experiência, corrobora essa possibilidade de interpretação, pois os produtos pouco aparecem ou são mencionados; o que impacta é a possibilidade imaginária e ilusória que eles portam, à que o sujeito adere.

Canclini (1995) analisa a questão a partir da ótica do reconhecimento e inclusão, em que o consumo passa a ser entendido como processo pertinente ao dinamismo social.Entende

o consumir como dotado de algo mais do que exercícios de gostos, caprichos e compras impulsivas, pois essa atitude precisa ser compreendida através da racionalidade econômica, uma vez que é importante que o consumo seja pensado como um ciclo, como um momento de produção e reprodução social, já que nele se estabelece parte da racionalidade integrativa e comunicativa de uma sociedade. O autor argumenta que, no consumo, se manifesta uma racionalidade sociopolítica interativa, uma lógica particular que instrumentaliza as relações, pois consumir seria participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo; grande parte da racionalidade das relações sociais se constrói, mais do que na luta pelos meios de produção, na disputa pela apropriação dos meios de distinção simbólica.

Assim, a aposta é que o consumo pode ser visto não como a mera possessão individual de objetos isolados, mas como a apropriação coletiva, em relações de solidariedade e distinção com outros, de bens que proporcionam satisfações biológicas e simbólicas que servem para enviar e receber mensagens. Consumo é concebido pelo autor como algo que produz uma interação, contrariamente a autores como Debord (1997) e Baudrillard (1995), que analisam o fenômeno como restritivo dos laços sociais. De acordo com Canclini(1995),

> Quanto mais custosos sejam esses bens, mais forte será o investimento afetivo e a ritualização que fixa os significados a eles associados. Por isso, eles definem muitos dos bens que são consumidos como “acessórios rituais” e vêem o consumo como um processo ritual cuja função primária consiste em “dar sentido ao fluxo rudimentar dos acontecimentos”. (p.59).

Seguindo essa lógica, não são os gostos e necessidades individuais que determinam o consumo, mas sim a escassez de bens e a possibilidade ou impossibilidade de tê-los, o que instaura um código de relações e significados particulares. Subjacentemente,

> comprar objetos, carregá-los no corpo ou distribuí-los na casa, assinalar-lhes um lugar em uma ordem, atribuir-lhes funções na comunicação com os outros, são recursos para pensar o próprio corpo, a instável ordem social e as interações incertas com os demais. Consumir é fazer mais inteligível um mundo onde o sólido se evapora. Por isso, além de serem úteis para expandir o mercado e reproduzir a força

> de trabalho, para nos distinguirmos dos demais e nos comunicarmos com eles... as mercadorias servem para pensar (Canclini, 1995, pp. 47-8).

O consumo é entendido, nessa perspectiva, como significado de interações socioculturais mais complexas. Os modos de apropriação em relações de solidariedade e distinção com outros perpassam a materialidade dos bens, que servem para enviar e receber mensagens, idéias, posicionamentos. Por tal motivo, as necessidades satisfeitas através dos objetos são fixadas culturalmente, sendo responsáveis por

> nos integrarmos com os outros e para nos distinguirmos deles, para realizar desejos e para pensar nossa situação no mundo, para controlar o fluxo errático dos desejos e dar-lhes constância ou seguridade em instituições e rituais (Ibid., p. 53).

Questionamos a prevalência e a atitude quase imperativa dessa modalidade de laço social que os objetos possibilitam, afirmada nas teorizações de Canclini, pois sugere certa normalização do fenômeno do consumo, embora tenhamos discutido que sua presença tenha se intensificado na sociedade. A evidência dessa circulação social de sentidos proporcionada pelo consumo é tácita, mas sua capacidade de comportar e evocar a subjetividade de seus atores-compradores não é tão segura no nosso entender. Como sugere Ziliotto (2003, p. 7), "...porque consumimos estamos em dívida. Porque pagamos por isso, resolvemos ser mais exigentes em nossas negociações. Provocados por esse incômodo e por essa responsabilidade, tornamo-nos consumidores da reflexão sobre essa nossa condição".

A reafirmação da condição cultural do consumo responsabiliza o consumidor; longe de naturalizar suas ações e seu gasto, nossa opção é pensá-lo enquanto um sintoma social, entendido como " algo que perturba a ordem e não faz bem" (Fleig, 1999, p.75), pois, como descrevemos, a condição de sujeito vê-se a todo momento relativizada pelos objetos.Para compreender quais são as particularidades do sujeito de nossa época enquanto construção singular por sua contextualização histórica e social, empreendemos a descrição dessa condição.

2.1 O SUJEITO: O PÓS-MODERNO E O DO CONSUMO

A Sociedade do Consumo pode ser entendida como uma forma de laço social particular de uma dada sociedade num determinado momento histórico, portanto engendrada nas diversas manifestações da cultura, como, por exemplo, o trabalho. Com o intuito de compreendermos como o sujeito se relaciona nessa Sociedade do Consumo, explicitamos primeiramente sua condição de protagonista nesse processo, ou seja, como se constitui a partir dos referenciais que a cultura lhe oferece. Tal experiência é uma construção social, pois concebemos a subjetividade como algo que suplanta a condição biológica do ser humano, sendo permeada por uma singularidade psicológica. Esse paradigma da subjetividade começa a ser engendrado historicamente, segundo Rolnik afirma em L. C. (2002), no apogeu da modernidade:

> a experiência subjetiva, no sentido moderno, instaurada nesse processo, deve sua emergência a uma intensificação da vivência da diversidade e ruptura, que acontece desde o final do século XV, acompanhada de diferentes tentativas de ordenação e de costura, que vão desembocar na formação daquilo que se convencionou chamar de "sujeito moderno" (p. 14).

O "psicológico", para L. C. Figueiredo (2002), teria sido inventado exatamente a partir do que foi expurgado desse sujeito supostamente unitário e soberano tal qual era considerado e vivenciado até então pela humanidade; constituiu-se no objeto das psicologias20 a partir dessa mudança, pois era necessária a construção de sentido da existência a partir de outros balizadores, já que a tradição, a religião e o Estado não mais respondiam a essa significação. "São múltiplas as relações das 'psicologias' com os movimentos de expansão e, principalmente, como veremos, de retraimento do espaço das virtudes morais, pois foi exatamente desse duplo movimento que nasceu o 'psicológico'"

[20] Como referimos anteriormente, não há uma Psicologia, dada a multiplicidade de abordagens oriundas de enquadres teóricos diferentes que estão consignadas a esse campo.

(p.26). A ciência psicológica não somente instrumentaliza, mas também outorga esse processo de valoração do privado, do mundo interno, da subjetivação, o que demanda novos regramentos sociais para que o indivíduo possa enfrentar, a partir dessa modalidade, sua existência. A cultura como um todo integra-se nesse movimento, oferecendo elementos de significação para a sustentação dessa forma inaugural de subjetividade, pois

> Se é no início da era cristã que a concepção moderna de sujeito encontra seus primeiros vestígios, no entanto, é somente na época moderna que ela passa, do plano da reflexão e das práticas restritas, a se impregnar progressivamente na cultura e no tecido social, tornando-se uma categoria central na esfera dos discursos e saberes, mas também servindo de criação de instituições, de práticas coletivas, de representações sobre o papel da sociedade, do Estado e da religião, etc; e principalmente habitando cada vez mais a consciência dos indivíduos, dos agentes sociais (Bezerra Jr, 1987, p.227).

Autores como Jameson (2000) e Featherstone (1995) defendem que há um segundo momento desse processo de transformação da modernidade, cujas origens remontam ao final dos anos 50 ou começo dos anos 60, ao qual nomeiam de pós-modernidade. Reconhecem que essa delimitação também tem sido aludida por sociedade pós-industrial ou sociedade de consumo, pois refere-se a “ uma nova formação social em questão que não mais obedece às leis do capitalismo clássico, a saber, o primado da produção industrial e a onipresença da luta de classes” (Jameson, 2000, p. 29). O racionalismo característico da modernidade que provoca o desaparecimento progressivo das influências da religião na vida social, associado a processos como a industrialização, urbanização e diferenciação social

> provocou uma crise de sentido especificamente moderna, ou uma crise na eficácia do vínculo social , que só poderia ser aliviada adequadamente por meio da criação ou do surgimento de algum complexo novo de significados, ou moral (Featherstone,1995, p. 157).

Enquanto a modernidade provocou a desintegração das representações coletivas e dos simbolismos homogêneos que norteavam a sociedade, exercendo a crítica na sua problematização, inclusive na busca de transcendência em relação às mercadorias, como verificamos nas manifestações culturais, o pós-modernismo integra a produção de

mercadorias enquanto processo, concomitantemente às novas formas de organização econômica e aos processos modernos de trabalho. A passagem desses dois momentos se estabelece pela paulatina incorporação dos diversos setores sociais à lógica da Sociedade de Consumo, cooptando segmentos de resistência, como a arte[21], que passam a desempenhar a mesma reificação para o mercado consumidor. Enquanto no modernismo havia a manifestação clara de repúdio à burguesia vitoriana, vista como imoral e anti-social, na pós-modernidade o culto às celebridades é recorrente, sendo um dos recursos mais usados, em publicidade, a propaganda testemunhal[22]. Nessa modalidade de comunicação com o público, é justamente a identificação com a notoriedade de sujeitos diferenciados em sua condição social, essencialmente pela via financeira ou do sucesso, que alcança a adesão do consumidor, pois

> O sujeito capitalista, hoje, corre sem parar atrás desse reconhecimento, exposto a todos os acasos do futuro próprio à economia, isto é, arriscando se arruinar, ser preso, em suma, desaparecer. Estamos em duas lógicas completamente diferentes: uma é fundada na assunção do traço que assegura a identidade; a outra é organizada pela busca incessante das marcas de uma identidade que só vale no olhar do semelhante, que só pode ser validada por um efeito de massa – reconhecimento público, midiático – e que nunca é definitivamente adquirido (Melman 2003, pp. 172-3).

O esmaecimento do afeto, a falta de profundidade e o conseqüente enfraquecimento da historicidade são apontados por Jameson (2000) como elementos constitutivos da pós-modernidade. Angustiado pela falta de controle e balizamento em seu comportamento pela inexistência de regramentos institucionais, o sujeito opta por não experimentar intensidades, refugiando-se da passividade de seus atos. Rudiger (1996) afirma que a postura combativa era um valor anteriormente exaltado, contrariamente ao hoje preponderante evitamento do confronto, em que a postura contestatória é vista como incômodo, tal qual a imprensa analisa como anacrônicos alguns movimentos sociais. Descolado de uma dimensão histórica, o

---

[21]A produção de Andy Warhol e a receptividade que alcançou mundialmente são ilustrativas desse processo.
[22]Marcondes (2002), em *Uma História da Propaganda Brasileira*, traz um importante registro de como a propaganda nacional foi se modificando e construindo diante dessas contingências sociais.

presente é vivido numa proporção intensa, e o passado é homogeneizado, o que confere significado à afirmação de que o brasileiro não tem memória, já que o consumo fugaz, inclusive de informação, é preponderante.

Podemos também notar a modulação dos afetos na esfera educacional, em que o critério utilitário do ensino para os alunos - e mesmo para alguns professores - reside na iminência de conhecer somente o que é instrumental para atividade profissional ou mesmo para a obtenção tão somente da titulação pretendida, reduzindo a complexidade da relação daquele contexto, em muitos momentos, à formalidades protocolares da instituição. Podemos, ainda, reportarmo-nos às relações afetivas como abrangência desse processo, em que o caráter "descartável" dos vínculos não é visto com censura, mas como uma escolha libertadora dos indivíduos. Como Jameson (2000) salienta, há realmente a liberação dos afetos, pois a moral, a tradição e a religião não se constituem inibidores ao sujeito; contudo, não existe nada para sentir, pois a vivência é de uma alienação que se desloca para a fragmentação. Há um descentramento do sujeito, como era concebido enquanto indivíduo autônomo burguês, pondo fim à noção mônada do ego, enquanto instância organizadora para o indivíduo.

Nesse sentido, o sujeito vive à procura de aventuras e acontecimentos, uma desvairada busca por sensações, já que o sujeito está inerte, à mercê de suas próprias experiências. Dessa descaracterização, surge o que alguns autores, como Jameson (2000) e Leite (2001), denominam de inexistência do sujeito. Constata-se que

> Um último destino surgiu atualmente no campo do saber e é a sua desconstrução, o que funda um novo momento na filosofia, a que se chamou de "pós-estruturalismo" e que apresenta a morte do sujeito. A possibilidade da inexistência do sujeito teria inaugurado, segundo alguns autores, o que se pode chamar de subjetividade pós-moderna (Leite,2001, p. 3).

Quanto à afetividade, pode-se observar que a ansiedade e a alienação não são mais suportáveis no mundo pós-moderno. Desfeito de rituais e tradições, o indivíduo opta pela

fragmentação, pelo descentramento, pelas diferentes identidades para lidar com as agruras da existência. Enquanto o homem moderno permitia-se entrar em contato com o caos, com a desordem e o medo, como no emblemático quadro *O grito*, de Edvard Munch, o homem pós-moderno experimenta somente sentimentos, para Jameson (2000) melhor descritos como intensidades, que são auto-sustentados, impessoais e dominados por certa euforia. O indivíduo centrado do capitalismo clássico, que evidenciava em instituições como família, escola e Estado essa estabilidade de papéis, foi dissolvido pela burocracia organizacional, que passa a exigir funções sempre superiores e diferentes dos que dela participam[23]. Assim, não há ego possível, se pensarmos em uma instância organizadora da personalidade, notando-se o fim do sentido do único e pessoal. Aliás, nesse particular, percebe-se o quanto referentes como a moda, os influentes do meio econômico, político, social e a publicidade são imitados na busca de modelos para atitudes e comportamentos.

Por essa razão, como assinala Jameson (1985), pode-se reconhecer que a realidade passa a ser vivida através das imagens, mediada e experienciada através de simulacros, afastando o contato e os laços que estariam em seu lugar. As relações, nessa sociedade do consumo, pós-industrial ou do chamado comércio multinacional, passam a ser mediadas pelos objetos, o que faz com que se reifique continuamente esse mundo de "coisas", com os laços sociais que adjetivam os sujeitos passando a ser construídos através da razão mercantil:

> Sabe-se muito bem, e as evidências práticas o confirmam, que o fetichismo da mercadoria e do dinheiro apresentam-se em certas manifestações conscientes de muitos indivíduos e em tantas formas específicas. Entretanto, esse saber pode nos conduzir à ilusão de que o fetichismo e as práticas fetichizadas e reificadas se restringem aos indivíduos que as manifestam conscientemente. A imputação dessas práticas aos outros pode até servir de alívio às nossas consciências, mas não elimina o fato de que, sob as condições do capitalismo, estamos todos submetidos ao fetichismo da mercadoria (Silveira & Doray, 1989, p. 74).

[23]A mudança dos critérios de inclusão no mercado de trabalho ilustram esse "desmonte" do sujeito: ora lhe é exigida a especialização, ora a generalidade em seus conhecimentos. Em alguns momentos, prioriza-se a objetividade técnica como instrumental; em outros, a capacidade de relacionamentos. A seleção prioriza, em alguns momentos, a mobilidade pessoal e a capacidade de adaptação; em outros, julga negativamente quem fez mudanças em sua trajetória profissional.

A referência etimológica das palavras também é um recurso interessante para entender as marcas da cultura na linguagem, ampliando nossas matrizes de análise. Portanto, encontramos “consumir” como “gastar” ou “corroer até a destruição, anular”; tem sua origem no latim consumere, datando do século XIII. Contudo, o substantivo – sujeito da ação – “consumidor”data do século XVI. Já os derivados “consumismo” e “consumista” são do século XX. A nomeação segue, portanto, as mutações e apropriações do sentido, como uma construção que é evidenciada pela linguagem. Há marcas que posicionam o consumo com particulares significados na cena social. Interessa-nos, particularmente, partir de uma generalização não casual de seu intento. Lafer (1972/1979) oferece alguns indícios sobre essa questão:

> no século XX o filistinismo da classe média em ascensão fez da cultura um instrumento de mobilidade social – uma mercadoria social – iniciando a desvalorização dos valores, a sociedade das massas contemporânea levou esse processo adiante ao consumir cultura como forma de diversão. ... O risco desse processo reside no fato de que a indústria de diversão está confrontada com apetites imensos e os processos vitais da sociedade poderão vir a consumir todos os objetos culturais, deglutindo-os e destruindo-os (pp. 12-3).

As mudanças sociais, especialmente a ascensão de uma classe social que deseja imprimir sua marca, consolidando seu espaço e demanda em relação à sociedade, instauram inúmeras manifestações da cultura, necessidade que é percebida e cooptada através do desenvolvimento do mercado consumidor e de sua crescente segmentação. A possibilidade de a classe média consolidar seu reconhecimento efetiva-se em muito no seu poder de consumo, especialmente em nossa sociedade, em que as desigualdades sociais são tão evidentes. Mas devemos considerar que mesmo os excluídos do usufruto do consumo se vêem incluídos nessa lógica, pois categorizações como “carentes” – referindo-se à estratificação sócio-econômica –, público teen, consumidores GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) e *clubbers*, revelam a referência constante em que os sujeitos são alocados e atribuem juízos valorativos uns aos outros, gerando mobilidade social através desses significados arbitrados no consumo.

Como se constrói essa mediação de significados e juízos, que é produção humana, produção simbólica de uma sociedade? Através da expressão *alienação radical*, Baudrillard (1995) elucida esse processo, entendido por ele como um aprendizado de generalização da lógica da mercadoria, que regula hoje não só os processos de trabalho e os produtos materiais, como também a cultura inteira, a sexualidade, as relações humanas e os próprios fantasmas e pulsões individuais:

> Tudo foi reassumido por essa lógica, não apenas no sentido de que todas as funções, todas as necessidades se encontram objetivadas e manipuladas em termos de lucro, mas ainda no sentido mais profundo de que tudo é espectacularizado, quer dizer, evocado, provocado, orquestrado em imagens, em signos, em modelos consumíveis (Baudrillard, 1995, p. 205).

A atribuição majoritária de significados através das mercadorias é, primeiramente, o reconhecimento de que essa realidade é uma das possibilidades de nossa existência social e, acima de tudo, resultado de nossas crenças e atitudes. E, se "é ridículo 'sentir nostalgia' das relações de dependência das formas pré-capitalistas, é também ridículo crer que é 'preciso deter-se nesse esvaziamento completo'" (Baudrillard, 1995, p.63). Não se trata de negar a nossa historicidade, mas de nos envolvermos em seu entendimento e construção, permitindo um necessário distanciamento que leve à reflexão, o que a sociedade de consumo tende a rechaçar:

> Uma espécie de imenso narcisismo coletivo leva a sociedade a confundir-se, a absorver-se na imagem que oferece de si mesma, a convencer-se de si mesma da mesma maneira que a publicidade acaba por convencer as pessoas dos seus corpos e dos seus prestígios. (Ibid., p.208)

O pós-modernismo, em sua estética e em seu discurso, acaba por esvaziar os referentes simbólicos, como as distinções erudito / popular, tradição/novo, de forma a constituir outra subjetividade e temporalidade, já que o valor da historicidade é minimizado, ficando os referentes que poderiam explicitar e nortear algumas marcas diferenciais na cultura destituídos dessa função. Como efeito, vemos a dificuldade da sociedade em avaliar a

propriedade de uma infinidade de produções culturais, como novos estilos musicais que são lançados, como a diversidade de conceitos artísticos presentes numa exposição e a qualidade de alguns *remakes* cinematográficos. A qualificação de tais manifestações não consegue ser estabelecida facilmente pela ausência de referências com as quais o sujeito possa se situar em sua experiência e na relação com esses referentes, provocando muitas vezes uma sensação de impotência e inferioridade.

Há outros elementos que são percebidos nessa nova ordem social, juntamente com essa voracidade por um presente contínuo, como explicitamos acima, como o júbilo do indivíduo esquizofrênico, pois a sociedade de consumo já não produz mitos porque "ela constitui o seu próprio mito", afirma Baudrillard (1995, p.207). Ao denominar-se *do consumo*, a sociedade revela como se vê e se proclama, pois "pensa-se e fala-se como sociedade de consumo. Pelo menos, na medida em que consome, consome-se enquanto sociedade de consumo em idéia. A publicidade é o hino triunfal dessa idéia" (op.cit., p. 208). A possibilidade de o sujeito existir através de identidades fragmentadas, que não conservam coerência entre si, promove a esquizofrenia como uma modalidade de existência, uma saída passível ao sujeito. Talvez o consumo seja uma unidade possível a essa pluraridade de novos comportamentos, tão dispersos e distintos, que precisam de uma categoria, ainda que abstrata, para sua sustentação:

> O caráter puramente social, "sobrenatural" de que se reveste uma das faces do valor de uso da mercadoria, em função de equivalente, nada mais é do que a encarnação nessa mercadoria, de uma espécie de "razão social mercantil", que permanentemente deve autenticar os produtos do trabalho como mercadorias, isto é, como valores e como magnitude de valores.
> Essa razão social mercantil, também, nada mais é do que o produto da história e, portanto, da sociabilidade historicamente constituída pela relação dos homens entre si e com a natureza. Entretanto, muito antes dos homens poderem tomar consciência do fato de que esses resultados emanam de suas próprias relações sociais, já se apagaram os rastros de sua própria história. E lhes parece, então, que essa lógica pertence à coisa mesma, que resulta, pois, de uma transcendência da coisa em relação aos homens e, o que cabe, portanto, é curvar-se diante dela (Baudrillard, 1995, p.69).

O consumo passa a ser constitutivo para o sujeito e seu contexto de relações e significados, uma materialidade que se realiza nos objetos e que se descola das relações entre os sujeitos no social. Featherstone (1995), citando Luckmann (1971), enfatiza que

> as noções individuais de realização, felicidade e sentido último da vida passam a ser situadas na esfera privada, onde o homem está livre para escolher e decidir por sua própria conta o que quer fazer com o seu tempo, seu lar, seu corpo e seus deuses (p.158).

Vivendo essa suposta "suficiência", o individualismo reuniria a potencialidade da realização do que não se opera com os outros, sendo a realização fixada na exterioridade enquanto objeto, o que se dá, conseqüentemente, sem o reconhecimento da alteridade. Em função de tudo isso, Baudrillard (1995) categoriza o sujeito do consumo como da ordem dos sinais, em que ele exerce a sua personalização de termo para termo, de signo para signo e

> O consumidor define-se pelo "jogo" de modelos e pela sua escolha, isto é, pela sua implicação combinatória em tal jogo. É nesse sentido que o consumo é lúdico e que lúdico do consumo tomou progressivamente o lugar do trágico da identidade (p. 206-7).

Embora haja uma aparente autonomia que facilita ao sujeito "jogar" com as referências de que se vale para sustentar a sua subjetividade, o que se processa simultaneamente é a própria claudicância desse expediente, pois a instabilidade desses significados – em função de questões como a atemporalidade e a fragmentação – acaba trazendo angústia e despersonalização ao sujeito. Na medida em que ele não encontra, não reúne referências que sustentem sua singularidade, passa a recorrer à modalidade de repertório simbólico presente nos objetos, pois a promessa publicitária reitera a possibilidade idealizada pelo consumidor da consecução de uma realização. Seria uma recompensa de um caminho árduo feito pelo consumidor, onde a busca incessante acabaria na descoberta do(s) produto(s) que condensasse(m) algum sentido, respondesse(m) a si, mostrasse(m) evidências de sua singularidade, muitas vezes tão comum. A sociabilidade aqui explicitada, estabelecida a partir

das mercadorias, necessita de uma chancela social que certifique os produtos – qualitativamente, como valor e, quantitativamente, como magnitude de valor, pois “a abundância e o consumo, não dos bens materiais, dos produtos e dos serviços, mas a imagem consumida do consumo é que constitui a nova mitologia tribal – a moral da modernidade” (Baudrillard, 1995, p. 208). Basta lembrar o quanto os produtos são anunciados a partir de suas propriedades de referenciar o consumidor, dizer sobre seu estilo de vida, sua condição social, sua capacidade de diferenciação. A estratégia do oferecimento de produtos personalizados, empregada pelo mercado no intuito de ampliar o potencial de consumo de segmentos diversificados, parece responder a essa demanda social na medida em que haveria uma correspondência possível entre o objeto e o sujeito na concretização dessa unicidade do produto que é produzido.

Ocorre, então, segundo Debord (1997), que o consumidor se torna consumidor de ilusões, o que encontramos no texto de Coelho (2001), intitulado *As embalagens mentem até quando são verdadeiras*, uma síntese extremamente elucidativa. A mercadoria é essa ilusão efetivamente real, proposta pelas propagandas, pelo merchandising e pelas embalagens, e o espetáculo é sua manifestação geral, é a experiência de fascínio e encantamento que é disseminada nas imagens veiculadas, das quais, muitas vezes, até o indivíduo é portador, como no caso das marcas. Fontenelle (2002) concebe a marca como sintoma de nossa época, pois, “ao mesmo tempo em que ela é protagonista de um processo de descartabilidade da cultura, fomentando-o”(p. 260), ela permite entender a forma de subjetividade que corresponde a nossa cultura, que cultua o fetichismo das imagens.O reinvestimento narcísico garante-se desta forma: reificadas as mercadorias, reifica-se o imaginário que o sujeito constrói para lidar com a realidade, afastando a necessidade de enfrentamentos que provocam desilusões caras à imagem poderosa do sujeito moderno. Como não há mais a exigência social de uma logocidade para a subjetividade, mas ocorrendo, contrariamente, a estimulação

daexperimentação de múltiplas e possivelmente contraditórias identidades como forma de exercício da liberdade e da autonomia do indivíduo, características propagadas pelo pós-modernismo, o consumo passa a reunir uma referência suficientemente ampla e abstrata para sustentar referências para uma sociedade que nega prescindir delas.

Nessa construção cultural que se instaura na sociedade de consumo através dos diversos elementos sociais, como a educação, o lazer, as modalidades de comunicação, observamos que uma ressignificação se produz, pois faz-se necessário incluir todo o repertório de bens simbólicos que é compartilhado pela sociedade nessa mesma lógica, que redimensiona os objetos, reificando-os. O dinheiro, como veremos a seguir, também sofre essa modulação, chegando ao status atual da potência de dizer sobre o sujeito – Mas quanto ele ganha? –, sobre seu desejo – Eu quero é ganhar dinheiro – e de sua impossibilidade – Se eu tivesse dinheiro... –, mesmo sendo essencialmente abstração e, portanto, disponível à atribuição de sentidos, o que a cultura tem estimulado sem cessar.

2.2 A HISTÓRIA DO DINHEIRO: UMA METÁFORA INTERESSANTE

O percurso histórico que descreve as conjunções entre civilização e a utilização de moedas é um recorte pertinente nesta tese, pois presta-se como metáfora para as questões que viemos apontando. O dinheiro enquanto referente simbólico, quase tão antigo quanto a humanidade, hoje se reveste de caráter essencialmente valorativo de objetos e indivíduos, possibilidade advinda de sua existência imaterial, de cunho simbólico. Em sua supremacia como referência, condensa uma variedade de significados que povoam a cultura da sociedade de consumo, como prestígio, sucesso, independência. Para Pilagallo (2000), dinheiro é uma metáfora, ou seja, uma coisa que significa outra coisa. Dinheiro não é apenas moeda, cheque,

cartão, ouro, títulos: ele se institui a partir daquilo que se pode comprar, daquilo que custou ganhá-lo. Resulta, portanto, de um certo consenso e acordo social para sua circulação."O dinheiro tem esse nome porque existe não por natureza, mas pela lei e porque está em nosso poder mudá-lo ou torná-lo inútil", já considerava Aristóteles em *Ética a Nicômacos*, citado por Pilagallo (2000, p. 16). Essa consideração afirma o aspecto cultural do uso do dinheiro, pois é uma instituição social, é um sistema social específico; para existir, precisa ultrapassar seu valor em si enquanto objeto (Weatherford, 1999).

O dinheiro, que tem presença há pelo menos dois mil e quinhentos anos, assim como a linguagem, é uma produção exclusivamente humanas. Dessa forma, pode-se reafirmar o caráter "não-natural" de sua existência, pois os significados e usos que lhe são atribuídos sofrem mudanças no tempo:

> Embora se inicie a história do dinheiro com a invenção da cunhagem de moedas – isto é, com a estampagem de peças metálicas de peso e qualidade específicos (reivindicados) – tudo isso é muito arbitrário. Gado, conchas, pedaços de metal, uísque, fumo também já foram usados como dinheiro. Essas coisas desempenham o valor básico do dinheiro, que é o de evitar os embaraços da permuta – isto é, a dificuldade natural de ter que encontrar alguém que queira trocar gado ou uísque diretamente por uma casa (Galbraith, 1982, p. 162).

Inicialmente empregada para escambos, onde o considerado era o valor da mercadoria para seus usuários e possuidores, passa a sofrer, já na civilização Lídia e Romana, as mudanças decorrentes de seu próprio abuso: a cunhagem das moedas eliminou progressivamente a pesagem. Tal medida permitiu modificar o custo de produção da moeda sem alterar o seu valor de comercialização, mas modificando substancialmente o usufruto de seu comércio, exercido pelo Estado e pelas classes burguesas. Essa capacidade de gerar lucro pela negociação do valor, que implica significação de capital, como cunha Marx, acaba por reformular as relações dos indivíduos entre si e com o dinheiro.

Transformação assim culmina com o dinheiro sendo instituído como um ponto de convergência da cultura mundial moderna, pois evidencia-se também nas relações entre as pessoas – cliente/comerciante, empregado/empregador, pais/filhos. Se inicialmente, em especial na civilização grega, a virtude humana residia no parentesco, na força e bravura nos conflitos, inexistindo crença na valoração do dinheiro ou de seus representantes – eratida como somente uma prática social –, posteriormente o comércio entre os povos promove uma nova organização social e política, manifesta de forma mais clara na civilização Lídia, depois no ano 200 aC, quando a riqueza não se dá a partir da conquista, e sim do comércio. Alguns séculos depois, Roma constitui-se como a economia mais sofisticada, o primeiro império do mundo em torno do dinheiro: promove seu uso, estabelece a padronização de produtos e medidas, aumenta seus tipos e a qualidade de dinheiro disponível no mercado.

Contudo, essa primeira aventura do homem em seu suposto controle sobre o poder do dinheiro, ancorada em investimentos no exército e no governo, em campanhas militares e em projetos de prazer pessoal, não resistiu ao desequilíbrio da balança comercial. A queda do império romano abriu as portas para o feudalismo, em que a usura era intensamente condenada pela Igreja. Entretanto, essa concepção começa a ser minimizada na medida em que a Igreja perde seu poder para a ascensão de uma nova classe social, os comerciantes/burgueses – e também tem necessidade de manter poder, que já não pode ser exercido somente através da posse de terras.A ética e a moral, anteriormente sustentadas por herança, nascimento e questões religiosas, passa a ser também construída pela posse do dinheiro, o que é verificado na transição da Idade Média para o período das grandes descobertas na navegação, instalando o período do Renascimento nas artes e na cultura:

> A velha idéia de que a terra era importante em relação ao total do trabalho sobre ela executado desapareceu. O desenvolvimento do comércio e da indústria e a revolução de preços, tornou o dinheiro mais importante do que os homens e a terra passou a ser considerada fonte de renda. As pessoas haviam aprendido a tratá-la como tratam a propriedade em geral – tornou-se um brinquedo de especuladores que compravam e vendiam pela oportunidade de fazer dinheiro (Huberman, 1976, p. 118).

Como conseqüência, na medida em que o dinheiro dá origem às instituições centrais da economia e do mercado modernos, ocorre a ascensão de uma classe social que, a partir dessa nova apropriação, se constitui e se impõe, ampliando essa significação sobre outras instituições e sistemas, com o dinheiro figurando, a partir de então, como o idioma do comércio do mundo moderno (Weatherford, 1999). A questão é que esse símbolo passa a integrar muito mais do que o contexto econômico: a sua posse ou não determina mediações sociais, permitindo a inclusão ou exclusão de sujeitos a toda uma gama de aparatos culturais. O acesso à educação, à arte, à literatura e mesmo ao entretenimento é oportunizado em muitos momentos pela objetividade do pagamento monetário.

Entretanto, mais do que esse efeito que assinalamos, a questão mais crucial e emblemática do dinheiro está em sua função social enquanto abstração, pois como tal, presta-se como justificativa para uma infinidade de atitudes humanas que escondem motivações bem mais complexas. Formalmente, paga-se o preço por algumas vontades, que se materializam nos objetos e na ação mesma de consumo, mas essa mediação que o dinheiro realiza, de objetivar a intenção do sujeito, pode contribuir para minimizar o incômodo pela impossibilidade de materializá-la ou ainda pela necessidade de justificá-la. Pela via da necessidade, numa sociedade que é do consumo, muitas das apropriações, mesmo que custosas, são exemplares e meritórias, embora sejam somente ações contíguas de um infindável processo de substituição de objetos. Essa modalidade de relação com o dinheiro não se evidencia em outros períodos históricos: o cerne dessa convivência parecia pautado pela tentativa de sustentar, mediar e atrair interesses de grupos sociais. As trocas entre os grupos prescindem de uma moeda, e isso é bastante razoável; contudo, o deslocamento que se opera quando o usufruto do dinheiro se modifica pelo imperativo do lucro é revelador de outra modalidade de laço social, que examinamos neste capítulo.

Considerando-se a história e as relações sociais que lhe são atinentes, podemos compreender a emergência de um significante como o dinheiro, uma abstração que se transforma pelos significados que a cultura lhe atribui. Percebemos sua pertinência e forte presença na sociedade atual como um regramento, uma normatização que, na ausência de outros indicadores (como a tradição, regras de convivência ou mesmo os princípios da religião), passa a qualificar o sujeito e suas ações, não se restringindo a sua função originária, que residia em promover justamente as trocas sociais. A perspectiva atual do uso da moeda é reveladora dos traços da pós-modernidade: trata-se de um objeto para garantir o usufruto da vida, pensado enquanto uma propriedade a ser conquistada individualmente – e, o mais importante: não necessariamente pelo trabalho. O mérito do sujeito está em conseguir possuir o dinheiro, sendo que o meio que utiliza para adquiri-lo nem sempre reduz a importância do feito, como podemos observar na prática da corrupção, por exemplo. Reiteramos, nesse sentido, a importância de identificarmos o quanto, no consumo, por conta de sua abrangência simbólica, acabamos reconhecendo a relação com muitos elementos de nosso laço social, sendo que, dentre eles, o trabalho é nossa questão central neste momento.

2.3 O TRABALHO ENQUANTO MERCADORIA

A passagem evidenciada no trabalho, da condição de subsistência para a formalização via relação empregatícia, comporta também um redimensionamento no seu significado e lugar social, pois o sujeito moderno encontra na condição de classe trabalhadora – ou empregadora – uma referência importante. A criação de inúmeras associações civis que congregam essas categorias revela essa relevância, o que enseja inclusive um dispositivo legal que normatize tais movimentos. A contribuição do marxismo enquanto teorização sobre a estrutura social que se desenhava na passagem do século XIX para o século XX é

fundamental para a compreensão dessa nova ordem que passa a reger também o trabalho. Embora centradas na questão econômica, as teses marxistas sobre a sociedade capitalista são uma chave para entendimento de uma série de transformações que o mundo vivenciava. A capacidade de Marx para identificar as novas modalidades de relação social é primorosa, como reconhecemos no conceito de mais-valia, que se traduz pelo excedente possível pela detenção do capital, o que explicita o redimensionamento que as relações sociais sofrem a partir de novas configurações econômicas. A mais-valia é a possibilidade de obtenção de um ganho não-previsto e simétrico numa relação que se mantinha recíproca até então – produtor de um artefato e seu comprador, para situar a mediação à que nos referimos. A partir do capitalismo industrial, se estabelece algo mais do que a possibilidade dessa troca, pois, mais do que bens, o que se troca também são significados e valores, atingindo o âmbito laboral e transformando o trabalho em mercadoria.

Reconhecendo a importância das formulações de Marx para nossa discussão, pois o autor analisou as relações entre o capitalista e o operário diante da nova estrutura econômica vigente, é oportuno anunciar que Marx (1923/1983) concebe o trabalho como uma necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e natureza. Trata-se da possibilidade e do dever da transformação que seria inerente à espécie humana, mas abarca outras dimensões, a saber:

> Todo trabalho humano é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso (p.53).

Considerando que não é a troca que regula a grandeza de valor, pois não há um valor de uso que a balize, mas é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca, essa nova ordem social também é vivenciada no trabalho. Nesse sentido, a teoria marxista destaca-se pela crítica à organização do trabalho característica do capitalismo, que se

institui através da produção da mais-valia relativa ou do aumento, às custas do trabalhador, do rendimento do capital. Dessa forma, ela produz e reproduz continuamente novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. De um lado, Marx afirma que o trabalho contribui para um inevitável progresso histórico, econômico e social; em contrapartida, configura-se um meio de exploração civilizada e refinada que domina as condições de trabalho, intensificando-se com o emprego das máquinas. O meio de trabalho tornado autômato ergue-se, durante o processo de trabalho, diante do operário sob a forma de capital, ocasionando que

> o trabalho objetivado no valor das mercadorias não se representa apenas de um modo negativo, como um trabalho em que todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos reais são abstraídas. Sua própria natureza positiva é expressamente ressaltada. Ela é a redução de todos os trabalhos reais à sua característica comum de trabalho humano, ao dispêndio de força de trabalho do homem (Marx, 1923/1983, p. 67).

A redução do trabalho à forma da mercadoria é pensada por Marx como análogo ao caráter fetichista, uma vez que, ao consumirem os produtos do trabalho, produzidos como mercadorias, os trabalhadores acabam sustentando a lógica, o que engaja produtores e produtos sob a mesma "autoridade" da mercadoria, dado o caráter místico, como refere Marx, que ela assume, majoritariamente. Portanto,

> os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações entre as coisas (Ibid., p. 71).

Codo (2002) enfatiza que "a dualidade do trabalho como mercadoria, como valor de uso e valor de troca tem correspondência imediata com seu modo de expressão, como trabalho concreto e abstrato, segundo seu valor perante a sociedade" (p.173). Elucidando os termos para analisar a afirmação proferida, considera-se trabalho abstrato aquele que não é visível, mas é real na condição de criação de valores cristalizados em cada mercadoria, independentemente do valor de troca que elas possam assumir no mercado. É a referência

para identificar a atividade profissional de cada categoria, sendo uma categoria explicativa, o que tem sua modalidade de significação numa sociedade que se caracteriza pelo consumo. Podemos referir a conflitiva enfrentada pelos vestibulandos diante da escolha profissional como ilustrativa dessa dinâmica, em que a expectativa por retorno financeiroe reconhecimento social sobrepujam muitas vezes outras modalidades de identificação com a formação acadêmica, restringindo-a, por vezes, a essa potencialidade remuneratória.

Ampliando os referenciais para nossa análise, citamos Debord (1997), que diz que o desenvolvimento das forças produtivas construiu e modificou a condição da existência de grupos humanos, não sendo mais pautada pela sobrevivência. Contudo, há a supremacia da base econômica sobre a vida social, tanto é que

> a exibição incessante do poder econômico sob a forma de mercadoria, que transfigurou o trabalho humano em trabalho-mercadoria, em *assalariado*, resultou cumulativamente em uma abundância na qual a questão primeira da sobrevivência está sem dúvida resolvida, mas resolvida de um modo que faz com que ela sempre torne a aparecer; ... O crescimento econômico libera as sociedades da pressão natural, que exigia sua luta imediata pela sobrevivência; mas agora é do libertador que elas não conseguem se liberar. (Debord, 1997, p.29)

A esse respeito, o autor afirma que a submissão da consciência dos homens aumenta nesse contexto de reificação da mercadoria porque há o incremento também da racionalização e da mecanização do processo de trabalho, fazendo com que o trabalhador perca a dimensão de atividade, adotando uma atitude contemplativa. O que ocorre é que

> o homem separado de seu produto produz, cada vez mais e com mais força, todos os detalhes de seu mundo. Assim, vê-se cada vez mais separado de seu mundo. Quanto mais sua vida se torna seu produto, tanto mais ele se separa da vida. (op. cit., p. 25) .

S. L. de Mello (1999) também reconhece a relação existente entre as forças produtivas e o consumo ao afirmar que “cresceram desmesuradamente as forças produtivas e a capacidade de produção, aliada à cegueira do capitalismo, transformando nossas sociedades em sociedades de consumo de massa e o trabalhador em um consumidor” (p.53). Esse

engendramento que investigamos nesta tese e buscamos conhecer em suas manifestações e conseqüências já aponta algumas pistas: o trabalho também encontra-se, para empregar um conceito marxista, fetichizado. Ainda que pela via do seu produto, a mercadoria, há uma transformação observada na instituição da dinâmica capitalista, que desloca o sentido do trabalho em si para o seu produto enquanto mercadoria. Avançando em nossa elaboração, o incremento do mercado consumidor pode ter sido uma decorrência, por um lado, do próprio trabalho humano que é arregimentado no sistema produtivo; por outro, devemos considerar que há um sujeito que suporta sua atividade laboral pela primazia de sua superação enquanto consumidor. Como essa operação não se dá sem efeitos para o sujeito, pois essa ilusão que o fetiche oferece lhe exige como contrapartida uma adesão imaginária – e inclusão – na cena, prosseguiremos apresentando outra dimensão da sociedade de consumo, o entretenimento.

2.4 O ENTRETENIMENTO – O GANHO

Como Marx (1923/1983) alerta, o conflito é esperado como um reflexo dessa estrutura de relações sociais que se estabelece, na qual o trabalho, ao incorporar a lógica da mercadoria, também provoca a oposição entre o detentor do capital e o trabalhador, justamente pelo efeito da mais-valia, que os distingue no usufruto da troca social. Argumentando-se que há uma tensão constante, uma incessante sensação de prejuízo, de lesão experienciada na condição de operário, há que se encontrar alguns dispositivos que possam aplacar ou, minimamente, deslocar essa fratura social em prol da manutenção da estruturatal como ela apresenta-se.

A cultura do espetáculo e do entretenimento parece-nos responder a essa demanda social, que se encaminha por via dupla – tanto pelos capitalistas quanto pelos proletários, para

usarmos as categorias marxistas. O surgimento do cinema, no início do século XX, corrobora essa afirmação, pois vem oferecer um espaço de entretenimento a uma sociedade que começava a se urbanizar e industrializar, havendo a necessidade de encontrar novos hábitos para a convivência social e a compensação pelo desgaste inerente à nova forma de vida. Introduzimos em nossa análise, a partir dessas considerações, a dimensão do entretenimento como um elemento presente e extremamente significativo na sociedade de consumo.

A cultura do espetáculo, interpretação de Debord (1997) da sustentação da existência a partir da aparência, em que se vale pelo que se aparenta ser, é uma experiência que antecede a cultura do entretenimento, que, ao invés de imagens, investe nas sensações. A preocupação com a *performance*, com o desempenho de papéis é flagrante na dimensão da subjetividade na cultura do espetáculo. Não basta somente parecer, é preciso aparecer, provocar sensações, pois essa passa a ser uma forma de existência diante das limitações experimentadas na sustentação pela imagem, sempre tão fugaz, por isso demandando constante reiteração.

> Nessa performance, marcada pelo narcisismo funesto em seus menores detalhes, o que importa é que o eu seja glorificado, em extensão e em intenção. Com isso, o eu se transforma numa majestade permanente, iluminado que é o tempo todo no palco da cena social (Birman, 1999, p. 168).

Assim, a passagem dessa constituição da imagem pela individualidade para uma reificação constante dos sentimentos – que se desejava experienciar através das construções imaginárias – faz-se através de uma importante transformação cultural em que a vida passa a ser o entretenimento. Isso difere da concepção anterior, em que se afastar dos problemas cotidianos era a intenção do entretenimento, na medida em que a vida passa a ser um veículo de entretenimento: “finalmente podemos continuar permanentemente distraídos. Ou, colocando de outra maneira, aprendemos finalmente como escapar da vida para a vida” (Gabler, 2000, p. 14).

O instrumento pelo qual essa possibilidade se concretiza, ainda segundo Gabler (2000), é a cultura popular, mais especificamente, a televisão, o cinema e a imprensa. As celebridades são estratégicas nesse processo, como apontamos anteriormente, pois garantem a identificação, mas conservam certo distanciamento desejado do cotidiano, o que seria difícil contando com o discurso de pessoas comuns. A intimidade dos famosos é perseguida e compartilhada, criando uma atmosfera de intimidade, podendo mesmo construir laços emocionais intensos que garantem proximidade e cumplicidade para o sujeito. Gabler lembra da extrema comoção que o mundo viveu quando da morte da princesa Diana, afinal, "*a* celebridade é o moderno estado de graça – a condição no filme-vida à que quase todo mundo aspira" (Ibid., p. 15). Airton Senna pode ser aqui apontado como o referente nacional, sendo que, anos após sua morte, muitos dos feitos nacionais, individuais ou coletivos, são festejadas com a música-tema de suas vitórias automobilísticas. Observa-se que, enquanto a memória política é habitualmente fugaz, o "repertório histórico" sobre a vida das celebridades é vasto, encontrando aderência em todos os estratos sociais. Contudo, a posição do sujeito não é de espectador – no filme-vida, como formula Gabler, o sujeito também é um participante:

> Um segmento sempre crescente da economia americana dedica-se a projetar, construir e depois aparelhar os cenários em que vivemos, trabalhamos, compramos e nos divertimos; a criar nossos trajes; a fazer com que nosso cabelo brilhe e nosso rosto cintile; a emagrecer nosso corpo; a fornecer nossos acessórios cênicos – de tal forma que possamos nos apropriar do invólucro da celebridade, ainda que não de sua atualidade, para o filme-vida (p.15).

As celebridades personificam o desejo moderno do individualismo que deu certo e se projetou, pois são paradigmas para a plataforma subjetiva, que se ressente da falta de aparatos da cultura para se processar, como a tradição e os rituais. Percebida essa ausência, podemos entender que

> as celebridades se tornaram modelos exemplares porque são elas que aprenderam como roubar a cena, independentemente do que tiveram que fazer para roubá-la. E, num nível mais pessoal, é uma sociedade na qual os indivíduos aprenderam a valorizar habilidades sociais que lhes permitem, como atores, assumir seja qual for o

> papel que a ocasião exige e a "reinterpretar" sua vida, em vez de simplesmente vivê-la (Gabler, 2000, p. 16).

Esse modo de viver fora-de-si, interpretado continuamente, é consonante com a idéia da fragmentação do homem moderno, capaz de múltiplas identidades, como defendem alguns autores, porém entendido não como possibilidade de constituição subjetiva necessariamente, como apontam certos estudos. Encarando-se, por exemplo, o entretenimento, este apresenta-se como uma forma de reação frente à estrutura de classes e à marca distintiva da cultura aristocrática na cultura americana e demais que a tiveram por modelo; não no sentido de construção de uma subjetividade, mas a partir do livre e incessante movimento de busca por experiências sensórias prazerosas – resgatando a etimologia da palavra, que é latina, tem-se *inter* (entre) e *tenere* (ter), que alude diretamente ao ter-entre.

> O entretenimento – filmes, rock, romances sanguinários, histórias em quadrinhos, televisão, jogos eletrônicos – enterra suas esporas em nós e nos puxa, mantendo-nos cativos, levando-nos cada vez mais para dentro dele e de nós mesmos, ou pelo menos de nossas emoções e sentidos, antes de nos libertar.(...) Dizia-se que a arte fornecia o ekstasis, que em grego significa "deixar que saiamos de nós mesmos", presumivelmente para nos dar uma perspectiva. Mas todo mundo sabe, por experiência própria, que o entretenimento em geral fornece justamente o oposto: inter tenere , puxando-nos para dentro de nós mesmos para nos negar a perspectiva (Gabler, 2000, p. 25).

Reconhecemos o alcance da disseminação dessa cultura do entretenimento pelo crescimento de sua indústria – que é vertiginoso em todo o mundo. O surgimento e a proliferação de parques temáticos; salas de cinema nos *shoppings*; empresas de eventos e áreas de lazer nos mais diferentes ambientes – laboratório de análises clínicas possui piano para concertos em área de circulação dos clientes; hospitais incrementam seus restaurantes e cafeterias – apontam para a resposta imediata aos apelos insistentes por prazeres contíguos onde quer que se esteja. A área educacional também incorpora essa lógica, preocupando-se com a modernidade de suas instalações no que diz respeito a centros de comércio e convivência, bem como com a atratividade de suas aulas e o aparato tecnológico de seus recursos.

Na esfera do trabalho, ter prazer na profissão tornou-se um imperativo tão contundente quanto ganhar dinheiro. Enquanto o resultado financeiro resolve a questão do consumo e da imagem social, a possibilidade de uma atividade excitante e constantemente dinâmica equaciona o enfrentamento da rotina e dos conflitos inerentes ao trabalhar. A formação continuada nas empresas, por exemplo, adequou-se a essa premissa, aliando esporte a atividades de treinamento, como *rafting*, escaladas, caminhadas, gincanas e outras atividades que servem de suporte para capacitação de grupos, oferecendo também dispositivos – salas de ginástica, jogos e *games* – enquanto espaços para vivência da sensação de entretenimento na esfera laboral.

3 A CONTRIBUIÇÃO DA PSICANÁLISE

A escravidão eficaz

A mídia diz
O cidadão faz.

(autor desconhecido)

O pequeno poema[24] sintetiza a questão que desenvolvemos neste capítulo: a subserviência do sujeito no trabalho e, conseqüentemente, o sofrimento psíquico presente nesse contexto podem revelar uma modalidade de laço social que extrapola o âmbito laboral. A suposição de uma escravidão em que o poder é assimétrico e usurpa a liberdade daquele que é submetido é questionada. Haveria outra maneira de compreender a relação que se estabelece, implicando o sujeito na posição que ele ocupa, como pretendemos explicitar a seguir.

A compreensão do trabalhador e de sua condição muitas vezes assujeitada abarca significados que remetem à subjetividade característica da sociedade de consumo, como sustentamos anteriormente. Mas precisamos incluir outros elementos que possibilitam a compreensão da dinâmica da constituição desse indivíduo, considerando as especificidades da sociedade em que está inserido. Realizamos esse intuito através da Psicanálise, pois oferece elementos importantes para esta teorização ao operar uma análise a partir da implicação do sujeito com a cultura, contemplando concomitantemente a historicidade e suas questões psíquicas. Encontramos nos textos *O Mal-estar na Civilização* (1930) e *O Futuro de uma Ilusão* (1927), produções que condensam o cerne do pensamento freudiano sobre a cultura e

[24] Tomamos conhecimento desse poema estampado na janela de um ônibus coletivo em Porto Alegre, cuja companhia realiza anualmente concurso de poesias e depois divulga os selecionados ao grande público através de decalques em seus veículos.

os impasses da relação do sujeito com o social, o que subsidia nosso repertório conceitual. Na produção lacaniana, destacamos o *Avesso da Psicanálise* (1969-70/1992), o seminário sobre o discurso psicanalítico proferido em Milão, em 1972 [25], o seminário *Mais, ainda* (1972-3/1985) e os *Escritos* (1966/1998), textos que instrumentalizam nossa discussão sobre a implicação trabalho e consumo. A filosofia hegeliana também é apresentada como percurso de Lacan na construção da teoria do discurso capitalista, sendo fundamental para compreender as idéias de nosso tempo. Examinamos na continuidade a questão da verdade, proposta pela ciência, em relação à questão do saber, proposta pela psicanálise, discutindo como essas diferenças repercutem na subjetividade moderna. Finalmente, apresentamos como os psicanalistas concebem a questão do pagamento e do trabalho psíquico, apontando para outras modalidades de relação existentes, embora pouco usuais em nossa sociedade, justamente por estarem vinculadas a diferentes modalidades de laço social.

Inicialmente, trazemos algumas questões sobre o campo da Psicanálise que esclarecem e encaminham sua posição de norteador teórico desta tese, pois seu enlace com o campo da Psicologia do Trabalho não é tão habitual, sendo relevante desfazer esse estranhamento e apontar as possibilidades de interlocução entre esses dois campos.

3.1 A PSICOLOGIA SOCIAL E PSICANÁLISES

Afirmamos anteriormente a identificação dos paradigmas da Psicologia do Trabalho com as premissas da Psicologia Social, em função da atribuição de valor à historicidade, à condição social do sujeito e à transformação da sociedade. Essa proximidade põe em relevo a dimensão cultural, pois ambos os campos comungam do reconhecimento da transformação da

[25] Nessa ocasião, apresenta a formulação do discurso do capitalista, instrumental para nossa ulterior discussão.

natureza pelo homem, considerando o mundo como reflexo da produção humana. A Psicanálise também compartilha desse princípio, pois a importância conferida à história do sujeito e ao inconsciente são reveladores desse entendimento. Lane (1985) reconhece a importância da Psicanálise, pela perspectiva histórico-social que tem procurado disseminar em suas teorias, como uma contribuição importante para a construção da Psicologia Social Crítica, que, em oposição à Psicologia Social de tradição pragmática americana, identifica a realidade como problemática e se recusa à prática adaptativa. Os campos também coincidem na compreensão do sujeito enquanto ser social e, por conseqüência, não determinado pela condição biológica, o que torna a compreensão dos fenômenos mais complexa e carregada de múltiplos significados, em que a categoria do comportamento, por exemplo, não consegue ser suficientemente elucidativa.

Nesse sentido, a linguagem é valorizada pela Psicologia social e pela Psicanálise como elemento crucial para a identificação dos discursos presentes na cultura. Como afirma Lane (1985), as ações humanas dependem fundamentalmente da aquisição da linguagem, que "preexiste ao indivíduo como código produzido historicamente pela sua sociedade, mas que ele aprende na sua relação específica com outros indivíduos" (p. 16). A importância do aporte de outros campos de conhecimento, como a Antropologia, a História, a Lingüística, também faz-se presente nas duas áreas, o que as caracteriza pela interlocução constante entre vários aspectos da vida social, refutando o hermetismo de suas formulações e proposições. Corroborando essas colocações, Strey et al. (1998) assim situam a contribuição da psicanálise para a abordagem crítica da Psicologia Social:

> Em termos teóricos, essa Psicologia Social aproxima-se de alguns referenciais como os da Psicanálise e do Materialismo Histórico, propondo uma releitura desses referenciais que vão fundamentar o estudo de temas tradicionais como comunicação, processo grupal, linguagem, ideologia, entre outros (p. 15).

Mas a referência diferenciadora – *social* – qualificando essa Psicologia é algo que nos parece importante discutir, já que o acento nessa questão apontaria para algumas diferenças entre as escolas psicológicas, embora Lane (1985) insista que toda Psicologia é social, levando em conta a especificidade histórico-social do ser humano. A questão que pretendemos abordar origina-se da existência de uma dualidade implícita na frase acima, entre o indivíduo e o social, presente também nas ciências ao considerarem ou não a relação dessas instâncias em suas teorizações. Não discutimos a efetividade metodológica dessa questão, mas apontamos a tensão presente nessas considerações ao nomearem o ser e o social como diferenças. O que poderia ser entendido, num primeiro momento, como uma incongruência revela uma característica cultural importante, que se relaciona, como explicitaremos, com a questão que nos interessa, a implicação entre trabalho e consumo:

> Esta separação entre indivíduo e sociedade é, provavelmente, a melhor síntese do que constitui o fundamento de nossa civilização.Vou dar três indicações para pensarmos a especificidade de nossa civilização, da cultura ocidental, indicações que podem explicar porque nessa cultura o binômio Sociedade-Indivíduo é tão vivo, e porque esse binômio tem a ver com o fato de que o ódio da nossa herança faz parte do que nossa herança transmite. Esta oposição e esse binômio, não têm nada de trasnsistórico, eterno: eles são próprios de nossa cultura (Calligaris, 1997, p. 186).

As indicações que o autor oferece ao apontar para essa cisão entre o ser e a sociedade são: que a internalização da autoridade, necessária a nossa civilização, é realizada sob a forma de culpabilidade ou dívida[26], consistindo numa progressiva internalização do controle, organizando a vida cotidiana, e, por fim, que esse processo tão crucial a nossa cultura é algo a mais, mostra-se para além dessa primeira ação. Em nossa cultura, guiada pela valorização da autonomia e do individualismo, é esperado que o indivíduo recuse a ordem social que ele mesmo internaliza. Ela só será validada se o indivíduo concordar com a norma e, portanto, estabelecê-la justa para si.“Em outros termos, não só acontece uma internalização da lei, mas acontece especificamente na nossa cultura que essa internalização implica uma passagem da

[26] O autor cita os textos freudianos *Totem e Tabu* (1923/1974) e *Mal-Estar na Civilização* (1930/1974) como esclarecedores para esse entendimento.

razão objetiva para a razão subjetiva", esclarece Calligaris (1997, p. 187), o que faz com que a autoridade dependa da vontade de cada indivíduo. "É o que faz com que cada um de nós, espontaneamente, coloque uma espécie de tribunal individual acima do tribunal social" (Op cit.), o que se sustenta em nossa cultura, pois ao centro da cultura está a primazia do indivíduo como valor social.

Essas considerações são esclarecedoras da questão que apontamos acima – da oposição sociedade/indivíduo –, pois o ódio, a recusa que o indivíduo tem dessa herança, do que a cultura porta assim se apresenta porque isso é percebido como uma restrição a sua "prometida" individualidade. Os atentados terroristas e as dificuldades intergeracionais[27] são manifestações dessa tensão, pois, uma vez recalcada (negada), acaba retornando em agressividade e mesmo na tentativa de atingir o Outro em sua potencialidade.

Não havendo uma identificação para nortear a constituição do sujeito, já que ele nega essa transmissão, o expediente que acaba se estabelecendo é justamente "a produção de identidades imaginárias no lugar de identificações" (Calligaris, 1997, p. 191), que, na maioria das vezes, em nossa sociedade, corresponderia a um ideal narcísico – só nos reconheceríamos com nossos iguais – ou a um ideal paranóico, em que os outros são percebidos como obstáculos a nossa sustentação constitutiva. A possibilidade de evocar a História, considerando os discursos sociais que recalcamos, é uma possibilidade apontada por Calligaris para ultrapassar esse impasse nessa relação entre o indivíduo e a sociedade, de modo que, mesmo numa complicada e muitas vezes angustiante mediação, se possa considerar – e não negligenciar ou muito menos tomar como pacífica – essa experiência.

> A Cultura Ocidental não é feita para produzir comunidades. Para produzir comunidades é preciso uma cultura na qual o indivíduo não seja o valor central.(...) Melhor produzir o que está ao nosso alcance, não uma comunidade, nem uma

[27] "O que nós esperamos de um adolescente é que ele se separe dos pais, esperamos que ele recuse a herança que lhe estamos dando, pois faz parte dessa herança a ordem de se afirmar enquanto indivíduo" (Calligaris, 1997, p. 189) .

> sociedade contra os indivíduos, mas uma sociedade dos indivíduos (Calligaris, 1997, p. 192).

Entendendo a sociedade como o espaço onde essas dificuldades que apontamos acima – da conciliação entre o ideal individualista e a herança cultural – se manifestam trazendo conseqüências, encontramos a intersecção epistemológica dos campos da Psicologia Social e da Psicanálise, pois ambas afirmam a impossibilidade de reduzir o sujeito ao eu, à consciência e à pessoa. A primeira concebe e defende a essência do ser humano enquanto um ser em relação. A psicanálise, por sua vez, afirma a dependência do sujeito ao Outro, pois este institui-lhe enquanto sujeito e confere-lhe marcas distintivas, o que também confirma a consonância conceitual entre os campos.

Muitos psicanalistas têm se ocupado dos assuntos de sua época, não havendo um contingenciamento nas questões clínicas. Calligaris (1991, p.12) desfaz a possível distinção da importância do social entre Psicanálise e Psicologia através das seguintes colocações:

> Não existe uma psicanálise do individual e outra "aplicada" ao sintoma social. Pois o sintoma é sempre social. Nesta afirmação, aliás, nenhum sociologismo: pois o que chamamos de individual, a singularidade, é sempre o efeito de uma rede discursiva, que é a rede mesma do coletivo.

A Psicologia do Trabalho reconhece, por seu turno, a contribuição da Psicanálise, sendo Dejours (1992) um dos autores que realizam esse diálogo. O campo da psicopatologia do trabalho, pesquisado pelo autor, estabelece-se a partir de Psicanálise, Psicossociologia e Psicologia abstrata, o que não se instaura sem dificuldades, mas não é impeditivo, pois

> Além de não conseguirem dar conta da unicidade do drama existencial vivido pelos trabalhadores, essas disciplinas fornecem um quadro de referências teóricas e conceituais que perturbam a elaboração de concepções diferentes. Mas não há nada de excepcional e, afinal, é sempre vencendo tais situações, que aparecem disciplinas novas. (Dejours, 1992, p.13).

Essa abertura é vital para a ciência, para a Psicologia e para os trabalhadores. Como diz S. L. de Mello (1999), "a humildade seria um bom reencontro com suas causas: colocar os

homens e suas necessidades no centro das pesquisas, dos métodos, dos procedimentos" (p.54). Portanto, é tempo de desfazer equívocos, já que "...o lado da psicologia social identificou, por muito tempo, a psicanálise ao estudo do indivíduo e não das alteridades aí produzidas" (Dunker, 2001,p. 68), o que não se sustenta enquanto enquadramento teórico.

O conceito lacaniano de laço social, como fato do discurso, o que faz com que as pessoas se associem (Calligaris, 1986), tem a vertente correlata, enquanto matriz de análise que confere acento às falas dos indivíduos, na investigação das representações sociais ou na elaboração do construcionismo social. Ambas as teorias, portanto, tomam a palavra como manifestação preciosa do seu objeto de estudo e, embora analisem-na a partir de olhares divergentes à primeira vista, não demoram a descobrir algumas possibilidades enriquecedoras de diálogo. Volnovich (2002) assinala que

> o movimento psicanalítico constitui um importante fator importante para pensar a subjetividade, na medida em que a psicanálise é uma prática teórico-clínica que tem possibilitado o reconhecimento de determinações inconscientes não só nos indivíduos, mas também nos grupos, nas instituições, na política e na cultura. Com efeito, a psicanálise propõe pensar a subjetividade como uma prática (p. 61).

A seguir, apresentamos alguns elementos que explicitam a dimensão ontológica das teorizações psicanalíticas escolhidas para a interlocução com as categorias trabalho e consumo.

3.1 O sujeito para a psicanálise

A compreensão sobre a existência humana que a Psicanálise vai inaugurar a partir do fim do século XIX, diante de uma sociedade que se despedia de muitos ideais e tradições, traz uma série de desilusões, particularmente ao ideário positivista e romântico que a antecedeu. Reconhecendo a sexualidade infantil e a presença de sentimentos como hostilidade, raiva e inveja na constituição humana, as teorias psicanalíticas provocam, num primeiro momento, uma possível sensação de impotência e de resignação frente ao sombrio panorama que

desvela. Contudo, numa aproximação menos apressada, as idéias engendradas nesse campo convocam o indivíduo à possibilidade de responsabilizar-se pela sua existência, o que só pode ser realizado com os outros, recolocando os ideais da contemporaneidade em xeque, dado o predomínio do individualismo.

> ‘Responsabilidade’ não só no sentido moral, mas no sentido ético. Lacan diferencia moral – usos e costumes – de ética, posição subjetiva. A psicanálise lacaniana ensina que não há como não se responsabilizar pelo acaso e pela surpresa. A pessoa não é só o que escolhe, voluntariamente livre, mas também o que lhe ocorre: ‘Eu sou o meu acontecimento’ (Forbes, 2005, p. 13).

A defesa da análise lacaniana como coerente com as conseqüências da globalização sobre as pessoas com a condição de sujeito pós-moderno é argumentada por Forbes (2005) quando lembra as mudanças na constituição do sujeito. Na era industrial, predominava o eixo vertical das identificações, explicando-se a organização piramidal da sociedade presente na família e nas corporações da época, onde a figura paterna era fundamental. O complexo de Édipo freudiano tem sua relevância pela tentativa de entendimento desse sujeito moderno. Mas, no mundo globalizado, não há mais a recorrência a um grande ideal, a uma identificação que seja suficiente, e a horizontalidade é mais importante do que a verticalidade anterior, sinalizando modelos para além do ideal paterno e de seus representantes. Nesse sentido, a teoria de Lacan procura conduzir sua discussão para além das premissas do complexo edípico, buscando balizar-se também em outros conceitos, como conseqüência e responsabilidade. Passamos a descrever essa posição ontológica, apontando as premissas que se delineiam na construção do campo psicanalítico.

Como referimos no Capítulo 2, o surgimento da condição de sujeito está relacionado à Filosofia, oriundo das proposições de Descartes, Kant e Husserl, em que o ser é concebido como fundado em seus pensamentos e atos. O sujeito passa a ser definido como o sujeito do conhecimento, do direito ou da consciência, emancipando-se das leis da religião, que o

amarravam num destino ditado pela divindade, no qual sua existência carecia de um sentido maior e mais responsável.

Contudo, há um preço a pagar nessa nova posição: a dúvida. Sem as certezas da fé, o homem encontra-se infinitamente envolto em seus questionamentos. Na esfera da psicanálise, a formulação modifica-se: Lacan inverte o cogito cartesiano, dizendo *Sou onde não penso*, desfazendo a premissa do conhecimento e do domínio de si tão propagados pelo iluminismo e posteriormente disseminada pelas verdades científicas, fundadas na razão. Mais do que isso, o autor afirma que "só em função dessa primeira posição do Sou é que se pode escrever o Penso. Vocês lembram como eu o escrevo há tempos – Penso: 'Logo Sou'" (Lacan, 1992, p. 145). Estamos marcados pela singularidade, pelo ser único, por essa condição que produz o pensar: "Aí está o ponto de partida a ser empreendido do efeito daquilo que está em questão na ordem mais simples, cujo efeito de linguagem se exerce no nível do surgimento do traço unário" (Op. cit.). A dimensão ontológica proposta privilegia a linguagem enquanto traço distintivo da humanidade e revelador de sua condição claudicante enquanto expressão e, portanto, não universal como código, dando margem aos insistentes equívocos e mal-entendidos da comunicação humana. Sendo assim, ultrapassa a condição do pensamento, que fundaria a subjetividade cartesiana, porque não consegue se ater à racionalização. Prosseguindo nesse raciocínio, Lacan afirma que o inconsciente é a linguagem, pois, como dimensão cultural que habita o homem, é engendrada a partir dos discursos sociais:

> O inconsciente é a parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à dimensão do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente. ...o inconsciente é o capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado. Mas a verdade pode ser resgatada; na maioria das vezes, já está inscrita em outro lugar (Lacan, 1953/1998).

E, ao mencionar as tradições, as lendas, os documentos e a evolução semântica como *fontes arqueológicas* para desvelar essa condição do inconsciente está sedimentada a dimensão intrínseca do social. Referenciando a teoria de Saussure para pensar a linguagem,

Lacan articula sua concepção da relação do sujeito com o significante, caracterizando a linguagem como o traço distintivo dos outros seres que seguem a ordem da natureza. É a palavra, condição para a enunciação que revela o sujeito, que possibilita uma rede de significados que seguem para além da determinação da língua. Modula-se segundo o desejo do falante e, sendo assim, constitui-se numa marca da incompletude reiterada continuamente pela impossibilidade do dizer tudo (todo). Além disso, a linguagem manca, falha porque não consegue dar conta do objeto; ao falarmos, estamos sempre tentando contradizer, para dar conta, a impossibilidade de reduzir o mundo ao discurso que continuamente fazemos dele. Há outra dimensão aí inclusa, que é a da alteridade, já que a linguagem demanda a presença de um Outro, a quem o sujeito se liga e que provoca movimento:

> Esse outro é o sujeito do inconsciente em sua excentricidade de si para si mesmo; o sujeito do inconsciente eleva à condição absoluta (sem relação) esse segundo grau de alteridade. Ele não é sujeito no inconsciente, imaginado como um reservatório de pulsões, ele é essa pulsação, essa fenda por onde algo de não-sabido – de inconsciente – se abre e se fecha para a consciência. O sujeito não é nada de substancial, ele é momento de eclipse que se manifesta num equívoco (Kaufmann, 1996, p. 502).

Esse sujeito que se constrói pela linguagem – pois ela instrumentaliza a relação com o Outro – não conhece determinismos, estabilidade e, muito menos, previsibilidade. Longe de uma condição de domínio de si que daria conta de uma adaptação social, o sujeito enfrenta continuamente a sua condição de “falante – protagonista”.Miller (1996) assinala que

> O discurso da sobredeterminação, ao contrário, os faz chegar ao ponto de reconhecer como espontânea a orientação do sujeito para o engodo. No fundo, o sujeito decepciona-se, seu *mal-entendido é constitutivo* . Tal engano não lhe interdita registrar e capitalizar suas experiências, dispor da realidade de um sistema de balizamento através do qual sua experiência se adapta e persevera. Mas nada pode fazer com que sua adaptação ao real seja nativa. Ela não poderia, portanto, ser pensada segundo modelos que valem para o mundo animal, ela se efetua pela intervenção secundária de um sistema corretor (p.15).

É justamente a experiência desse equívoco, dessa reiterada tentativa de, pela linguagem, explicar a si ao mundo que o sujeito se manifesta, este que se interroga sobre a existência de seu “eu”, sendo “a própria divisão entre esse ‘eu’ e esse ‘ele’. O sujeito é a

própria hipótese. Poderíamos dizer que Lacan retoma literalmente a expressão ‘hipótese do inconsciente’ e substitui ‘hipótese’ por ‘sujeito’” (Miller, 1996, p. 52). Esse sujeito, que difere, em sua concepção, do indivíduo racional ou mesmo do ser humano em algumas Psicologias, é a noção que permeia este estudo pela sua dimensão ética coincidente com a responsabilidade que se deseja evocar no sentido do trabalho, hoje tão esvaziado em sua condição subjetiva. Como afirma Fleig (1999), “não há singularidade possível fora de um dado laço social e, portanto, aquilo que emerge como uma questão que se põe na singularidade, isso não está absolutamente descolado de algo que se passa no tecido cultural” (p. 78). Isso pode ainda ser dito pela formulação lacaniana de que o inconsciente é o discurso do outro, assinalamentos que enfatizam uma “alteridade” diferente, proposta pela psicanálise. Aprofundaremos nossa análise a partir dessas premissas, norteando nossa investigação a partir do entendimento da categoria trabalho e dos elementos mal-estar e discurso, como propusemosinicialmente.

3.2 O TRABALHO EM FREUD

No texto de Freud intitulado *O mal-estar na civilização* (1930/1974), que contempla, juntamente com *O futuro de uma ilusão* (1927/1974), um ensaio psicanalítico sobre a cultura, há a referência do trabalho como objeto da vida social. A teoria freudiana afirma que a vida comunitária – remetendo-se nesse momento às formulações presentes em Totem e Tabu (1913) – teve um duplo fundamento: a compulsão para o trabalho, criada pela necessidade externa, e o poder do amor. Este último representa a recusa à privação do objeto sexual e à satisfação correspondente, insistindo na busca da felicidade, seguindo o caminho das relações com objetos amorosos. Como a civilização impõe ao sujeito a renúncia à satisfação imediata, em função da necessária conciliação a ser estabelecida pelos indivíduos na sociedade, não é

sem sofrimento que o homem adere a essa condição. Freud chega a afirmar que essas duas características humanas só “podem ser mantidas através de certo grau de coerção, a saber, que os homens não são espontaneamente amantes do trabalho e que os argumentos não têm valia alguma contra suas paixões” (1927/1974, p. 18).

Dedicando-se a pensar a importância do trabalho para a economia libidinal, Freud escreve que

> Nenhuma outra técnica para a conduta da vida prende o indivíduo tão firmemente à realidade quanto a ênfase concedida ao trabalho, pois este, pelo menos, fornece-lhe um lugar seguro numa parte da realidade, na comunidade humana. A possibilidade que esta técnica oferece de deslocar uma grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos, para o trabalho profissional, e para os relacionamentos humanos a ele vinculados, empresta-lhe um valor que de maneira alguma está em segundo plano quanto ao de que goza como algo indispensável à preservação e justificação da existência em sociedade (p.99).

A dimensão aqui presente considera o trabalho como uma imposição da civilização, o que não se realiza sem concessões para os homens. Contudo, há a possibilidade de dotar de sentido essa tarefa, suplantando o caráter imperativo e impessoal. Há algo do desejo humano que se coloca no trabalho, dando-lhe personalidade e particularidade. Afinal, “a grande descoberta freudiana é que não há nada dado previamente como objeto de satisfação para o sujeito. Pelo contrário, esse lugar está vazio, o objeto é perdido. Constitui-se tarefa para o sujeito contornar esse vazio, à sua moda, conferindo-lhe significado, sentido, marca” (S. M. T. Mello, 2000, p. 84).

Sendo assim, o trabalho também pode ser um objeto ao qual o sujeito se prenda, se enlacce e se reconheça; dissemos *um* objeto e não *o* objeto.A questão que se coloca é que, numa sociedade que se opõe a qualquer renúncia e, mais ainda, resiste ao encontro com o objeto – do reconhecimento dessa dependência para sua subjetividade –, o trabalho passa a ser um recurso de algumas inconformidades para o indivíduo do século XX. É importante

considerar que o trabalho, em Freud, está permeado por toda uma contingência histórica que não se repete na atualidade.

O mecanismo de sublimação é apontado no texto freudiano como uma possibilidade de deslocamento, de atribuição de sentido, pois era o trabalho era um grande organizador da vida social no início do século XX, sendo possível o investimento do sujeito nesse referente, tão cheio de significados naquele momento histórico:

> A atividade profissional constitui fonte de satisfação especial, se for livremente escolhida, isto é, se por meio de sublimação, tornar possível o uso de inclinações existentes, de impulsos instintivos persistentes ou constitucionalmente reforçados. No entanto, como caminho para a felicidade, o trabalho não é altamente prezado pelos homens. Não se esforçam a ele como o fazem em relação a outras possibilidades de satisfação. A grande maioria das pessoas só trabalha sob a pressão da necessidade, e essa natural aversão humana ao trabalho suscita problemas sociais difíceis (S.M.T. Mello, 2000, p.99).

A tese freudiana da aversão ao trabalho é formulada em função de este consistir em um envolvimento restrito, limitado, que não consegue operar enquanto função psíquica de descarga pulsional, justamente pela falta de investimento do sujeito. Se não houver implicação com o trabalho, o sujeito não se reconhece e não responde pelo que é feito. Mais além dessa relação individual, há o contexto social que é complacente, pois as instituições favorecem ainda mais essa destituição subjetiva, visto que criam mecanismos de exclusão/cisão do sujeito:

> Destitui-se para, posteriormente, tentar governá-lo e educá-lo... Freud nos alertou para a impossibilidade dessas tarefas. Pois, em seu limite, governar e educar expressam a relação de um sobre um outro e toda relação de dominação desconsidera a submissão individual como efeito da estrutura do inconsciente (S.M.T.Mello, 2000).

Como pensar o trabalhador numa ordem em que ele reconheça o caráter decisivo de suas atitudes e de suas idéias e não opte pela indiferença paralisante perante as impossibilidades advindas da relação com o outro? É necessário que se abdique de um ganho narcísico imaginário e se invista num laço social com o outro. O trabalho dá trabalho, exige. E

nem todos os indivíduos têm a disponibilidade necessária para responder às demandas decorrentes desse envolvimento social. Entretanto, “prender à realidade não se constitui um laço social? Prender, fazer laço, atar são palavras fortes que remetem a uma ação psíquica na qual participa a pulsão. De que maneira? Freud fala, veremos, em deslocamento de libido, através da sublimação” (S. M. T. Mello, 2000, p. 86).

O que se pode observar é que, de uma satisfação imediata, exaustivamente estimulada e sustentada pela sociedade de consumo, poderíamos considerar a opção por outras das fontes de recompensa, como é possível na sublimação. Em O mal-estar na civilização, Freud (1927/1974, p. 98) aborda essa questão quando diz que

> Outra técnica que pode afastar o sofrimento reside no emprego dos deslocamentos de libido que nosso aparelho mental possibilita e através dos quais sua função ganha tanta flexibilidade. A tarefa aqui consiste em reorientar os objetivos instintivos de maneira que eludam a frustração do mundo externo. Para isso, ela conta com a assistência da sublimação dos instintos. Obtém-se o máximo quando se consegue intensificar suficientemente a produção do prazer a partir das fontes do trabalho psíquico e intelectual. Quando isso acontece, o destino pouco pode fazer contra nós. Uma satisfação desse tipo, como, por exemplo, a alegria do artista em criar, em dar corpo as suas fantasias ou a do cientista em solucionar problemas ou descobrir verdades, possui uma qualidade especial que, sem dúvida, um dia poderemos caracterizar como metapsicológicos.

Dessa forma, a renúncia a um prazer narcísico é necessário para que o sujeito avance em outros campos da vida social e da cultura, como o trabalho, pois

> a sublimação do instinto constitui um aspecto particularmente evidente do desenvolvimento cultural; é ela que torna possível às atividades psíquicas superiores, científicas, artísticas ou ideológicas, o desempenho de um papel tão importante na vida civilizada (Freud, 1927/1974, p. 118).

Mas Freud adverte que não é sem custos que o indivíduo renuncia ao instinto, já que, se a perda não for economicamente compensada, se pode engendrar o sintoma, pois desvela uma angústia que não alcançou objeto. O que se constata é que, seja pela “economia” psíquica, no sentido freudiano – deslocamento dos componentes libidinais para o trabalho

profissional –, seja enquanto entrada na cultura, o trabalho opera, através do recalque, algo que pode se aproximar da sublimação:

> Como sublimação o trabalho se constitui em estreita relação com a fantasia, porém não a fantasia que fixa o sujeito a um gozo inconsciente; segundo Atié[28], trata-se de uma fantasia que lhe traz uma certeza. A sublimação como quarto nó enlaça não apenas os três registros, mas também o sujeito ao que produz (...). A relação do sujeito com o trabalho, portanto, é da ordem de uma escolha subjetiva, refratário a abordagens educativas, improdutivo quando submetido a abordagens tirânicas, porém permeável a contingências que envolvem a relação humana (Mello, 2000, p. 91).

Se o trabalho enseja tal exigência do sujeito para que se efetive enquanto possibilidade de investimento psíquico, essa experiência é particularmente difícil ao sujeito contemporâneo. A relação com o Outro é tida como custosa, frustrante e conflituosa, o que constitui uma evidência apropriada, digamos. Contudo, a questão atual é que esse enfrentamento é visto como desnecessário, facultativo. Em vista da generosidade do consumo, que oferece um ganho – ou gozo, para empregar uma terminologia lacaniana que precisaremos oportunamente – imediato e sem limites, a escolha tem recorrido às possibilidades no consumo em detrimento das potencialidades mais exigentes do trabalho.

3.3 O CONCEITO DE MAL-ESTAR E O TRABALHO

O texto de Freud *O mal-estar na civilização* (1930/1974) é considerado essencial para o repertório das idéias do século XX. Isso porque o autor sintetiza sua experiência e discorre sobre a tragédia humana, o que justifica o caráter sombrio atribuído às suas formulações em alguns momentos. Freud aborda sem disfarce e de forma grave a questão da "miséria humana", o que acaba por obtermaior ressonância em função de sua publicação ter

[28] Citado pela autora: ATTIÉ, J. Sublimação-sintoma? In KALIMEROS – ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÀLISE – RIO DE JANEIRO (1997). *Os destinos da pulsão: sintoma e sublimação.* Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria.

precedidofatos como a quebra da bolsa de Nova York e a ascensão do partido hitlerista na Alemanha (Roudinesco e Plon, 1998). As formulações freudianas desse referido texto, antecipadas em parte em *O futuro de uma ilusão* (1927/1974), assinalam que a vida humana se caracteriza pelo princípio do prazer, que busca evitar a dor; contudo, esse intuito é constantemente frustrado pelas contingências inerentes à civilização, que exige a cedência de objetivos individuais, causando infelicidade ao homem.

Civilização é compreendida por Freud (1930/1974) nesse texto como "a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos" (p. 109), sendo concebida como equivalente do conceito de cultura por alguns autores. A ousadia do texto freudiano reside justamente na argumentação da existência dessa tensão entre o indivíduo e a cultura e do reconhecimento do mal-estar, ou do sofrimento, como inerente à existência, algo bastante provocativo, tendo-se em vista os valores do positivismo, que eram vigentes naquele contexto histórico:

> Assim como o princípio de prazer submete-se ao princípio da realidade ao se confrontar com o mundo externo, o homem, frente a esses obstáculos, renuncia à felicidade, para a qual obviamente não foi feito e procura meios de atenuar ou eliminar seu sofrimento. (p. 149)

Em nosso tempo, a neurose, a psicose e as toxicomanias podem ser apontadas como tentativas do sujeito para haver-se com as incongruências entre sua condição e a cultura, o que nos remete sistematicamente à sustentação do sintoma como uma manifestação histórico-social. A questão do sintoma, que se origina na história da psicanálise, quando Freud buscava entender as histéricas de seu tempo, que não encontravam expressão para seu conflito, trouxe

a dimensão da problemática do sujeito moderno, que não sabe como lidar com o enigma dos limites do poder de sua fala, da captação de si mesmo e do objeto:

> A tese lacaniana de que o inconsciente é transubjetivo e social, ou seja, que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, possibilita que tomemos todo sintoma como também sendo social, isto é, uma solução substitutiva para os conflitos próprios de cada cultura e cada sujeito aí constituído. (...) A investigação daquilo que produz mal-estar e sofrimento para cada sujeito inscrito na cultura aparece com Freud. Ao mesmo tempo em que Freud desenvolve a sua clínica – que é escutar os indivíduos um a um – ele se mostra preocupado com grandes questões: o que é uma civilização? O que a organiza? (Fleig, 1999, p. 77).

Dessa forma, assinalamos a importância das teses freudianas no texto de 1930, por fornecerem indicativos para o desenvolvimento da questão que norteia nossa discussão, pois temáticas como o sofrimento presente na esfera laboral e a discussão de uma psicopatologia relativa ao trabalho, tal como descreve Dejours (1992), estão relacionadas às questões culturais, como aponta o texto freudiano. A pertinência da contribuição de Freud (Idem) pode ser atribuída ao seu entendimento de como a cultura incide sobre o sujeito, sendo-nos favorecido, a partir dessa premissa, ampliar o espectro para a compreensão das dificuldades que acometem o sujeito moderno.

Primeiramente, é importante salientar que essa mediação entre o sujeito e a cultura pressupõe um assujeitamento ao Outro em alguma medida, pois é construído e mediado nas relações. Essas colocações conduzem imediatamente às duas questões norteadoras desta tese: a primeira, de que a cultura é uma construção que incide sobre a subjetividade e que, sobretudo, lhe oferece repertórios para sua constituição; a segunda, de que o sujeito, tal como o concebemos neste texto, precisa coibir em certa medida a sexualidade, o conflito e a violência que o constituem para poder fazer parte do laço social, cuja função é inibir, controlar e organizar essas nuances subjetivas, conferindo-lhe a possibilidade de um contrato social. Essas idéias remetem a um texto fundamental de Freud, *Totem e Tabu* (1913/1974), em que é descrito o itinerário da humanidade diante da iminência de um pacto social que garanta

sua sobrevivência, a organização da sexualidade e a distribuição do poder. Contudo, como afirma Pacheco Filho (1997), a história demonstra que essa é uma esperança recorrentemente frustrada, em virtude da própria ambivalência que está presente na renúncia às satisfações individuais, em que amor e justiça são experiências que experimentam conflito e agressão. Nesse sentido, a atualidade da contribuição freudiana confirma-se, como apontamos neste recorte de *O mal-estar na civilização*:

> nossas possibilidades de felicidade sempre são restringidas por nossa própria constituição. Já a infelicidade é muito menos difícil de experimentar. O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens. O sofrimento que provém dessa última fonte talvez seja mais penoso do que qualquer outro (1930/1974, p. 95).

As considerações acima, pouco identificadas com ideal narcísico do homem moderno, talvez sintetizem o tom sombrio atribuído ao texto, lançando dúvidas acerca de questões caras à sociedade contemporânea, como a felicidade,o corpo e a relação com outros. No que se refere à primeira questão, podemos lembrar o quanto a vivência de frustrações é intolerável na atualidade, havendo, por conseqüência, o imperativo de uma constante satisfação, o que a depressão, como doença, acaba denunciando como impossibilidade, ainda mais frente às exigências de nossa cultura. No segundo apontamento, encontramos uma resistência moderna à idéia da mortalidade, pois tentamos continuamente revestir o corpo de uma eternidade que encubra sua incontestável degradação, como Freire Costa desenvolve em *O vestígio e a aura* (2004). Por fim, consideramos a negação incessante da nossa dificuldade em conviver com os outros, expressa na condição moderna de busca de autonomia e independência, posição em que haveria a liberação desses impasses pouco desejáveis à existência; a questão de que essa implicação – com o outro – é imprescindível é encoberta, assim como a ainda incipiente condição, apesar da pós-modernidade, de convivermos com as

diferenças e as múltiplas facetas da condição humana. Freud (1930/1974) sinaliza como os sujeitos têm lidado com essas desilusões, o que demanda produções culturais:

> Grande parte das lutas da humanidade centralizam-se em torno da tarefa única de encontrar uma acomodação conveniente, isto é, uma acomodação que traga felicidade entre essa reivindicação do indivíduo e as reivindicações culturais do grupo, e um dos problemas que incide sobre o destino da humanidade é o saber se tal acomodação pode ser alcançada por meio de alguma forma específica de civilização ou se esse conflito é irreconciliável (p. 116-7).

Encontramos, nessa afirmação, a intersecção entre nossa temática e o conceito de mal-estar proposto por Freud. Em nosso entendimento, o consumo é uma modalidade produzida pela cultura para lidar com a angústia inerente à existência, vivida como mal-estar. Os objetos, as imagens e as sensações oferecidas pelo consumo são reificados, ou seja, não portam incompletudes, tanto que prometem e garantem a satisfação de seus compradores/usuários. O investimento que a sociedade faz nessas referências revela o quanto necessita da sustentação de significados que não se disponibilizam de outro modo, pois apontam para possibilidades, majoritariamente, reprimindo qualquer negatividade.

Ao associarmos a formulação de mal-estar para o mundo do trabalho, podemos considerar que, em alguns momentos, o conceito de sofrimento psíquico possa negar algo dessa vicissitude inerente à vida social, transparecendo algo que se produz como patologia, como alteração. Não estamos propondo a aceitação do sofrimento no trabalho, naturalizando sua existência; contrariamente, estamos propondo considerá-lo uma manifestação reveladora: trata-se de uma angústia com a qual o sujeito pode se implicar e que pode enfrentar sem perder sua subjetividade, mas justamente sustentando-a. Sofrer, paradoxalmente, parece-nos mais passivo e impotente, pois o sujeito *é* acometido de algo; não é sua produção, é algo que lhe ocorre.

3.4 A TEORIA DOS QUATRO DISCURSOS

A linguagem constitui-se no articulador do laço social, no vínculo possível entre seres que falam – *parlêtres*[29], no dizer de Lacan, cuja importância é reiterada constantemente em sua teoria. O conceito de inconsciente revela incessantemente essa condição, pois, enquanto discurso do Outro, está atrelado como operador dessa subjetividade construída na comunicação. Massolo (2000) assinala que, para a Psicanálise, só haverá laço social naquilo que denominamos quatro discursos, pois são as modalidades existentes em nossa sociedade, identificadas como reveladoras da relação que os sujeitos estabelecem entre si e com o saber.

> Lacan sempre se interessou em enfocar a proa de suas reflexões na direção de uma questão de estrutura. Nesse ponto particular, a chama de "*discursos*". Quaisquer que sejam os exames que se possam se fazer sobre a palavra como tal, fica submetida a uma determinação estrutural de outra ordem. Nessa nova proposta, não há discursos, senão através da existência da linguagem. Esses discursos são feitos de linguagem (Massolo, 2000, p. 236).

Como essa categorização – os quatro discursos – guarda relação direta com a cultura e a história, veremos que Lacan apresenta posteriormente um quinto discurso, o do capitalista, que dirá sobre um laço social que alcança visibilidade e presença e que se estabelece no consumo. Por ora, detemo-nos na discussão sobre o campo da linguagem – o campo do imponderável, pois, a propósito de dizer, falamos muitas coisas que nem sempre coincidem com nossa "linguagem". A multiplicidade de sentido que a linguagem possibilita condena-a simultaneamente ao engano, ao mal-entendido, à interpretação. Lacan (1978) afirma a impossibilidade da fala de nomear, dizer da realidade:

> *Il apparaît dans le reel en tant que lê subjectif suppose que nous avons en face de nous un sujet qui est capable de se servir du signifiant comme tel...et de se servir du jeu du signifiant non pas pour signifier quelque chose, mais précisément pour nous*

[29] Contração lacaniana das palavras *parole* , palavra e *être*, verbo ser.

> *tromper sur ce qu'il y a à signifier...se servir du fait que le signifiant est autre chose que la signification, pour nous présenter un signifiant trompeur*[30] (p. 46).

Apesar dessa condição claudicante, o sujeito busca justamente tomar o discurso paradar conta, dizer de si e domundo; nesse sentido, está marcado pelo campo do grande Outro para Lacan (1992)[31]onde a articulação significante

> domina e governa tudo o que eventualmente pode surgir de palavras. São discursos sem a palavra, que vem em seguida alojar-se neles. Assim, posso me dizer, a propósito desse fenômeno embriagador chamado tomar a palavra, que certas demarcações do discurso nas quais isto se insere seriam talvez de tal natureza que, vez por outra, não se a toma sem saber o que se está fazendo (p. 159).

Esse caráter sedutor mas escorregadio da palavra acaba revelando na linguagem mesmo o quanto o falante busca, através dela, ocupar uma posição. É a possibilidade de evocar o sujeito que se beneficia da afanise do discurso capitalista[32] que norteia a reflexão deste trabalho nesta etapa, como verificamos a seguir. Considerando as particularidades de usufruto da língua em que o sujeito age sobre a sua falação, atribui nuances, significados, sentidos, ultrapassando o arbitrado, há uma operação que se faz presente: o dizer está para além da linguagem, está do lado do falante.

A formulação lacaniana dos Quatro Discursos faz-se particularmente interessante para construir reflexões acerca das modalidades subjetivas existentes hoje, mas é o quinto discurso, apresentado posteriormente como o capitalista, que traz elementos importantes para a implicação trabalho/consumo. Ao fazer-se referência a um sujeito que fala, há que se considerar a *quem fala* e, sobretudo, *de que lugar fala*. Algo ocorre diferentemente, dependendo desses contingentes, ocasionando um movimento especial entre o falante e seu interlocutor. Introduzir essa dimensão é incluir a fala do sujeito como algo que se reflete

---

[30] Aparece no real, tanto que o subjetivo o supõe, que nós temos em face de nós um sujeito que é capaz de se servir do significante como nós nos servimos dele, se servir do jogo do significante, não para significar alguma coisa, mas precisamente para nos enganar sobre o que há a significar... se servir do fato de que o significante é diferente da significação, para nos apresentar um significante enganador.

[31] Em oposição ao pequeno outro, ou pequeno a, que seria o outro imaginário ou lugar da alteridade especular" (Roudinesco e Plon, 1998, p. 558).

[32] Pois é um discurso amplo, totalizante; dessa forma, dá brechas para a "sustentação" de um sujeito consumidor.

imediatamente sobre o seu trabalhar e nas relações que estabelece nesse campo. Trata-se de, novamente, incluir e responsabilizar o sujeito, que também *é* sujeito no trabalho.

Na formulação dos discursos apresentada por Lacan (1969-70/1992) no seminário *O avesso da Psicanálise*, o autor reitera que, "mesmo no mundo do discurso, nada é tudo, como digo – ou melhor, o tudo como tal se refuta, e mesmo se baseia, em ter que ser reduzido ao seu emprego" (p. 51). É justamente a angústia de buscar um objeto que dê conta desse resto, do que não é nominável pela palavra nem redutível a ela, que faz com que "nós *não* [sejamos] *sem* uma relação com a verdade" (p.55).

O modo de relacionarmo-nos com o saber situa os discursos - discurso universitário, discurso da histérica, discurso do mestre e discurso do analista; cada discurso revela uma posição que o sujeito pode adotar frente a sua condição desejante, ou seja, diante de sua incompletude na relação com o Outro. Darmon (1994), especificando o fundamento ontológico desses discursos, descreve que os sujeitos são determinados pelo deslocamento do significante – entendido como o que representa o sujeito para um outro significante – em seus atos e em seu destino, independentemente de seu sexo ou do que comumente se chama de sua psicologia. Tem-se, dessa forma, a defesa de um sujeito que é pela linguagem, pelos significados que atribui e expressa na relação com o mundo, pois "toda determinação de sujeito, portanto, de pensamento, depende do discurso" (Lacan, 1992, p.144). Situando o sujeito como aquele que emana da linguagem, e não do pensamento, como propõe a filosofia desde o cogito cartesiano, tem-se outra dimensão, pois, no efeito da linguagem, não se trata de nenhum ente, trata-se apenas de um ser falante.

Como anunciamos anteriormente, a diferença está marcada aí: invertendo o cogito de Descartes, Lacan afirma que o sujeito está onde não pensa. "Só em função dessa primeira

posição do **Sou** é que se pode escrever o **Penso”** (Lacan, 1992, p. 146). E acrescenta, propondo a inversão que:

> Também aqui há um erro de pontuação, que há muito exprimi assim – *o ergo*, que nada mais é do que o *ego* na jogada, tem que ser posto do lado do *cogito*. O Penso *logo*: ‘*Sou*’, eis o que dá seu verdadeiro alcance à fórmula. A causa, *o ergo*, é pensamento. Aí está o ponto de partida a ser empreendido do efeito daquilo que está em questão na ordem mais simples, cujo efeito de linguagem se exerce no nível do surgimento do traço unário (Op. cit.).

É na cadeia do discurso, ou seja, na série de associações que realiza ao falar, que o sujeito se produz. Através da linguagem, há a tentativa de dar conta do impossível, da impotência que marca o humano; falar é gozar, diz Lacan, referindo o quanto há de tamponamento da falta no uso da linguagem. Devemos lembrar que “o gozo é sempre sentido pelo corpo, mas se ele permanece inefável e indivizível, pode, entretanto, ser delineado pelo aparelho linguageiro, a partir da fala e do escrito no discurso” (Valas, 2001, p.29).

A teoria lacaniana descreve quatro modalidades pelas quais se tenta fazer algo com esse impossível, o saber, em última instância. E é sobre a posição que os sujeitos tomam em relação a esse saber que esses discursos são articulados. No discurso do mestre, que poderia se aproximar de uma fala do ego, há a idéia de que quem fala sabe sobre o que fala. Há o recalcamento da falta, é o discurso da possibilidade do saber. Encontra-se, por exemplo, na fala dos políticos quando prometem ter soluções para os todos problemas sociais. O discurso do mestre, na atualidade, é realizado majoritariamente pela ciência, pois tem assegurado possuir respostas para as vastas questões humanas, do sofrimento psíquico ao desejo de inexistência de patologias físicas. Essa postura tem garantido diferenciação a quem se habilita a partir desse predicado, pois é justamente um mestre que uma sociedade sem referências como a nossa almeja. A importância dada ao conhecimento outorgado pela ciência em detrimento de muitos outros produzidos pela cultura são evidentes, como o acesso à academia pode atestar, sendo valorativo ao sujeito e qualificador de suas ações no contexto social.

O discurso universitário – que pode ser pensado como complementar ao discurso do mestre, pela cumplicidade em seus papéis – prega que há um conhecimento erudito de que e ao qual o aluno deve se assujeitar; há um saber sobre o objeto (o aluno como objeto), em como este deve ser. O saber é da ordem de um grande Outro, o que provoca a alienação do sujeito. Essa posição exercida no reduzido desejo de aprendizado que os alunos não escondem, é a resposta evidente no sistema de educação à predominância de um saber pautado pelo saber do mestre, o professor. A depressão e impotência de que muitos docentes são acometidos hoje, causando afastamento do trabalho, talvez possam ser entendidas como o retorno da impropriedade de sua posição, que tem suas conseqüências. Contudo, há outros importantes fatores implicados nessa questão que também reflete as desigualdades sociais de acesso à cultura e à educação. Mas essa formulação não é literal ao referir-se ao universitário; ela se estabelece em qualquer contexto onde essa condição de saber – que estaria no Outro – se estabeleça, perpassando, com certeza, vários laços sociais para além dos limites da educação formal.

Buscar um mestre que possa dominar o saber é o intuito da histérica, que recalca a falta e provoca a fala no corpo. Contudo, o efeito desse discurso é provocar o saber, pois ele desafia a autoridade, a teoria estabelecida, propondo insistentemente a dúvida sobre o saber do Outro. O discurso do analista, por sua vez, provoca exatamente o desvelamento do recalcado, isto é, desinstitui a pretendida e estável formulação. Provoca a queda do saber suposto para que o sujeito possa produzir outros saberes ou mesmo relativize os que possui. Visa à produção do inconsciente, através da associação-livre, ou seja, o “fala-ser”. Podemos perceber que está em jogo, em todos os discursos, fundamentalmente, a relação do sujeito para com o saber, o que deriva uma quinta formulação.

3.4.1 O Discurso do Capitalista

O discurso do capitalista é uma referência dispersa, não articulada sistematicamente como os quatro discursos, que surge da alteração do discurso do mestre, em que reúne elementos da teoria hegeliana e marxista, como explicitaremos. Ele decorre de um evento histórico e social, mais propriamente, quando se dá a subordinação real do trabalho ao capital, ou seja, quando o setor produtivo – através das máquinas, por exemplo – se descola do humano.

> Aí o operário se torna tão somente um elo entre os equipamentos e passa a ser perfeitamente substituível. É nesse momento que o sujeito-capital se torna autônomo. Com esse evento é imprescindível mudar e transformar o discurso do mestre no discurso do capitalista (Souza, 2000, p. 243).

A Psicanálise confirma nessa formulação sua contemporaneidade e a historicidade à que está comprometida. É na conferência de Milão, em 1972, que Lacan menciona esse quinto discurso, citado em seu seminário, que particularmente interessa à temática deste estudo por revelar as relações sociais que se instauram e os efeitos dessa montagem, que se articula pela cultura, engendrada a partir do discurso da ciência e concretizada na lógica da sociedade de consumo:

> Lacan usou a expressão "discurso do capitalista" para apontar o espírito do tempo atual. O discurso do capitalista mostra a modificação do discurso do mestre efetuada pela ciência. Nesse contexto, pode-se falar num sintoma moderno no qual o sujeito procura sua completude no consumo de objetos. Esse modo de complementação do sujeito alienando-o no consumo rejeita a castração[33] (Leite, 2005, p. 31).

Enquanto consumidor, o sujeito do discurso não experimenta castração, já que ele opera a substituição do objeto do desejo por objetos de consumo. A castração é negada a

[33] Castração pode ser entendida como a Lei, o que interdita o incesto ou a ilusão de completude imaginária entre mãe e bebê. É uma ação simbólica que rompe com a ilusão de uma satisfação plena e de par complementar. O agente que opera esse corte é um agente Real, encarnado primeiramente pela mãe, que introduz o pai ou uma figura que represente um terceiro, intermediando a relação, seguindo-se durante a existência outros agentes – Nomes -do- Pai -que decorrem dessa condição humana de incompletude (Battaglia, 2005).

partir dessa desvinculação, em que o sujeito recalca qualquer possibilidade de contato com a falta e, por conseguinte, com a necessidade de saber.Portanto, no discurso do capitalista, “o sujeito-capital e seu representante, o capital personificado, são considerados autônomos, naturais ou *a*-históricos” (Souza, 2000, p. 243). Para isso, nesse discurso, contrariamente aos outros, os termos não são isolados; cada um alimenta no outro uma reação em cadeia, cuja tendência é o arrebatamento (Darmon, 1994, p. 223). Nesse discurso, o lugar da verdade não é mais protegido, ele é alimentado pelos quatro vértices. No discurso do mestre, o escravo era o saber, já, “nesse discurso, a denúncia da verdade não faz senão reforçar o processo; Lacan cita como exemplo o próprio papel de Marx” (Ibid., p 225).

O saber não circula, mas é assegurado pelos elementos, com uma cumplicidade que será explicitada a seguir. “A pretensa libertação do escravo teve, como sempre, outros correlatos. Ela é progressiva à custa de um despojamento” (Lacan, 1992, p. 140). Esse despojamento é a mais-valia, equivalente em Marx à diferença entre o valor dos bens produzidos e o salário recebido pelo trabalhador, da qual se apropriam os capitalistas, constituindo-se essencialmente na origem do lucro que sustenta economicamente esta sociedade.Na formulação lacaniana, intitula-se o *mais-gozar,* o objeto *a*. O objeto *a* pode ser entendido como aquele que evoca a condição desejante no sujeito, pois, através da introdução de algo que falta, porque alude ao que ali esteve um dia, ainda que imaginária e ilusoriamente, se apresenta como um motor do sujeito, algo que este quer acessar porque estaria ali sua completude, como outrora imagina ter possuído. Se o discurso capitalista despoja-se dessa condição faltante, é precisamente nos objetos que vai depositar a possibilidade de completude que deseja constituir.

> O mais gozar é o que a fala sempre deixa de significar, porque o sujeito não pode esgotar a significação do seu ser pelo significante. Ele mostra isso ao dizer: “não é isso que eu queria dizer, nunca conseguirei dizê-lo”. Daí resulta uma perda para o sujeito, que paga com a sua pele (Valas, 2001, p. 74).

Ao proferir que o homem acaba sofrendo os efeitos de sua tentativa de fazer-se entender pela linguagem, Valas (2001) parafraseia Lacan (1963), que declarou que “é sempre com a carne que devemos pagar a nossa dívida” (p. 108), referindo-se a essa angústia inerente ao bem-dizer, a eficácia da comunicação, que não se efetiva. Mas é no intuito de reverter essa impotência que habitualmente nos pomos a falar.

Precisa-se, inicialmente, retomar o discurso do mestre. Ele é escutado com certo deleite, como denuncia Lacan, mantendo certa dominação, e isso é provado pelo fato de que, explorados ou não, os trabalhadores trabalham:

> Jamais se honrou tanto o trabalho, desde que a humanidade existe. E mesmo, está fora de cogitação que não se trabalhe. Isto é um sucesso, então, do que chamo de discurso de mestre. Para isso foi necessário que ele ultrapassasse certos limites. (...) Falo dessa mutação capital, também ela, que confere ao discurso do mestre seu estilo capitalista (Lacan, 1992, p. 160).

A formulação proposta por Lacan é engendrada a partir do discurso do mestre. Isso porque o mestre é aquele que detém o saber, que sabe o que deve ser feito. O oferecimento dessa certeza produz seus efeitos, já que é sedutor pensar na existência de uma verdade sobre as coisas do mundo. No discurso capitalista, o proletário é despossuído do saber, o que “justifica tanto o empreendimento quanto o sucesso da revolução”, como afirma Lacan (1992, p. 30), alicerçado em Hegel (1807/1992), precisamente na dialética senhor-escravo, explicitada em *A fenomenologia do espírito*, e no conceito de mais-valia marxista, como referimos anteriormente. “Seu saber, a exploração capitalista efetivamente o frustra, tornando-o inútil. Mas o que lhe é devolvido, em uma espécie de subversão, é outra coisa – um saber de senhor. E é por isso que ele não fez mais do que trocar de senhor”. (op. cit.)

Quando refere-se à troca de senhor, Lacan aponta que não se trata mais do senhor do escravo, mas de um outro senhor, o capital e, sobretudo, o saber do senhor sobre seu trabalho:

> Eis o que constitui a verdadeira estrutura do discurso do senhor. O escravo sabe muitas coisas, mas o que sabe muito mais ainda é o que o senhor quer, mesmo que este não o saiba, o que é o caso mais comum, pois sem isto ele não seria um senhor. O escravo o sabe, e é isto sua função de escravo. É também por isso que a coisa funciona, porque, de qualquer maneira, funcionou durante muito tempo. (Lacan, 2000, 1991/1992, p. 30).

Contudo, ocorre um giro nesse saber no discurso do capitalista. O tudo-saber passou para o lugar do senhor. Há uma nova tirania do saber (da verdade), que se instaura sob a égide da sociedade de consumo:

> O sinal da verdade está agora em outro lugar. Ele deve ser produzido pelos que substituem o antigo escravo, isto é, pelos que são eles próprios produtos, como se diz, consumíveis tanto quanto os outros. Sociedade de consumo, dizem por aí. Material humano, como se enunciou um tempo – sob os aplausos de alguns que ali viram ternura (Lacan, 1991/1992, p. 30).

A denúncia de uma sociedade que sucumbe à verdade das coisas, à verdade de quem as produz, consumida por essa sedução, é o alerta lacaniano. O amor à verdade, ilusão denunciada por Lacan, faz o papel de negar a impossibilidade do um *saber-todo*. Afinal, a que saber o sujeito imagina ter conquistado acesso? E que saber realmente almeja?

> A nova ênfase no saber do explorado me parece estar profundamente motivada na estrutura. A questão é saber se isso não é algo totalmente sonhado. Em um mundo onde emergiu, de maneira que existe de fato, sendo uma presença no mundo, não o pensamento da ciência mas a ciência de algum modo objetivada.... que por enquanto ocupam o mesmo espaço que nós no mundo em que essa emergência teve lugar, será que o *savoir-faire*, no nível do manual, pode ainda ter peso suficiente para ser um fator subversivo? (Lacan, 1991/1992, pp. 140-1).

Nesse sentido, pode-se pensar o quanto a superioridade da ciência, nos nossos dias, é reificada continuamente e o quanto a impossibilidade do sujeito em seu trabalho, na estrutura capitalista, é reafirmada. Trata-se de uma lógica que descompromete o sujeito. Remete a instâncias macro o que é construído nos discursos – cotidianos – dos sujeitos.

3.5 A CONTRIBUIÇÃO DE HEGEL

Oliveira (2005) relata que a formação de Lacan, originariamente na Psiquiatria, teve a fenomenologia como primeira influência, pois era dominante na abordagem clínica da época. Em seguida, Lacan teve contato com a obra de Hegel através do comentário do filósofo Alexandre Kojève (1902-1968), que teve sua obra influenciada pela teoria hegeliana, partilhando com os surrealistas o interesse pela linguagem da loucura, o que levou Lacan aos seus seminários. Outro importante filósofo francês, Jean Hyppolite (1907 - 1968) foi-lhe referência nos anos 50, quando passou a freqüentar os seminários de Lacan, persistindo na tradição da leitura de Hegel. Numa segunda fase, a partir de 1945, a fenomenologia cede lugar à estrutura, descoberta através da leitura de Lévi-Strauss; com a ajuda da teoria saussuriana, permite-lhe elaborar uma nova concepção de inconsciente, de linguagem. O terceiro momento da teoria lacaniana é o da pesquisa matemática, quando a utilização de matemas é recorrente para demonstrar suas formulações, numa subversão sutil:

> Em uma época em que a psiquiatria evoluía para a antipsiquiatria, seja para a contestação radical da abordagem nosográfica, seja para o "todo químico", ele tentou, através de modelos matemáticos e lógicos, encontrar uma solução que, de certa forma, respondesse à questão da formalização do inconsciente e da loucura (Oliveira, 2005, p. 76).

Mas é ao "primeiro" Lacan que nos dirigimos quando tencionamos recuperar a influência do pensamento hegeliano na elaboração de sua teoria, especialmente na formulação dos discursos. Como assinalamos anteriormente, é a discussão sobre a loucura que aproxima Lacan de Hegel, pois estava aquele particularmente ocupado com a pesquisa sobre a paranóia.A contribuição inovadora das teses hegelianas a essa questão reside na defesa de que a alienação mental não seria a perda abstrata da razão, como até então se acreditava, mas decorrente de uma contradição interior à própria razão. Não haveria uma "outra" razão ou mesmo uma desrazão que motivasse a loucura, como se pensava antes; esta proviria de algo

interno a ela própria. A loucura deixou de ser o oposto da razão ou a sua ausência para ser pensada como inerente à razão. Foi o que tornou possível pensá-la como dentro do sujeito e, portanto, possuidora de uma lógica própria (Leite, 2005).

Lacan também encontra em Hegel bases para estabelecer seu ensino na Psicanálise, que se configura pela transmissão, através de expedientes como os cartéis e o passe, eventos que se voltam para a busca de um saber que não se realizaria a partir de um mestre.Em Hegel, a formação implica uma espécie "de ajuste de contas com a educação recebida e uma relativa consciência da alienação produzida em seu interior. Na formação, vamos progressivamente nos dando conta do caráter determinado de nossas escolhas e com isso radicalizando nossa relação com a liberdade" (Dunker, 2005, p. 65). Lembremos que, em Hegel, o momento da formação não deixa de ser uma espécie de etapa a ser superada na via da realização do ser do sujeito.

Particularmente na *Fenomenologia do Espírito* (1807-1992) é que Lacan encontra referências para construir a questão da alteridade, expressa na teoria dos quatro discursos a partir da figura hegeliana do senhor e do escravo. Nesse texto, o filósofo descreve o processo lógico no qual a mente humana superaria a simples consciência através da autoconsciência, da razão e do espírito, até alcançar o Conhecimento Absoluto. Este conserva um objetivo teológico em Hegel, pois a história, em sua concepção, teria como objetivo a realização da história de Deus, o que comparativamente, para Marx, se estabeleceria na consecução da utopia comunista, que remonta a uma experiência de sociedade tal como defendida pelos primeiros cristãos. As idéias lacanianas combatem essa pretensão ideativa, pois não coincide no argumento de que a razão pode ascender o homem ao plano da verdade, conseguindo vencer a separação entre forma e conteúdo.

A evolução do indivíduo, enquanto ser reacional e consciente de sua importância, passa necessariamente pelo reconhecimento de outra consciência:

> A consciência-de-si é em si e para si quando e porque é em si e para si para uma Outra; quer dizer, só é como algo reconhecido. O conceito dessa unidade em sua duplicação, [ou] da infinitude que se realiza na consciência-de-si, é um entrelaçamento multilateral e polissêmico. (...) O desdobramento do conceito dessa unidade espiritual, em sua duplicidade, nos apresenta o movimento do reconhecimento (Hegel, 1807/1992, p. 126).

A existência de uma relação especular, constitutiva do sujeito, que Lacan toma originalmente nos estudos de Wallon (1879–1962), reedita-se nas teses de Hegel, especialmente nas formulações que sustentam a dupla dependência nas posições de senhor e escravos, metáforas utilizadas pelo autor para analisar a relação dos sujeitos com a verdade. Chauí (198-) esclarece essa teorização, anunciando que

> o senhor é produzido pela ilusão do escravo, a dominação vem de um escravo que ficou fascinado pela imagem da liberdade e porque ele ficou fascinado pela imagem da liberdade, ele produziu o senhor. A partir do momento em que ele conquista a liberdade através do trabalho, ele destrói a fascinação que ele sentia pela imagem do senhor, e com isso ele reconquista a liberdade com uma liberdade interna. (...) na medida em que ela [a escravidão] reconhece a ilusão do seu próprio reconhecimento pela mediação de sua obra, ela pode vencer a servidão; ela não vence o senhor – isso é que é absolutamente essencial – é ele que ela tem que vencer, porque só vencendo o estado de servidão é que ela anula a figura de senhor. (pp. 17-18).

O ponto-chave de elucidação da contribuição de Hegel a Lacan está no assinalamento que o autor faz de que a questão é que o não saber é essencial à condição senhor/escravo para que a relação se mantenha tal qual ambos propõem. Não se trata de um não saber de si, em que o sujeito desconhece sua condição e a procura incessantemente, como fez Édipo em busca de sua origem[34]. A proposição de um saber que é negado pelo sujeito

---

[34] Édipo-Rei é uma tragédia escrita por Sófocles, autor clássico que viveu de 496 a 406 a.C. Sua data é ignorada, sendo considerada uma obra-prima da tragédia grega porque ilustra a impotência humana diante do destino. A história começa quando Édipo, príncipe de Corinto, é insultado por um bêbado, que o acusa de ser filho ilegítimo do Rei Políbios. Embora Políbios procure tranqüilizar Édipo, o príncipe, perturbado, recorre ao Oráculo de Píton, mais tarde conhecido como Delfos. O oráculo evita responder a sua dúvida, mas dá a terrível informação de que Édipo está destinado a matar o pai e a se casar com a mãe. Como Édipo não tem a menor intenção de deixar que isso aconteça, ele foge de Corinto e vai para Tebas. E aí começa a tragédia. Em uma encruzilhada, Édipo depara-se com uma carruagem. À frente, vem o arauto, que ordena rudemente a Édipo que se afaste e tenta empurrá-lo

remonta ao personagem de Shakespeare, Hamlet[35], que, diferentemente do personagem de Tebas, sabe sobre sua descendência, mas é justamente esta que o atormenta. A Psicanálise toma esses dois protagonistas da literatura para refletir sobre as posições do sujeito diante de sua existência. A questão presente em Hamlet, na angústia do desconhecimento sobre o que deseja fazer, é a vingança. Lacan (1978) identifica que "*Ce qu'il ya de merveilleux, c´est que pour obéir il faut qu'il sache quelque chose. Le propre de l'esclave, comme s'exprimait Hegel, c'est de savoir quelque choise*" (p.47)[36]. Metaforicamente, podemos identificar a negação do reconhecimento do saber presente no escravo não advindo de um desconhecimento, já que este lhe é impossível, mas sim de uma negação desse saber. Como indica Chauí (198-),

> O fundamental, portanto, é a legitimidade que é dada ao tirano ou a legitimidade que é dada ao senhor, se eu retiro do dominante a legitimidade, a dominação não pode se exercer mais; não que ela caia de madura, porque ela não vai cair de madura, é óbvio, mas a luta é de outro tipo. Não é uma luta contra esse senhor, para colocar um outro no lugar dele, é uma luta contra o senhorio como tal, uma luta contra a dominação como tal e, portanto, muda inteiramente de figura (p. 18).

---

para fora da estrada. O príncipe começa uma briga e termina matando todo mundo que nela se envolve. Para sua desgraça, um dos homens que vinha na carruagem era seu pai verdadeiro, o rei Laios, de Tebas. Após resolver o enigma da esfinge e salvar Tebas desse flagelo, Édipo é proclamado rei e casa-se com a viúva de Laios, Jocasta, sua mãe verdadeira. Só depois que uma nova maldição cai sobre Tebas – maldição que seria afastada apenas quando o assassino de Laios fosse descoberto e expulso – é que os fatos vêm à tona. Édipo não consegue suportar a verdade e arranca os próprios olhos. Antes que Édipo tomasse a decisão de fugir da profecia do oráculo, Laios, sua vítima, já tinha cometido o mesmo engano. Apolo havia advertido Laios de que seu próprio filho o mataria e, quando Édipo nasceu, o rei mandou perfurar com um cravo um dos pés da criança e abandoná-la em uma montanha. Mas o menino foi encontrado por um pastor e levado ao rei Políbios, que o adotou. Essa foi a origem da confusão de Édipo, e foi daí que veio seu nome: *"oidípous"*, que significa "pé inflamado" (Cf Filosofia e idéias, 2005).

[35] Para Hamlet, a existência tornara-se insuportável desde que o espectro de seu pai recentemente morto apareceu-lhe numa noite assombrada no alto da torre do castelo. O fantasma, tétrico, reclamava desforra. Contou ao filho que um crime ignominioso o vitimara. Seu próprio irmão, o rei Cláudio, o matara. Atordoou-se o príncipe. Seu lar abrigava a traição e a maldade! A serpente acoitara-se na sua própria família. O mundo era injusto. O assassino, seu tio, não só usurpara o trono como arrastara sua mãe, a rainha Gertrudes, para um casamento feito às pressas, onde, suprema ignomínia, serviram-se "os manjares" que, um pouco antes, "ainda mal esfriados", tinham sido oferecidos "na refeição fúnebre". Algo deveria ser feito. Faltava porém a Hamlet o talento para a ação. O máximo que conseguiu de imediato, além de aferrar-se ao luto e ao mau humor, foi entregar-se especulativamente à vingança (Cf Schilling, 2005).

[36] "O que há de maravilhoso é que, para obedecer, é necessário que ele [escravo] saiba alguma coisa. É próprio do escravo, como exprime Hegel, que ele saiba alguma coisa".

O discurso do capitalista, em Lacan, demonstra a transposição do discurso do mestre para o consumo, explicitando que, na sociedade de consumo, o sujeito se evade, abdica da condição de saber para transpô-la para a busca de completude depositada nos objetos. A relação com o outro implica uma alienação "escolhida", porque responde a sua condição de sujeito angustiado que resiste em responder sobre sua existência, colocando-se também como objeto.

Analisando esse discurso, que reflete um laço social, podemos entender a implicação entre trabalhar e consumir como uma extensão dessa modalidade de relação à esfera laboral. Apontamos a possibilidade de analisar o mundo do trabalho tal como é vivenciado pelo sujeito, como *uma* subjetividade possível e não *a* subjetividade possível, o que amplia, em nosso entender, as prerrogativas para um *ser* no trabalho não-previsível e determinado. O desejo de saber pode levar a essa condição, diferentemente do amor pela verdade.

3.6 A PSICANÁLISE E O SABER

Se a filosofia hegeliana visa ao auto-conhecimento, realizado através da reflexão e da consciência de si e de seus objetivos, seu sistema de pensamento coincide com o ideal predominante no século XIX, sustentado pela razão e pela ciência, da compreensão e domínio da realidade. A psicanálise mostra-se subversiva em relação a essa aposta moderna, promovendo a queda de algumas idéias caras ao homem do século XX, como a impossibilidade de controle e entendimento de si pelo indivíduo, provocando desilusões frente as certezas vigentes. Ao operar essa desconstrução a partir de teorizações que explicitamos a seguir, é tida como pessimista por seus críticos em função de seus princípios, que se engajam com o existencialismo em sua vertente questionadora do mundo. Para a Psicanálise, sua

contribuição funda-se exatamente pela época de idealismos pouco construtivos que se evidenciava, o que Lacan (1975/1985) defendia dizendo que “precisamos hoje renovar a função do saber” (p.122). Mais do que o juízo sobre as verdades da modernidade, o autor questiona o status desse saber, a forma como os sujeitos se relacionam com esses ditos, aos quais se conciliam com tanta facilidade. Haveria uma transposição de um saber religioso, que marcou um momento anterior da humanidade, pelo saber da ciência, mas ambos conservariam a característica de um discurso do mestre em que o sujeito se aliena nesse Outro e não produz sua verdade. Como ilustra Oliveira(2005),

> Quando olho para a história da ciência, vejo que há sempre algo que escapa à lógica da natureza científica. Não poderemos ir tão longe na abordagem neurocientífica do comportamento humano, mesmo se amanhã descobrirmos que todas as nossas emoções, nossos sentimentos e o nosso psiquismo são apenas algo químico ou genético. Iremos, sem dúvida, avançar no domínio da patologia, mas não teremos muitos meios para o reducionismo, porque o homem é produzido pela sua história, por seu ambiente, por seu psiquismo; não existe apenas um determinante. Penso que a ciência revelará muito mais da complexidade que da simplificação, ainda que o cientificismo atual procure simplificar tudo (p. 80).

A controvérsia proposta pela Psicanálise advém da ética que transmite, pois o acesso ao saber enseja a dimensão da alteridade necessariamente, o que é muitas vezes negado no discurso da ciência. Como demonstra Leite (2005), “a ética do analisando pode ser formulada como *Wo Es war soll Ich werden*: ‘aí onde Isso era, deve advir Eu’. Isto quer dizer que há ética onde há escolha, decisão” (p. 31). Ademais, o acento dado à razão como fonte de conhecimento é questionado, como já apontamos na inversão do cogito cartesiano presente na tese lacaniana, o que aponta para outra acepção da dimensão ontológica, pois “à ética da psicanálise pode-se acrescentar uma ética do desejo, que não é uma ética da liberação do desejo, mas de sua resolução, o que, devido à incompatibilidade do desejo e da palavra, coloca o problema do *bem-dizer*” (Leite, 2005, p. 31) – e isso coloca a linguagem, diferentemente do pensamento, como fadada a exigir do sujeito uma confrontação permanente com sua incompletude.

A negação da totalidade do conhecimento – enquanto compreensão inteligível –bem como da hipotética separação sujeito-objeto, argumentada pelos métodos cientificistas, faz com que a Psicanálise seja combatida porque sinaliza impossibilidades a uma sociedade que vive uma experiência inédita de potencialidades[37]. Uma resistência evidente em lidar com essas incertezas que a Psicanálise anuncia pode ser encontrada no que a cultura refere sobre a herança freudiana: "*Freud explica*". A postura e o método investigativo freudiano frustram essa possibilidade, impossível pelos paradigmas já inicialmente colocados, mas a demanda social é de uma reposta de ordem explicativa, como a ciência habitualmente formula; contudo, o intuito é problematizar para implicar o sujeito nessa ordem de acontecimentos, contrariamente à ordem preponderante que naturaliza a realidade vivida pelo sujeito.

Lacan (1975/1985) propõe uma outra construção, diferente da vigente, na qual o saber é reificado pelo seu poder de comprovação e cientificismo:

> E o que me fará hoje me interrogar mais uma vez sobre o que aparentemente se confunde do verdadeiro com o real. Que o verdadeiro visa o real, esse enunciado e fruto de uma longa redução das pretensões a verdade. Por toda a parte onde a verdade se apresenta, se afirma a si mesma como de um ideal do qual a palavra pode ser o suporte, ela não se atinge assim tão facilmente (1975/1985, p. 123).

Diante da reafirmação de que a verdade não cobre o real, que não lhe é contíguo, Lacan (Idem) demonstra que a intenção de alcançar *a* verdade pode ser entendida, pois assegura algum usufruto:

> Outra coisa ainda nos ata quanto ao que é da verdade: é que o gozo é um limite. Isto se prende à estrutura mesma que evocavam, no tempo em que os construí para vocês, meus quadrípodes – o gozo só se interpela, só se evoca, só se saprema, só se elabora a partir de um semblante, de uma aparência (1975/1985, p 124).

A sustentação da verdade dá-se pela mediação de um imaginário que possa obturar o Real, tendo-o como "a pouca-realidade, em que se baseia esse princípio do prazer, que faz

[37] A vertiginosa industrialização, o incremento da tecnologia, o avanço da medicina e a diminuição das distâncias, via comunicação e desenvolvimento de meios de transporte, são ilustrativos dos fatos que contribuem para essa percepção social.

com que tudo que nos é permitido abordar de realidade reste enraizado na fantasia" (Lacan,1975/1985, p. 127). A realidade, afirma contrariamente o autor, está reduzida à possibilidade do humano e não à totalidade pretendida. Nesse sentido, a verdade que é engendrada negando essa condição carece de consistência e de finitude:

> O verdadeiro, então, certamente é isso. Só que isso não se atinge jamais senão por caminhos tortuosos. Apelar para o verdadeiro, como correntemente somos levados a fazer, é simplesmente lembrar que não é preciso enganar-se, e crer que já se está mesmo dentro da aparência (1975/1985, p. 128).

Apontando no sentido da produção de uma outra ordem da verdade, Lacan (1975/1985) declara que "a análise veio nos anunciar que há saber que não se sabe, um saber que se baseia no significante como tal" (p. 129). E esse significante, por originar-se de significados singulares e vicariantes, aponta desde já para a impossibilidade da antecipação ou mesmo da constância da verdade. Que saber, então, é possível para o sujeito alcançar?

> *quem é que sabe*? Será que a gente se dá conta que é o Outro? ... O estatuto do saber implica, como tal, que já há saber no Outro, e que ele é a prender, a ser tomado. E por isso que ele é feito de *aprender*. O sujeito resulta de que ele deve ser aprendido, esse saber, e mesmo apreciado, posto a preço, quer dizer, que e seu custo que o avalia, não como de troca, mas como de uso. O saber vale justo quanto ele custa, ele é custoso, ou gustoso, pelo que é preciso, para tê-lo, empenhar a própria pele, pois que ele é difícil, difícil de quê? menos de adquiri-lo do que de gozar dele. Ali, no gozar, a conquista desse saber se renova de cada vez que é exercido, e o poder que ele dá, resta sempre voltado para seu gozo. (Lacan, 1975/1985, p. 130)

É a incompletude humana que dinamiza a busca do saber: instaura-se a partir do Outro, que provoca o desejo no sujeito porque portaria algo que o sujeito quer obter. Ao saber ocupa valor social diferente daquele presente na sociedade em que a mercantilização das relações impera

> a fundação de um saber é que o gozo de seu exercício é o mesmo do da sua aquisição. Aí se encontra de modo seguro, mais seguro do que no próprio Marx, o de que se trata num valor de uso, pois que tão bem quanto em Marx, ele só está aí para constituir ponto ideal em relação ao valor de troca no qual tudo se resume. (Lacan, 1975/1985, p. 131)

Dessa forma, há uma “economia” que o sujeito opera, entre o saber e o gozo que esse lhe confere. Numa sociedade regida pelo prazer imediato e contínuo, a renúncia ao conhecimento, que possibilitaria uma compreensão total da realidade em detrimento do reconhecimento do saber, seria vivida como um impedimento à satisfação:

> É daí que eu digo que a imputação do inconsciente é um fato de incrível caridade. Eles sabem, eles sabem, os sujeitos. Mas enfim, mesmo assim eles não sabem tudo. No nível desse não-tudo não há senão o Outro a não saber. E o Outro que faz o não-tudo, justamente no que ele é a parte de-todo-não-sabe nesse não-tudo. (Lacan, 1975/1985, p. 133).

É a dimensão do Outro, pouco experimentada numa sociedade individualista, que recorre aos manuais de auto-ajuda para minimizar os impedimentos necessários à convivência, que traduz a fragilidade da soberania do eu, desse eu que pretende se conhecer, por exemplo. A instância do Outro impõ-se quando a negação é superada, e resta a experiência de sua surpresa constante:

> O saber, isto é o que faz com que a vida se detenha em um certo limite em direção ao gozo. Pois o caminho para a morte - é disso que se trata é um discurso sobre o masoquismo – o caminho para a morte nada mais é do aquilo que se chama gozo. (Lacan, 1991/1992, p. 16).

Há, então, uma renúncia importante a ser feita. Mas a promessa da cultura é o inverso daquela da Psicanálise: quanto mais informação, mais inserção social e capacidade de domínio do mundo. Então, qual é o percurso desse saber? Lacan (1991/1992) responde: “...é que conduz ao saber e – se me permitirem justificar em um prazo mais ou menos longo – o discurso da histérica” (p.21). Esse discurso está marcado pela crítica ao discurso do mestre, exercido no questionamento desejável da verdade, manifestando certo desprezo e descrédito pelo saber emanado desse outro. Reconhecemos que o desejo da totalidade insiste para o sujeito, visto sua condição desejante; entretanto, como não pode se inscrever nunca, posto que as palavras jamais deram conta dele, continua sendo investigado pela via do inconsciente, como propõe a Psicanálise.

Sendo o inconsciente concebido como “a parte do discurso concreto que, enquanto transindividual, não está à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente” (Lacan, 1966/1998, p. 260) e se “ o inconsciente é esse capítulo de minha história que está em branco ou ocupado por uma mentira; o capítulo censurado. Mas a verdade pode ser reencontrada; na maioria das vezes está escrita alhures” (op. cit.), a verdade não se estabelece para a Psicanálise, senão o saber, que é justamente esse processo contínuo e não contingenciado no sujeito.

A dimensão cultural sempre se impõe em nossa abordagem, e aqui consideramos que, se o saber muda, como acontece numa pós-modernidade caracterizada pela ausência de paradigmas, pode-se supor também que o sujeito mude, porque ele é constituído pelo saber, como mostram as modalidades de relação com a verdade que o sujeito busca empreender no decorrer da história. Se “o inconsciente evoluiu, o analista definido por Lacan como uma conseqüência do conceito de inconsciente também deve mudar para poder abordar as novas manifestações subjetivas” (Leite, 2005, pp. 33-4); diante de tal desafio nos colocamos neste texto, precisamente na tentativa de compreender como o trabalho pode revelar a relação do sujeito com o saber nos dias atuais.

Contudo, como alerta Kehl (2005), “os psicanalistas sabem que nenhum dos grandes autores em nossa área detém a totalidade do saber sobre o inconsciente e seus efeitos, e nenhuma proposta clínica é capaz de dar conta de todas as formas de sofrimento psíquico” (p.48). Portanto, é na complexidade de inúmeros elementos presentes no laço social, dos quais destacamos o consumo, que pretendemos sugerir a importância do saber, e não da verdade, enquanto um discurso que se atualiza no capitalismo através da totalidade proclamada dos bens.

3.7 O LUGAR ONDE SE PAGA PARA TRABALHAR

Diante das contradições presentes na relação do sujeito com o trabalho hoje, posto que a via da sublimação quase não é cogitada, em oposição à predominante busca de satisfação através do consumo, acessado pela condição do trabalho exercido muitas vezes enquanto mercadoria, reconhecemos que um outro saber pode ser engendrado no percurso de ressignificação do trabalho. Nesse panorama, encontramos uma indicação interessante na clínica psicanalítica no que diz respeito ao uso e função do dinheiro e, conseqüentemente, do pagamento, maneira pouco usual em nossa sociedade de consumo, pois a moeda porta sentido predominantemente valorativo em si. Nelson Rodrigues, citado por Kehl (2005), definiu ironicamente a sessão de psicanálise como "o silêncio mais bem pago do mundo" (p. 48); some-se a esse juízo o fato de que, na clínica lacaniana, o analisando paga para trabalhar, pois o trabalho, para a psicanálise, é o trabalho do inconsciente:

> É isso mesmo: na clínica lacaniana o analista se cala para que o analisante trabalhe. Mas é ele também quem se apropria do produto inefável desta estranha forma de trabalho, na via inversa da alienação e da cessão de mais-valia, ou de mais-de-gozar, ao Outro (op. cit.).

Na medida em que a análise evoca o reconhecimento do desejo do sujeito e de seus modos de gozo, ou seja, das formas com que enfrenta a sua incompletude, as vicissitudes da existência, promove com que o sujeito se aproprie de si, mesmo que a dependência constitutiva no outro esteja sempre colocada; contudo, ela não é impeditiva ou imperativa, ela é esclarecedora da necessidade de uma escolha, do exercício da responsabilidade de ser. O dinheiro tem sua função nesse percurso, por algumas questões que passamos a indicar.

A primeira é formulada por Freud (1913/1974), ao enfatizar que o pagamento não deve ser fixado em valores muito baixos, pois observara em sua experiência que a gratuidade poderia aumentar as resistências do paciente ao tratamento, porque:

> em moças, por exemplo, (aumenta) a tentação inerente a sua relação transferencial e, em moços, sua posição à obrigação de se sentirem gratos, posição oriunda de seu complexo paterno e que apresenta um dos mais perturbadores obstáculos à aceitação de auxílio médico (p. 174).

Subjacente à questão da ineficácia da minimização do pagamento, há a referência à dificuldade do paciente diante do processo analítico, em que a possibilidade de se haver com seu sintoma – que muitas vezes lhe garante um ganho secundário, um gozo – enfrenta resistências; situação na qual o dinheiro pode favorecer na medida em que não consistir algo que marque uma possibilidade do lado do sujeito, ao invés de uma alienação, uma dependência do Outro, como poderia ser sugerido se o médico custear ao paciente tal trabalho. Uma segunda proposição de Freud (1913/1974) ainda refere-se à forma como o psicanalista institui seu trabalho, pois "deve colocar-se na posição do cirurgião, que é franco e caro por ter a sua disposição métodos de tratamento que podem ser úteis" (Ibid, p. 174). Dessa forma, estaria autorizando sua prática justamente pelas premissas que a fazem realizá-la, o que supõe procedimentos e custos.

A. C. Figueiredo (1997) reconhece a contribuição lacaniana à reflexão do lugar do pagamento no tratamento, lembrando que o analista

> encontra na ética do desejo como falta o limite de sua fortuna. O dinheiro, fazendo as vezes do objeto perdido, entra em cena na primeira hora como o que se perde para garantir uma perda de gozo do sintoma, já em questão quando se procura um analista (p.99).

Reconhecer que há algo que não se tem é uma demanda de análise, um pedido de compreensão sobre algo que não se possui, pois situaria a falta constitutiva do sujeito, pela qual ele se responsabiliza. O dinheiro poderia ser utilizado erroneamente nesse momento de "precariedade" do sujeito, se tomado simplesmente como uma gratificação pelo fato de o sujeito vir à análise e falar, ao que se resumiria o esforço do analisante. Contudo, não é esse trabalho que se exige dele, pois "falar para fazer o outro gozar é, sem dúvida, o que não se

deve esperar em uma análise" (op. cit., p. 99), ou seja, não se fala para satisfazer o analista, para agradá-lo, informá-lo; não estamos na esfera das conversações, no sentido do crédito às propriedades da linguagem. Em conseqüência, trata-se de saber cobrar o que custe caro ao analisante, não no sentido sacrificial, mas algo que demonstre um empenho, algo que se estabeleça como um esforço do sujeito, não do analista, o que constituiria, enfim, *o valor do tratamento*. Em conseqüência, não se trata de uma referência fixa ou mesmo de uma freqüência padronizada, ausência de condições que já coloca o sujeito numa relação particular não anteriormente suposta pelo analista, como poderia configurar-se numa posição de mestre.

> A quantia pode, muitas vezes, deixar a desejar para o bolso do analista. O preço entra mais do que nunca pela via da transferência, e a metapsicologia só tem a ganhar ao incluir o dinheiro em seu acervo teórico como um recurso importante no manejo da transferência (A. C. Figueiredo, 1997, p. 100).

O esforço para pagar é o reconhecimento de uma dívida, que pode ser entendida como estruturante da neurose porque reside na constituição do sujeito da linguagem, em que sempre há um resto que não consegue ser integrado. E "isso já coloca os honorários para além do simples pagamento do serviço prestado. Na verdade, trata-se antes do pagamento pelo ato analítico que venha a ser produzido na sessão, do que da compra de um saber" (Novelli e Rickes, 1994, p.33). Afinal, o que a análise propõe é uma desconstrução das verdades do sujeito.

> Aqui é o lugar onde o sujeito paga para perder e não para ganhar bens. A psicanálise não oferece a cura como barganha para o sofrimento. A troca é do sofrimento (ou excesso de gozo) do sintoma, que já não satisfaz, pela "miséria banal", para empregar um termo de Freud. Mas, amar e trabalhar já dão muito trabalho para os que apostam na vida. E é justo aí que os neuróticos e, em menor grau, os psicóticos sucumbem. E ainda ter que pagar por isso? – diz a histérica vitimizada; diz o obsessivo esticando a dívida (A. C. Figueiredo, 1997, p. 100).

A lógica do tratamento é da perda e não do ganho, como aquela que rege a sociedade de consumo, fazendo da Psicanálise um lugar pouco confortável para o sujeito em sua demanda de completude. Diferentemente do uso do dinheiro para apreensão dos objetos,

como propõe o consumo, temos no pagamento da clínica psicanalítica a presentificação do que está ausente, do que não se tem, que é o reconhecimento da castração do sujeito, ao que a análise não oferece resolução, como os objetos propõem. Ademais, Lacan adverte que deveríamos nos relacionar com o dinheiro como o artista o faz, sem nos apegarmos, tendo-o para gastá-lo. Se nos consumimos no trabalho para ter dinheiro, talvez possamos analisar onde estamos enquanto sujeitos. A questão talvez se elucide se nos perguntarmos em que medida cogitamos perder.

4. O RELATO DA LITERATURA

O texto de Saramago *A caverna* (2000) é um registro contundente das marcas da subjetividade e seu tempo, tendo como mote o discurso do protagonista, o oleiro **Cipriano Algor**. Seu depoimento é o registro das mudanças que vivencia diante do surgimento de uma sociedade industrial e de consumo, o que acaba por gerar conseqüências importantes em seu trabalho, em seus afetos e em seu modo de viver. Diante de tal experiência, acompanhamos o sujeito em suas inquietações e angústias, interessando-nos propriamente por qual saber o significa e suporta nesse percurso. É a densidade das reflexões de Cipriano e sua angústia diante do apelo para despojar-se do que lhe é mais genuíno – sua atividade, sua morada, seus hábitos de vida – que justifica a escolha desse relato, pois possibilita articular elementos anteriormente desenvolvidos acerca da implicação entre trabalhar e consumir.

Volnovich (2002) compartilha da legitimidade do recurso literário para analisar a subjetividade, o que oportuniza subsídios para estender essa compreensão nas diferentes práticas realizadas nas organizações.“Isso corresponde à necessidade lógica de incluir uma multiplicidade de saberes quando queremos abordar o tema da subjetividade nas organizações. Nesse campo, apenas o saber tecnológico, incluindo dentre eles a psicanálise, comporta um reducionismo insuportável” (p. 65). Admitindo justamente que poderíamos incorrer no equívoco de buscar sustentar, através da teorização psicanalítica, uma análise tão complexa e multifacetada como a que propomos, ampliamos nosso escrutínio através a literatura.

A caverna de Saramago, referência utilizada pelo autor no título e no final da narrativa, não é um efeito estilístico, é uma metáfora que insiste há muito no tempo, pois Platão a cria para dizer sobre o convívio dos homens, que facilmente se traduz em trevas,

confusão e ilusão, segundo o filósofo. O afastamento do cotidiano, do mundo das relações, em direção a um saber obtido pela introspecção seria necessário para alcançar a compreensão idealizada pelo homem sobre a vida[38]. A teoria marxista reposiciona essa questão dizendo que a verdade não está localizada fora dos assuntos dos homens e do seu mundo comum, mas precisamente neles, sendo evocada pelo convívio, pelo viver em sociedade. Para Marx (1867/1963), as contradições existentes podem ser superadas, ascendendo-se a uma condição igualitária entre os homens. A teoria lacaniana, por sua vez, sugere pensar que a verdade escapa, que o real é irredutível e, portanto, impossível. Afinal, a Psicanálise não busca a verdade, um saber que recubra o mundo: "Digo sempre a verdade: não toda, porque dizê-la toda não se consegue. Dizê-la toda é impossível, materialmente: faltam as palavras. É justamente por esse impossível que a verdade provém do real" (Lacan 1974/1993, p.11).

É sob a insígnia dos norteadores teóricos que apresentamos anteriormente que o recurso literário se justifica, na medida em que testemunha muitos elementos desta tese, como a recorrente aposta no consumo em nosso tempo para aplacar a angústia inerente à existência.

Escolhemos *A caverna* em função da riqueza de recursos que oferta: o discurso de seus protagonistas; o retrato de uma época; o enredo atinente. Pois concordamos com Barthes (1999, p.19) quando diz que o saber da literatura reside num saber importante sobre os homens:

> *O que ela conhece dos homens é o que se poderia chamar de grande estrago da linguagem, que eles trabalham e que os trabalha, quer ela reproduza a diversidade dos socioletos, quer, a partir dessa diversidade, cujo dilaceramento ela ressente, imagine e busque elaborar uma linguagem-limite, que seria seu grau-zero (...) através da escritura, o saber reflete incessantemente sobre o saber, segundo um discurso que não é mais epistemológico mas dramático.*

[38] A metáfora de Platão define a realidade como sendo composta de dois domínios, o das coisas sensíveis e o domínio das idéias. A humanidade viveria na infeliz condição da ignorância, ou seja, vive no mundo ilusório das coisas sensíveis, que são mutáveis, não são universais nem necessárias e, por isso, não são objetos de conhecimento. O filósofo seria aquele que se liberta das correntes, rompendo assim a ignorância e alcançando a opinião para depois, finalmente, atingir o conhecimento, produto da razão.

Assim, buscando-se demonstrar evidências da implicação do consumo na constituição subjetiva do sujeito contemporâneo e nos modos de trabalhar, procede-se à apresentação de trechos da obra escolhida[39], seguida de associações que realizam articulações com as questões anteriormente expostas, sem preocupação ou rigor causal. Considera-se importante, sobretudo, destacar os conflitos expressos na fala do protagonista enquanto verbalização genuína de algumas implicações que pretendemos apontar entre trabalhar e consumir.

É fácil identificarmos na figura impotente e freqüentemente angustiada de Cipriano, o protagonista da obra de Saramago, a imagem do ser humano contemporâneo. O dilema com que o sujeito se depara ao aderir à lógica do consumo e do entretenimento – já que não basta mais somente agregar significados mas, sobretudo, garantir usufruto constante – é metaforizado na literatura, mas sua vivência é extremamente corriqueira. Sentindo-se incapaz de enfrentar o mundo e as vicissitudes da existência, a partir da propagada liberdade advinda da modernidade, o sujeito percebe a possibilidade de engajar-se, ainda que num laço tênue e arriscado (em função de suas conseqüências), com o gozar das coisas, numa possibilidade imaginária de completude e banimento de qualquer frustração ou tristeza. Mas esta não é a saída de Cipriano, que opta pelo reconhecimento de seu desejo, mesmo que seja um árduo e interminável caminho, como acompanharemos através das transcrição de trechos da narrativa.

Especificamente quanto ao mundo do trabalho, nosso escopo de análise, evidenciamos o imperativo do mercado como tentativa de regulação dos desejos: a racionalização insistente das impossibilidades de realização com que o sujeito se defronta é encaminhada pela lógica empresarial através da culpabilidade individual e/ou da aposta no sucesso profissional enquanto superação das limitações que marcam o sujeito. Ilustramos a

[39] De acordo com a editora que publica o livro, autor desejou que sua obra mantivesse a ortografia vigente em Portugal, a qual transcrevemos.

seguir esse mal-estar enquanto cisão do sujeito diante dessas contingências no registro da produção literária.

4.1 O DISCURSO DE CIPRIANO

O personagem Cipriano Algor, um oleiro de profissão nos seus sessenta e quatro anos, tem seus anseios, esperanças e medos compartilhados em *A caverna*. O texto inicia apresentando o declínio comercial – mas não produtivo – do protagonista, que enfrenta o revés dos novos ditames do mercado, pois sua cidade estava até então preservada das transformações que se experimentavam nos "centros comerciais". Seus produtos começam a sofrer resistência para sua aceitação e valoração, situação que exige mudanças no processo produtivo e na relação com seu comprador, o lojista. A dependência das ordens de seu contratante traz angústia a Cipriano: seu trabalho, que lhe ocupava em seus dias e noites (pois era realizado em espaço contíguo a sua casa), fica atrelado às normas de seu contratante, que passa a significar suas ações no trabalho:

> *A gente habitua-se, dizemo-lo, ou dizem-no, com uma serenidade que parece autêntica, porque realmente não existe, ou ainda não se descobriu, outro modo de deitar cá para fora com a dignidade possível as nossas resignações, o que ninguém pergunta é à custa de quê se habitua a gente (p.249)*

É justamente a incerteza, o não saber sobre a efetividade de seu trabalho que aflige Cipriano: a sua subsistência está ameaçada porque já não conta com a receptividade do fruto de seu trabalho; a crença na potencialidade de seu produto se esvai em função dos critérios sempre confusos e instáveis de seu comprador; a mudança para o centro urbano onde o comércio ocorre parece iminente, pois já não há mais emprego na sua cidade, nem há como atender às demandas tão oscilantes à distância.Enfrentando esse momento de indecisão frente

à necessidade de mudanças em sua vida, Cipriano imagina qual verdade poderia dar conta desse impasse, enumerando as saídas da contemporaneidade:

> *Dizemos aos confusos, Conhece-te a ti mesmo, como se conhecer-se a si mesmo não fosse a quinta e mais dificultosa operação das aritméticas humanas, dizemos aos abúlicos, Querer é poder, como se as realidades bestiais do mundo não se divertissem a inverter todos os dias a posição relativa dos verbos (p. 71).*

Esses imperativos da modernidade – o autoconhecimento e a determinação – são coincidentes com o ideário do homem liberal, autônomo, com pleno domínio de si e da natureza, capaz de empreender na vida de maneira quase heróica. Observamos no incremento da literatura de auto-ajuda e na valoração do conhecimento, especialmente o científico, indicadores das tentativas de dar conta desse ideal, ao qual a Psicanálise responde que "a verdade é, a saber, a impotência" (Lacan, 1992, p.49). Essa desilusão à potência da modernidade – à que a pós-modernidade responde pela via da inconseqüência – é enunciada pela teoria psicanalítica desde Freud, como anunciado em *O mal-estar da civilização* (1920/1974), e pelo discurso do analista de Lacan. Mas a recusa à experiência da falta, que, em última instância, constitui o sujeito, é reiterada pela cultura, que se vale do repertório como

> *os sonhos humanos são assim, às vezes pegam em coisas reais e transformam-nas em visões, outras vezes põem o delírio a jogar às escondidas com a realidade, por isso é tão freqüente confessarmos que não sabemos a quantas andamos, o sonho a puxar de um lado, a realidade a empurrar de outro, em boa verdade a linha recta só existe na geometria, e ainda assim não passa de uma abstracção (p. 197).*

O oleiro vivencia a angústia presente na liberdade, na possibilidade de não se reconhecer, no estranhamento que a vida lhe causa, embora seja sua. É a responsabilidade, diante da irrefutável solidão no mundo, que causa apreensão; além disso, o traço unário que o caracteriza enquanto sujeito aponta a impossibilidade da dialética, tal qual Hegel defende,

numa simetria atingível entre o ser e a coisa[40], pois *"...experimenta pôr-te no lugar dele "*, diz Cipriano a sua filha Marta, referindo-se à tentativa de compreensão da situação vivida pelo genro. Continua considerando as impossibilidades: "*não podes, é claro, então se não podes cala-te, diz-se que cada pessoa é uma ilha, e não é certo, cada pessoa é um silêncio, isso sim, um silêncio, cada uma com o silêncio que é*" (p.190). A indagação do sujeito do cogito de Descartes, o sujeito da consciência, não se origina no próprio pensamento, mas no existir, pois

> *dizemos aos indecisos, Começar pelo princípio, como se esse princípio fosse a ponta sempre visível de um fio mal enrolado que bastasse puxar e ir puxando até chegarmos a outra ponta, a do fim, e como se, entre a primeira e a segunda, tivéssemos tido nas mãos uma linha lisa e contínua em que não havia sido preciso desfazer nós nem desenredar estrangulamentos, coisa impossível de acontecer na vida dos novelos e, se uma outra frase de efeito é permitida, nos novelos da vida (p.71).*

A estabilidade da racionalidade não se pode mais afirmar, uma vez que não há parâmetros culturais para garanti-la. O preço da liberdade, para o homem moderno, é a busca incessante de verdades:

> *mas há razões, se a procuramos encontramo-las sempre, razões para explicar qualquer coisa nunca faltaram, mesmo não sendo as certas, são os tempos que mudam, são os velhos que em cada hora envelhecem um dia, é o trabalho que deixou de ser o que havia sido, e nós que só podemos ser o que fomos, de repente percebemos que já não somos necessários ao mundo, se é que de alguma vez o tínhamos sido antes, mas acreditar que o éramos parecia bastante, parecia suficiente, e era de certa maneira eterno pelo tempo que durasse, que é isso a eternidade, nada mais do que isso (p. 106-7).*

A busca de sinais que possam minimizar a experiência da mortalidade, da finitude e da incompletude presentifica-se em muitos gestos cotidianos em que os bens podem ocupar um espaço reificado que os transcende, o que explica a multiplicidade de objetos que os sujeitos tendem a portar:

> *Cipriano Algor olhou de relance o relógio, se que pretendia saber era a hora, de nada lhe serviu o gesto, porque, tendo ele sido feito na seqüência imediata do debate entre a probabilidade das mentiras e a possibilidade das verdades, foi como*

[40] "... de acordo com o conceito do reconhecimento, isso não é possível a não ser que cada um leve a cabo essa pura abstração do ser-para-si: ele para o outro, o outro para ele; cada um em si mesmo, mediante seu próprio agir, e de novo, mediante o agir do outro" (Hegel, 1992, p. 128).

> *se tivesse estado à espera de encontrar a conclusão na disposição dos ponteiros, um ângulo recto que significaria sim, um ângulo agudo que lhe anteporia um prudente talvez, um ângulo obtuso a dizer redondamente não, um ângulo raso é melhor que não penses mais nisso. Quando, logo a seguir, tornou a olhar o mostrador, os ponteiros já só marcavam horas, minutos e segundos, tinham-se convertido novamente em autênticos, funcionais e obedientes ponteiros de relógio (p.92).*

A dimensão do tempo vivido como eterno presente, apresentada por Jameson (2000), pois a dimensão histórica encontra-se subsumida em virtude da instantaneidade das experiências, é assim percebida por Cipriano: "*Vou a tempo, disse, e era certo, ia a tempo, no fim das contas é como sempre vamos, a tempo, com o tempo, no tempo, e nunca fora do tempo, por muito que disso nos acusem*" (p.92). Essa sensação atemporal tende a minimizar os efeitos da história, o que recai sobre a dificuldade de entendimento de sua constituição e, em última análise, de seu desejo. Como Freud assinala, "quanto menos um homem conhece a respeito do passado e do presente, mais inseguro terá de mostrar-se seu juízo sobre o futuro" (11927/1974, p. 15). A superficialidade com que o sujeito vive a sua condição fica então assegurada, até porque a resistência do contato com o mal-estar, inerente à existência, é continuamente incentivada pela cultura do entretenimento, por exemplo. Mas o texto freudiano assinala que é primordial tomar certo distanciamento do presente para que se possam produzir pontos de observação, que permitirão também julgar o futuro (op. cit.). A fixação no presente, característica atual, enseja uma autonomia nos "tempos do sujeito" em que a determinação do biológico, por exemplo, é um argumento para explicar a ordem dos eventos nos quais o sujeito não se reconhece.

Aproximando-se da temática proposta por este trabalho, a implicação entre o trabalho e o consumo, apresentamos algumas conversações entre o protagonista e sua família – genro e filha – em virtude das mudanças que se aproximam diante da impossibilidade de exercício de sua função de oleiro. Diante desse dilema, Cipriano e sua filha dialogam sobre a iminente mudança que atinge o sustento, o trabalho e o modo de vida, e essas condições alteram, sobretudo, a possibilidade do reconhecimento social:

> *Seria muito melhor que não tivesse acordado, murmurou, ao menos, enquanto dormi, fui um oleiro com trabalho, Com a grande diferença de que o trabalho que se fez sonhando nunca deixou obra feita, disse Marta, Exactamente como a vida desperta, trabalhas, trabalhas, e um dia sais desse sonho ou dessa pesadeira e dizem-te que o que fizesse não serviu para nada (pp. 42-3).*

Esse investimento no trabalho, enquanto possibilidade de sustentação subjetiva, esvazia-se na medida em que o trabalho também adere à lógica da mercadoria, que rege também as relações de trabalho, como anuncia o chefe do Centro quando responde a Cipriano como esse poderia agradecer à encomenda que lhe fazia: "*o melhor agradecimento está na satisfação dos nossos clientes, se eles estão satisfeitos, nós também o estaremos*" (p.130). E ainda restam outras implicações que começam a ser vislumbradas nesse processo de transformação da produção:

> *Que irá ser de nós se o Centro deixa de comprar, para quem passaremos a fabricar a louça se são os gostos do Centro que determinam os gostos de toda a gente, perguntava-se Marta (p.42).*

Quem pode assumir seus desejos numa sociedade onde desejar é custoso, sendo preferível gozar da posição de não saber, pois essa condição não exige do sujeito, já que ele não pode escolher? Se a ordem está dada, como subvertê-la se a verdade assim se aloja mais facilmente? O temor da perda da referência enquanto trabalhador reside em enfrentar possível exclusão de todo um repertório simbólico a que a constituição subjetiva está amarrada. "O que faz" e "Onde trabalha" são perguntas cotidianas que conferem valores ao sujeito, perguntando sobre sua posição social, seu saber.

Cipriano percebe uma nova ordem nos acontecimentos, novas relações sociais, novas formas de dependência no mundo ao conhecer o Centro, que pode se entender metaforicamente como a sociedade de consumo. Os efeitos no trabalho são assim descritos pelo protagonista:

> *não foi o chefe do departamento quem decidiu reduzir as compras a metade, a ordem veio-lhe de cima, dos superiores, de alguém para quem é indiferente que haja*

> *um oleiro a mais ou a menos no mundo, isto que sucedeu poderá ter sido apenas o primeiro passo, o segundo será deixarem de comprar, teremos que estar preparados para esse desastre, sim, preparados, mas bem gostaria eu de saber como é que uma pessoa se prepara para levar uma martelada na cabeça (p.42).*

E é então que Cipriano busca justificar a si mesmo o quanto o progresso torna a mudança, em sua vida, algo necessário. Na ordem positivista, o mundo avança. O indivíduo que não acompanha está atrasado, precisa requalificar-se[41]. Mesmo que primeiramente se identifique na contramão do discurso social, acaba por racionalizar a experiência frustrante e engrossa o coro que condena os resistentes:

> *Deixemo-nos de saudosismos que só prejudicam e atrasam, dissera Cipriano com inusitada veemência, o progresso avança imparável, é preciso que nós decidamos a acompanhá-lo, ai daqueles que, com medo de possíveis inquietações futuras, se deixam ficar sentados à beira do caminho a chorar um passado que nem sequer havia sido melhor que o presente. De tão redonda, perfeita e acabada que saiu, a frase reduziu os relutantes jovens (p.193).*

O impacto decorrente da modalidade de laço social que se instaura, na qual o ser humano também se oferece como objeto, acaba por fazer sentir-se na organização do trabalho. O personagem assim concebe tal processo:

> *A organização do Centro fora concebida e montada segundo um modelo de estrita compartimentação das diversas actividades e funções, as quais, embora não fossem nem pudessem ser totalmente estanques, só por canais únicos, não raro difíceis de destrinçar e identificar, podiam comunicar entre si (p. 39).*

O afastamento dos Outros, o reduzido espaço para os contatos são uma conciliação atual para as vicissitudes do convívio com a alteridade. A fragmentação dos processos, das identidades, da produção alimenta certa esquizofrenia no sujeito, uma cisão que permite uma produtividade e eficácia, pois o sujeito tampona expressões de sua subjetividade. A expressão de impotência é coincidente com essa vivência: "*pensou que o seu trabalho se tornara definitivamente inútil, que a existência da sua pessoa deixara de ter justificação suficiente e medianamente aceitável. Sou um trombolho para eles*" (p.198). A alienação nesse outro, o

[41] Em alusão aos programas oferecidos pelo sistema S (SENAI, SINE e SENAC) e órgãos governamentais que visam a atender profissionais que não conseguem inserção no mercado de trabalho.

senhor-empregador, que decide sobre sua vida, lhe sugerindo-lhe uma dependência assimétrica entre as partes, pode ser entendido como identificado com o discurso do capitalista, uma montagem cúmplice em sua essência, pois a condição de saber – sobre o senhor – é permanentemente negada.

"*Na situação em que nos encontramos, não vejo que mais se possa fazer*", diz Cipriano Algor à filha diante da recusa do Centro em comprar-lhe os utensílios domésticos que consistiam seu ofício e seu sustento. "*Que fabriquemos outras coisas, responde-lhe a filha, deveríamos pôr-nos a fabricar bonecos*". E em tom de escandalizada surpresa, como diz Saramago, o diálogo segue:

> *Falas como se tivesses a certeza de que o Centro te vai comprar essa bonecagem, Não tenho a certeza de nada, salvo que não podemos continuar aqui parados, à espera de que o mundo nos caia em cima, Sobre mim já caiu, Tudo o que cair sobre si, sobre mim cai, ajude-me, que eu o ajudarei.(...) Cipriano Algor olhou a filha em silêncio, depois pegou num bocado de barro e deu-lhe o primeiro jeito de uma figura humana. Por onde começamos, perguntou, Por onde sempre há de começar, pelo princípio, respondeu Marta (p. 69).*

A possibilidade de constituir o trabalho, dar-lhe forma e sentido não é uma construção imediata nem estável, muito menos fadada aos imperativos da sociedade de consumo, que deseja rápidos resultados para seu usufruto. Como se procede, qual a forma como essa possibilidade se engendra? Não há nenhuma antecipação possível, o que contraria toda uma demanda social por manuais e receitas de sucesso nos vários aspectos da vida. Cipriano percebe a desqualificação de sua produção e a perda concomitante da marca distintiva que portava, o que não impediu que fosse paulatinamente vetada pela empresa compradora, até sua cessar sua venda. A relação sofre importantes redefinições a partir desse fato, pois já não é do oleiro que a empresa necessita, nem de seu produto; não tendo mais o que ofertar, nenhum saber ou valor reconhecido, Cipriano pergunta-se o que terá que produzir.

Desprovido de seu ofício e não mais guiado pelas leis do seu desejo para com o trabalho, Cipriano fica inerte nesse não-sentido, aguardando os ditames do mercado consumidor. O protagonista quer entender que princípios econômicos estão aí presentes e encontram toda uma lógica social que os suporta e os dissemina. O personagem expressa sua inquietação no trecho abaixo:

> *O resultado dessas e outras perguntas que não ficaram registradas foi ensombrar-se outra vez o semblante do oleiro e, a partir daí, o resto do caminho foi todo ele um contínuo cogitar sobre o futuro difícil que esperava a família Algor se o Centro persistisse na nova avaliação de produtos de que a olaria fora talvez a primeira vítima (p. 27).*

Essas mudanças que ditam o funcionamento sincrônico de simulacros e objetos na sociedade de consumo são abordadas por Saramago quando toma o conceito de valor de troca, de origem marxista, para referir-se às formas de comercialização da mercadoria que passam a vigorar no capitalismo – para dimensionar como passam a ser valorados os objetos e as atividades de produção:

> *[...]não entenderiam porque não tinham estado ali com ele, do lado de fora do balcão, a ouvir um subchefe de departamento explicar o que é valor de troca e valor de uso, possivelmente o segredo da abelha reside em criar e impulsionar no cliente estímulos e sugestões suficientes para que os valores de uso se elevem progressivamente na sua estimação, passo a que se seguirá em pouco tempo a subida dos valores de troca, imposta pela argúcia do produtor a um comprador a quem foram sendo retiradas pouco a pouco, subtilmente, as defesas interiores resultantes da própria personalidade, aquelas que antes, lhe proporcionaram, embora precariamente, uma certa possibilidade de resistência e auto-domínio (p.240).*

A lógica das mercadorias passa a ser simbólica: não é sua materialidade nem seu valor de uso que as qualificam. Constrói-se coletivamente toda uma cumplicidade que assegura às marcas o livre arbítrio de fazer valer seu significado, preenchendo um repertório cultural de uma sociedade aturdida, sem referenciais ou nem mesmo a centralidade do trabalho para nortear sua vida, como outrora talvez se sustentasse. Nesse sentido, o marketing pode ser compreendido como um sintoma social. Künzel (1997) afirma que este funciona socializando de maneira sedutora as convenções simbólicas de modo que as propagandas

sustentem o ilusório que os indivíduos freqüentemente acolhem, pois é coincidente com sua formação imaginária. É um gozo permitido, já que, mesmo sabendo da mentira sobre a propriedade dos objetos, a possibilidade é justamente anuir sem reconhecer tal concordância, atribuindo-a ao fascínio dos apelos publicitários.

Entretanto, tais fatos não se operam sem custos; há ambigüidades e perdas decorrentes. Nas palavras de Saramago, isso reflete-se na marca do trabalho enquanto objeto, tendo a tônica de denúncia na figura do protagonista:

> *Vejam esta situação, um homem traz aqui o produto do seu trabalho, cavou o barro, amassou-o, modelou a louça que lhe encomendaram, cozeu-a no forno, e agora dizem-lhe que só ficam com a metade do que fez e que lhe vão devolver o que está no armazém, quero saber se há justiça nesse procedimento. Os condutores olharam uns para os outros, encolheram os ombros, não tinham a certeza do que seria melhor responder nem a quem conviria mais a resposta (pp. 22-3).*

O lugar que o trabalho passa a ocupar na vida do protagonista e daqueles que lhe são próximos é expresso neste trecho, onde a reflexão se centra na impossibilidade do oferecimento, pelo trabalho, de significados e referências estáveis ao sujeito:

> *A questão essencial, involuntariamente subjacente às palavras ditas por Marçal[42], continuava a ser a preocupação sobre o futuro da olaria, sobre o trabalho que nela se fazia e sobre as pessoas que o executavam e que, melhor ou pior, dele tinham vivido até agora. Aqueles seis bonecos eram como seis irônicos e insistentes pontos de interrogação, cada um deles a querer saber de Cipriano Algor se era tão confiante que pensava dispor, e por quanto tempo, caro senhor, das forças necessárias para governar sozinho a olaria quando a filha e o genro fossem viver para o Centro, se era tão ingênuo ao ponto de considerar que poderia atender com satisfatória regularidade as encomendas seguintes, no caso providencial de virem a serem feitas, e, enfim, se era suficientemente estúpido para imaginar que daqui em diante as suas relações com o Centro e o chefe de departamento de compras, tanto as comerciais como as pessoais, seriam uma contínua e perene maré de rosas, ou, como uma incómoda precisão e amargo cepticismo perguntava o esquimó, Crês tu que me vão querer sempre (p.166).*

Essa nova condição que o trabalho oportuniza, muitas vezes reduzido a instrumento para o acesso ao mercado – seja de trabalho ou consumo –, é um processo contínuo de

[42] Genro de Cipriano Algor

adaptação da subjetividade enquanto produto; afinal, como afirma Debord (1997), o homem deve parecer ser:

> *Pelos vistos também com os cães se pode aprender alguma coisa, Sim, aprende-se sobretudo a não discutir o que deve ser feito, algumas vantagens o simples instinto que lhe manda terminar o trabalho, que nos seres humanos, ou em alguns, existe o factor de comportamento parecido ao instinto, perguntou Marta (...). Em todo o caso há que reconhecer que a razão também é capaz de produzir idéias aproveitáveis...Viva a razão, afinal. Olha que não sei, as aves também fazem os ninhos ocos e não andam por aí a gabar-se (p.205-6).*

Nessa perspectiva, somente a retomada do sentido do trabalho por um sujeito não assujeitado, mas protagonista de sua relação com seu ofício, é desejada mas percebida como um difícil desafio:

> Parece que não sabemos viver doutra maneira, Talvez não haja outra maneira de viver, O que talvez seja é demasiado tarde para haver outra maneira (p. 211).

Diante desse contexto de muitas incertezas, é possível entender, como assinala Jameson (1985), que a realidade passe a ser vivida através das imagens, mediada e experienciada através de simulacros, afastando o contato e os laços que estariam em seu lugar. Um diálogo de *A caverna* onde os personagens comentam sobre uma atração oferecida aos habitantes do Centro, parece ilustrar isso:

> *E como é aquilo, Género Tropical, faz muito calor e a água é tépida, E a areia, Não há areia, o piso é de plástico a fazer as vezes, de longe até parece autêntico, Mas as ondas não há, claro, Pois aí é que se engana, tem lá no interior um mecanismo que produz uma ondulação igualzinha a do mar, Não me digas, Digo, As coisas que os homens são capazes de inventar, Sim, disse Marçal, é um bocado triste (p.314).*

A dimensão e o lugar do entretenimento aparecem nesse momento como possibilidade de esquecimento – ainda que momentâneo – diante de tantos acontecimentos: a perda do ofício; a mudança de cidade; a residência num apartamento; o trabalho e a convivência social em um *shopping*. A oportunidade de viver sensações a partir desses dispositivos de lazer que são oferecidos nos grandes centros consumidores, reproduzindo a natureza, as emoções e mesmo as experiências humanas, busca minimizar o vazio existencial

e o desconforto com a própria vida. O incremento da indústria do entretenimento é uma "realidade", como afirma Gabler (1999).

Reatualiza-se a Caverna de Platão[43], metáfora literária utilizada pelo autor, na gruta que Cipriano Algor desvenda, lugar que é cercado de interdições ao acesso e conhecimento pelos patrões do Centro. Quando o protagonista ingressa no local, chora pelos corpos humanos desfigurados que vê na caverna, o que lhe parece um calvário, de subida lenta e dolorosa:

> *... sabes que o que está ali está, sendo o que é, não tem realidade, não pode ser real... Não sei, mas depois de os ver fiquei a pensar que talvez seja aquilo a que damos o nome de não existência (p.333).*

O encontro com esse resto existente na gruta com o que sobra, fica escondido no subterrâneo da vida que ocorre no Centro, é uma experiência dolorosa, pois o encontro com a dimensão mortífera da vida é revelado. Mas essa revelação só se dá pela disponibilidade de superar o plano das aparências, do que é imagem. Mas Cipriano reconhece seu saber sobre a vida, não se permite negá-lo, como diz a Marta, ainda considerando a desilusão que vivera:

> *pior de tudo, sabes, é já não sermos os mesmos desde que nos mudamos para aqui (p. 328).*

A descida da gruta é decisiva para Cipriano; a partir do que vê, decide partir do Centro, retornar a sua cidade para buscar Isaura e Achado[44] e despedir-se de sua antiga olaria,

---

[43] E agora, deixa-me mostrar, por meio de uma comparação, até que ponto nossa natureza humana vive banhada em luz ou mergulhada em sombras. Vê! Seres humanos vivendo em um abrigo subterrâneo, uma caverna, cuja boca se abrepara a luz, que a atinge em toda a extensão. Aí sempre viveram, desde crianças, tendo as pernas e o pescoço acorrentados, de modo que não podem mover-se, e apenas vêem o que está à sua frente, uma vez que as correntes os impedem de virar a cabeça.
Acima e por trás deles, um fogo ardea certa distância e, entre o fogo e os prisioneiros, a uma altura mais elevada, passa um caminho. Se olhares bem, verásuma parede baixa que se ergue ao longodesse caminho, como se fosse um anteparo que os animadores de marionetes usam para esconder-se enquanto exibem os bonecos. [...] Pois esses seres são como nós. Vêem apenas suas próprias sombras, ou as sombras uns dos outros, que o fogo projeta na parede que lhes fica à frente (Adaptado de Platão, 1965).

[44] Isaura era sua vizinha no povoado e por ela alimentou amor genuíno depois de sua viuvez. Contudo, não conseguia lhe falar de seu sentimento, e a ida para o Centro afastou-os momentaneamente. Achado é seu cão de

seguindo juntamente com Marta e Marçal, mas antes "*escolheram o que acharam necessário para uma viagem que não tem destino conhecido e que não se sabe como nem onde terminará*" (p. 348). Cipriano assume, então, seu desejo, escolhe carinhosamente seus "objetos" e enfrenta o imponderável, conduzindo o rumo de sua vida, embora lhe custasse algumas lágrimas a si e aos seus companheiros de jornada. Já na estrada, ao passarem próximo ao Centro, avistaram um cartaz que anunciava:

BREVEMENTE, ABERTURA AO PÚBLICO DA CAVERNA DE PLATÃO, ATRACÇÃO EXCLUSIVA, ÚNICA NO MUNDO, COMPRE JÁ A SUA ENTRADA.

Esse espetáculo, anteriormente vivido por Cipriano como uma imagem trágica da existência, acabara de ser incorporado à dinâmica do Centro, aludindo às constantes apropriações, pela sociedade de consumo, da experiência enquanto produto, em que a sensação é comprada na condição de consumo e como tal vivida, tratando-a como um objeto no qual seu pagador não está, definitivamente, implicado[45].

A história do trabalhador Cipriano permite-nos conhecer um sujeito – ainda que literário e, portanto, ficcional – que, impelido à inclusão na sociedade de consumo e à concomitante perda de seu ofício, responde com ímpar reflexibilidade, construída nos laços afetivos e pela linguagem. Não recusa sua angústia, ao contrário: dialoga com ela para que possa se encontrar em suas contradições e na sensação de estranhamento que tem de si. A lógica do consumo não lhe é atraente porque não se reconhece nesse valor nem nessa mediação social. Busca o desvelamento das questões que o afligem, enfrentando o mal-estar inerente a sua experiência e percebendo o quanto há de miséria na existência que se revela sem o disfarce do espetáculo. Não fica à espera de que lhe digam como irá seguir diante

---

estimação, que ficara com Isaura, pela impossibilidade de levá-lo para o Centro, já que viveria num apartamento. "É um cão consciente, sensível, quase humano" (p. 349), nas palavras de Cipriano.

[45] O crescente turismo da experiência onde as pessoas buscam, através da compra de produtos, viver determinada realidade, pode explicitar tal questão. Visitas a favelas, cemitérios e tribos indígenas são alguns roteiros dessa modalidade de produção cultural.

dessas condições tão incertas: faz sua escolha e enfrenta suas perdas. Assim, parte em uma trajetória única, desconhecida e sem garantias, mas plena de sentido e subjetividade.

INTERLOCUÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

O itinerário investigativo que desenvolvemos busca refletir sobre as mutações do sentido do trabalho e seu impacto sobre a subjetividade, manifesto muitas vezes na destituição da capacidade de realização que o trabalhar possibilita, que se observa na ocorrência de doenças ocupacionais e na despersonalização freqüente da relação do sujeito com seu labor. Exploramos, a partir de elementos históricos e conceituais, a implicação desse fenômeno com a questão do consumo, a partir das teorizações sobre a Sociedade de Consumo, ampliando a análise através das contribuições da Psicanálise e da Literatura. A complexidade desta investigação revela a impossibilidade de examinar a questão do trabalho restringindo-a a uma área do conhecimento, dada a variedade de aspectos implicados nessa temática. Ambas as categorias – trabalho e consumo – condensam densos significados culturais que não conseguem ser compreendidos com reduzidos operadores teóricos, graças ao dinamismo que experimentam em face da constante elaboração na cena social.

A Psicologia do Trabalho tem enfrentado desafios relativos à apropriação de seu objeto, tendo em vista seu percurso enquanto ciência, marcado por contribuições que são alvo de crítica, pois revelaram um viés adaptativo em importantes momentos históricos, requerendo a revisão imprescindível de seus paradigmas. A Psicologia do Trabalho não pode se furtar de seu compromisso social e de sua coerência para com a sociedade que lhe demanda

saberes. Cientes da importância de produção de conhecimento e de engajamento desse campo psi aos propósitos de uma interlocução social que promova a discussão sobre temas relevantes à compreensão de nosso tempo e nossa história, empenhamo-nos na reflexão de uma relação pouco analisada na Psicologia do Trabalho, a implicação das categorias trabalho e consumo.

Referimos encontrar uma proximidade importante face às modalidades de laço social que se estabelecem nesses campos, onde o sujeito transita movido por ideais bastante coincidentes, a saber: a defesa de sua individualidade através da reificação dos objetos e das relações. A busca incessante por uma satisfação narcísica, que se faz imediata e fugaz pela intermediação das mercadorias e da imagens em sua manifestação mais simbólica, tenta suprimir as vicissitudes inerentes à condição do sujeito, que insiste nas suas inúmeras vivências, entre as quais destacamos o trabalho.

A intolerância moderna ao reconhecimento da precariedade e dependência do ser humano, sustentada pelo ideário capitalista do individualismo, incrementa a angústia inerente à existência, com que o sujeito moderno refuta o contato. Para isso, serve-se do aparato cultural da Sociedade de Consumo como defesa, mesmo que esteja muitas vezes destituído de uma subjetividade que poderia ser exercida, mas que é desqualificada.

Ser diferente, portar uma singularidade transforma-se em fardo para o sujeito porque não pode mais contar com alguns balizadores sociais como anteriormente era-lhe facultado, como observamos quando as instituições – como o Estado, a religião, o grupo social – experimentaram o declínio de sua efetividade na cultura, conseqüência da prevalente valoração do indivíduo, essencial à construção de um progresso econômico e à sustentação da hegemonia de grupos sociais.

Nossa análise indica que não se trata de um assujeitamento inevitável, imposto pelas circunstâncias, como a situação pode sugerir, tendo em vista a fragilidade do homem

contemporâneo. Observamos que há uma cumplicidade, uma adesão do sujeito nessa modalidade de relação social, marca de uma historicidade à qual a sociedade é constantemente convocada a responder. Considerando a perspectiva da construção dessa experiência, que não é perene, ao contrário, precisa se atualizar incessantemente através dos elementos da cultura, encontramos na possibilidade de problematizar a relação do sujeito com o trabalho, pela via do reconhecimento de condição enquanto consumidor, como uma abertura para novas acepções a respeito do trabalhar.

Ponderamos que a análise dos conflitos presentes na esfera laboral guardam estreita conexão com os modos de relação que caracterizam nossa sociedade, fetichizada com a possibilidade de conquista da verdade, como dimensiona na valoração dos ditames ciência, revelando um laço social modulado pela suficiência e conseqüente inexistência de limites. A potência do sujeito é exaltada incessantemente, custando-lhe caro a manutenção de tal ideal, como podemos verificar nos quadros de fobia e depressão que traduzem a patologia de nossa sociedade. O trabalho adere a essa lógica, oferecendo um espaço privilegiado para o exercício dessa individualidade exitosa, que imaginariamente pode ser conquistada, apesar da volubilidade inerente às relações que sustentam o contexto laboral. Na medida em que esses conflitos advindos da mediação com o outro se impõem no mundo do trabalho, o sujeito responde com a evasão, com o descaso para com sua atividade e produção, deslocando o desejo de satisfação para o âmbito do consumo, onde opera autonomamente, guiado pelas sensações e pelo entretenimento, sendo a única chancela supostamente requerida o pagamento monetário.

Entretanto, analisamos que essa negação de si que o sujeito realiza, minimizando a experiência da subjetividade que poderia exercer, tem seus efeitos, mesmo que sutis e compreensíveis a partir de certo distanciamento reflexivo. O retorno dessas idiossincrasias que são encobertas produze a violência e o adoecimento psíquico com que a sociedade teme

se encontrar, o que se revela no recrudescimento de leis internas buscadas nos manuais de auto-ajuda e na medicação intensiva, manifestações típicas de nossa sociedade. Nesta, o imperativo é ser feliz, o que se estabelece como virtude. Tal possibilidade não seria problemática se contássemos, ontologicamente, com essa prerrogativa na possibilidade de ser conquistada através dessa modalidade egocêntrica de individualidade. Na insustentável condição de subsistir guiado por tais paradigmas e bastante temeroso do exercício do diálogo com a alteridade, o sujeito moderno enfrenta um mal-estar intenso, para o qual o refúgio tem sido experimentado, predominantemente, no consumir.

Nossa aposta reside na convocação ao debate sobre consumo, tendo-o como revelador de um laço social característico de nossa sociedade, que se estende para além da relação com os bens, presentificando-se nos afetos, no trabalho, na interação com a natureza. Ao relativizar a potencialidade do usufruto que obtém a partir dessa reificação constante da realidade, o sujeito poderá vislumbrar escolhas, posição que parece ser pouco exercida atualmente, sendo muitas vezes meritória a comodidade em detrimento do incômodo da combatividade. Afinal, as grandes causas modernas já não se justificam. Evidentemente, precisamos engendrar outros propósitos, sintonizados com nossas necessidades e vivências atuais; tal intento precisa do reconhecimento da importância desse envolvimento, o que talvez prescinda da proclamada completude à que a sociedade de consumo precisa, ainda que imaginariamente, ascender.

As mudanças no mundo do trabalho, em nosso entendimento, impelem o sujeito a enfrentar, a partir de novas posturas, seu sofrimento pelo esvaziamento de sentido no trabalhar, em que a realização almejada se remete ao usufruto da condição de consumo, exterior à experiência laboral. Acreditamos na efetiva possibilidade de o homem construir no trabalho uma produção subjetiva, advinda do esforço inerente à transformação dos inúmeros elementos presentes nesse contexto, em direção à realizações que possam oferecer

significados relevantes à existência, sustentando-a simbolicamente. Inversamente à convocação incessante do consumo em função de sua característica fugaz, a realização que o trabalho possibilita oferece transcendência em seus feitos, pois desdobra-se na ressonância que se opera no Outro, pois este é essencial no processo. Na relação de objeto presente no consumo, o desaparecimento da condição desejante tem seu preço, tornando o trabalho um mero instrumento, sem portar sentido que o signifique suficientemente em seu desempenho, o que o torna penoso e extremamente conflitivo.

A análise que empreendemos reflete o espírito de seu tempo. Diante da falência dos ideais e dos valores, característica do período denominado pós-modernismo, em que os saberes anteriormente estabelecidos se desestruturaram, os laços sociais também sofrem desorganização e, como efeito, uma individuação extremada como tentativa de recobrar alguma estabilidade em seus preceitos. Esse contexto de ausência de referências é oportuno para a prevalência do discurso do mestre, identificado na valoração atribuída à ciência, em que a globalização justifica a inexistência de referenciais, restando ao sujeito reconhecer o mestre contemporâneo que se apresenta, o mercado.

A produção textual realizada propôs interlocuções – partindo das categorias trabalho e consumo – com diferentes campos do conhecimento, possibilitando identificar as diversas facetas pelas quais o laço social vigente se intersecciona com o mundo do trabalho. Como afirmamos reiteradamente, nosso intuito não é reduzir a difícil experiência do trabalho hoje - pelas inúmeras contingências que apontamos anteriormente – à dimensão do consumo. Afirmamos, entretanto, a importância da integração dessa categoria no itinerário da Psicologia do Trabalho, o que pode ensejar a ampliação dos referenciais teóricos com que tem se instrumentalizado enquanto campo.

A trajetória dessa área, originalmente identificada com as demandas empresariais, é marcada por diferentes intervenções na relação do homem com o trabalho, sendo um constante desafio cotejar novos paradigmas. Entendemos que o desenvolvimento das bases conceituais amplia o espectro de análise, contemplando outras categorias que explicitam os fenômenos sociais concomitantes às transformações do trabalho, dentre os quais, se identifica o consumo. A reinvenção da Psicologia e cultivo de uma postura crítica que promulgue a razão de sua existência no campo da ciência é uma tarefa à que não se pode renunciar. As organizações refletem e instituem, dinamicamente, os valores e as modalidades de laço social presentes na sociedade. Na medida em que algumas questões sobre o trabalho forem repensadas, a possibilidade de mudança torna-se efetiva porque discursos sociais diferentes podem ser produzidos, contribuição que Psicologia é constantemente convocada a fazer. Nesse sentido, enfatizamos a importância das micropolíticas, das transformações operadas no cotidiano, nas relações que se estabelecem pela interação nos diversos contextos em que nos inserimos. Embora pareça deveras singela e silenciosa a mutação praticada nesse âmbito, a propriedade de sua insistente manifestação pode construir uma diferença importante na sensibilidade que efetivamente construa novas formas de subjetivação.

Ademais, seria importante a Psicologia do Trabalho anunciar, enquanto discurso social, quais são seus paradigmas e qual saber deseja compartilhar, contribuindo para a reflexão a partir da especificidade de seu campo. A investigação das relações de trabalho parece-nos uma vertente explicitada e compartilhada, o que refuta opções binárias – defesa do trabalhador, ótica do empresariado –, pois, como já demonstramos, a dependência é recíproca, ainda que isso não equalize as diferenças ali presentes. Promovendo a discussão de uma nova ética, pautada pela recondução da subjetividade em outros referenciais diversos dos propagados pelo consumo, poderemos primeiramente relativizar os ganhos da subjetividade

prometida pelo consumo, em que anunciantes e compradores sustentam uma cumplicidade essencial para a idealização das propriedades do objeto.

Como desdobramento desse possível hiato diante do desinvestimento no consumo, apostamos que esse processo possibilita uma abertura para a apropriação do sentido possível do trabalho, hoje muito contingenciado pela lógica da mercadoria. A presença de uma tensão na esfera laboral é irrefutável, pois a contínua oscilação entre a supressão das demandas do sujeito em prol do contrato social e o custo da perda da subjetividade em muitos momentos se presentifica.

Parece-nos que a via da sublimação é uma das possibilidades de atribuição de sentido, para a qual o envolvimento do sujeito no trabalho é condição imprescindível: não poderá vivê-lo como objeto, consumindo-o para seu usufruto nem oferecer-se como objeto e ser consumido para também usufruir dessa condição. A destituição da ótica predominante, apoiada na satisfação, que organiza inúmeros modelos administrativos de nossa sociedade, encaminharia uma possibilidade de produção material e simbólica diferente daquela que o indivíduo experimenta muitas vezes no mundo do trabalho e no consumo, tipicamente reificada.

A discussão que propomos possui a marca de um tempo e de uma sociedade particular; não a estendemos para a contemporaneidade como um todo, nem mesmo para todos os sujeitos, mas a formulamos enquanto uma chave para compreensão e debate de uma questão tão cara aos sujeitos, desde sempre, que é o trabalho. Creditamos importância à resignificação da esfera laboral como uma oportunidade de mudança que tenha seus efeitos no laço social. A cultura, em virtude de algumas expressões que ganham visibilidade, dá indícios de sua disponibilidade para tal propósito.

Partindo do mesmo viés de nossa metáfora literária, recurso que utilizamos para refletir sobre a implicação entre o consumo e o trabalho, surgem publicações de autores, como Maier (2005), Mendes (2005), Radifahrer (2004) e Adams (1996), que reeditam o clássico *Direito à Preguiça*, de Lafargue (1883), em que a ironia é usada como tática para refletir sobre o mundo do trabalho. Na medida em que desacreditam no fetichismo que a mercadoria do mundo corporativo comportaria, essas obras convocam para a desilusão do gozo prometido no trabalho. Estaríamos chegando num limite do ganho do sujeito nessa montagem cultural – da idealização do trabalho – ou haveria um deslocamento efetivo da subjetividade e, portanto, não somente do objeto? A intensificação do virtual enquanto instrumento de relação social já dá indícios, frente ao declínio (ainda que lento) do consumo em muitas sociedades, da nova empreitada da humanidade frente à inquietude que a existência provoca, incitando a busca de verdades. Mas essa questão já engendra outra tese. Por enquanto, a bem da verdade, ficamos com esse distanciamento necessário de nosso ainda presente.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Scott (1996). *O princípio Dilbert*. São Paulo: Ediouro.

ALBORNOZ, Suzana (2000). *O que é trabalho?* São Paulo: Editora Brasiliense.

ARIÈS, P. e DUBY, Georges (1995). *História da Vida privada: da 1ª Guerra aos nossos dias*. (Vol. 4). São Paulo: Companhia das Letras.

ANTUNES, Ricardo (2000). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (7. ed) São Paulo: Cortês / UNICAMP.

_____(1999). O mundo precarizado do trabalho e seus significados. In: Cadernos de Psicologia do Trabalho, 2 (1),55-63.

_____(1995). Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortês / UNICAMP.

ASKOFARÈ, Sidi (1997). O sintoma social. In *Goza! Capitalismo, Globalização e Psicanálise* (pp. 164 – 189). Salvador, Ágalma.

ASSOCIAÇÃO DOS DIRIGENTES DE MARKETING E VENDAS DO BRASIL (2000). Psicologia do Consumidor. Porto Alegre, RS.Texto não publicado.

BARTHES, Roland (1989). *A aula*. São Paulo: Cultrix.

BATTAGLIA, Laura (2005). A estrutura do psiquismo. *Viver Mente & Cérebro* (4). Coleção Memória da Psicanálise, 14 -21.

BAUDRILLARD, Jean (2001). *Senhas*. Rio de Janeiro: Difel.

_____(1995). *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.

_____(1973). *O sistema de objetos*. São Paulo: Perspectiva.

BEVILAQUA, Cimea Barbato (2002). *O consumidor e seus direitos: um estudo sobre conflitos no mercado de consumo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BEZERRA Jr, Benilton. Subjetividade moderna e o campo da Psicanálise. In BIRMAN, Joel (Org).(1989). *Freud 50 anos depois* (pp. 219-239). Rio de Janeiro: Relume Dumará.

BIRMAN, Joel (1999). *Mal-estar na atualidade: psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BRESCIANI, Luis Paulo (1999). Panorama da reestruturação produtiva. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, (2) 39-44.

BRIDGES, W. (1995). *Mudanças nas relações de trabalho*. São Paulo: Makron Books.

CALLIGARIS, Contardo (2000). *A adolescência*. São Paulo: Publifolha.

_____(1997). Sociedade e indivíduo. In FLEIG, Mario (Org).*Psicanálise e Sintoma Social* (pp. 183-196) (2. ed).São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS.

_____(1991). A sedução totalitária. In ARAGÃO, Luiz Tarlei de; COSTA, Jurandir Freire; SOUZA, Octavio e CALLIGARIS, Contardo. *Clínica do Social: ensaios* (pp.105-118). São Paulo: Escuta.

_____(1986).*Perversão – um laço social*? Conferência. Cooperativa Cultural Jacques Lacan. Texto não publicado.

CANCLINI, Néstor Garcia (1995) . *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: UFRJ.

CASTELLS, Manuel (2000). *A sociedade em rede* (3. ed). (Vol.1). São Paulo: Paz e Terra.

CAVENACCI, M (1990). *Antropologia da Comunicação Visual*. São Paulo: Brasiliense.

CERTEAU, M.(1994). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.

CHAUÍ, Marilena [198?]. *Hegel -A dialética do senhor e do escravo*. Universidade São Paulo, São Paulo. Texto não publicado.

CODO, Wanderley (2002). Um Diagnóstico Integrado do Trabalho com ênfase em saúde Mental. In JACQUES, Maria da Graça e CODO, Wanderley (Orgs). *Saúde Mental e Trabalho: leituras (*pp 173 -190). Petrópolis, RJ: Vozes.

CODO, Wanderley, SAMPAIO, José Jackson Coelho e HITOMI, Alberto Haruyoshi (Orgs).(1993). *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes.

COELHO, Marcelo (2001, 29 de agosto). As embalagens mentem até quando são verdadeiras. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Ilustrada, p. E8.

DARMON, Marc (1994).*Ensaios sobre a topologia lacaniana*. Porto Alegre: Artes Médicas.

DEBORD, Guy (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

DEJOURS, Christophe (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (5. ed). São Paulo: Cortez.

_____(1999). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas

DEJOURS , C H & ABDOUCHELI, E. (1994). Itinerário teórico em psicopatologia *do trabalho*. In: DEJOURS, Ch. ABDOUCHELI, E., JAYET, CH. (orgs).- *Psicodinâmica do trabalho* – contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas.

DOMENICH, Mirella (2002, 30 de junho). Burnout: Índice no Brasil supera o dos EUA e o da Alemanha. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Empregos, F3.

DUNKER, C H I. (2005). O romance de formação do analista. *Viver Mente & Cérebro* (4), Coleção Memória da Psicanálise, 64- 73.

_____.(2001). Sobre o sujeito: entre a psicanálise e a psicologia social. In: *Psicologia & Sociedade*, 13 (1): 64-74.

DURAND, Marina (2002). Dia Nacional Combate LER / DORT. Mesa Redonda. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo

_____(2000). *Doença ocupacional*: *psicanálise e relações de trabalho*. São Paulo: Escuta.

FEATHERSTONE, M (1995). *Cultura de consumo e pos-modernidade*. São Paulo: Studio Nobel.

FIGUEIREDO, Ana Cristina (1997). *Vastas Confusões e atendimentos imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público* (pp. 97-107). Rio de Janeiro: Relume – Dumará.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio (2002). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900* (5. ed). São Paulo: Escuta, EDUC.

FILOSOFIA E IDÉIAS (2005). *Édipo Rei*. Recuperado em 21 set 2005: http://www.geocities.com/Athens/4539/edipo.html.

FLEIG, Mário.(1999).In: MACHADO, Jorge Antonio Torres (Org). *Filosofia e Psicanálise em diálogo* (pp. 75-96). Porto Alegre: EDIPUCRS.

FONTENELLE, Isleide Arruda (2002). *O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável*.São Paulo: Boitempo.

FORBES, Jorge (2005).Jacques Marie Émile Lacan – O analista do futuro. *Viver Mente & Cérebro* (4), Coleção Memória da Psicanálise, 6 -13.

FREIRE COSTA, Jurandir (2004). *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond.

FREUD, Sigmund. (1974).Sobre *o início do tratamento: novas recomendações sobre a técnica da psicanálise.* Originalmente publicado em 1913.Título original: *Zur eileitung Der Behandlung*).

_____(1974).*Totem e Tabu*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1923 .Título original: *Totem und Tabu*).

_____(1974). *O Futuro de uma ilusão*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1927.Título original: *Die Zukunft Einer Illusion*).

_____(1974). *O mal estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1930 .Título original: *Das Unbehagen In Der Kultur*).

GABLER, Neal (1999*). Vida, o filme*. São Paulo: Companhia das Letras.

GADE, Christiane (1998). *Psicologia do Consumidor e da Propaganda*. São Paulo: EPU.

GALBRAITH, John Kenneth (1982). *A Era da Incerteza* (3. ed). São Paulo: Pioneira.

GORZ, André (1987). *Adeus ao proletariado- para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

GRISCHI, Carmem L (2000). Trabalho, tempo e subjetividade: reestruturação do trabalho bancário. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GRISCHI, Carmem L. I. & LAZZAROTTO, Gislei Romanzini (1998) Psicologia Social no Trabalho.In STREY, Marlene et al. *Psicologia social contemporânea* (pp. 230-240) (2. ed). Petrópolis, RJ: Vozes.

HEGEL, G W. F. (1992) *Fenomenologia do Espírito*. (parte 1). Petrópolis: Vozes. (Texto originalmente publicado em 1807. Título original: *Phänamoenologie des Geistes*)

HELOANI, Roberto (1999). A identidade do psicólogo do trabalho em tempos de globalização. *Cadernos de Psicologia Social do trabalho*, 2(1)48-51.

HOBSBAWM, Eric J. (1995) *A era dos extremos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

HUBERMAN, Leo (1976). *A história da riqueza do homem* (11. ed). Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1959. Título original: *Man's Worldly Goods*).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2002) *Censo 2000*. Recuperado em 14 ago de 2004: http:// www.ibge.gov.br/censo2000.

ITANI, Alice (1997). *Subterrâneos do trabalho: imaginário tecnológico do cotidiano*. São Paulo: Hucitec.

JACQUES, Maria da Graça (2002). "doença dos nervos": uma expressão da relação entre saúde/doença mental. In JACQUES, Maria da Graça e CODO, Wanderley (orgs). *Saúde Mental e Trabalho: leituras* (pp.98-111). Petrópolis, RJ: Vozes.

_____ (1988). Por que Psicologia do Trabalho? Em busca de dimensões substantivas e totalizantes. In PSICO, Porto Alegre, v.15, n. 1, p. 71-76.

JAMESON, Frederic (1985). *Pós Modernidade e Sociedade de Consumo*. In Novos Estudos Cebrap, (12), 1985.

_____(2000). *Pós Modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio* (2. ed). São Paulo: Ática.

JERUSALINSKY, Alfredo (1997). In FLEIG, Mario (Org). *Psicanálise e sintoma social* (pp. 13-26). (2.ed). São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos.

KARSAKLIAN, Eliane (2000). *Comportamento do Consumidor*. São Paulo: Atlas.

KAUFMANN, Pierre (1996). *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.

KEHL, Maria Rita (2005). Ética e Técnica. *Viver Mente & Cérebro* (4), Coleção Memória da Psicanálise, 46-49.

KÜNZEL, Jaqueline. Marketing, o avesso da psicanálise: um sintoma social? (1997). In FLEIG, Mario (Org). *Psicanálise e sintoma social* (pp.109-118). (2. ed). São Leopoldo: Ed UNISINOS.

LACAN, Jacques (1978) Du Discours Psychanalytique. In *Lacan in Italia 1953-1978* (pp 32-55). Milão: Le Salamandre.

_____(1985). *O seminário: livro 20: mais ainda* (2. ed). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1975. Título original: *Le Séminaire de Jacques Lacan. Livre XX: Encore*)

_____(1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In Lacan, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.(Originalmente publicado em 1966. Título original: *Écrits*)

_____ (1993). *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1974. Título original: *Télévision*)

_____ (1992). *O Seminário, livro 17: O avesso da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1991. Título original: *Le Séminaire de Jacques Lacan Livre XVII: L'envers de la psychanalyse*)

LAFARGUE, Paul (1883). *O direito à preguiça*. Recuperado em 30 mar. 2001. http://www.geocities.com/nucleo4/textos/lafargue.html

LAFER, Celso (1972/1979). Da dignidade da política: sobre Hanna Arendt. In ARENDT, Hanna. *Entre o Passado e o Futuro* (1954/1979). São Paulo: Perspectiva. Apresentação.

LANE, Silvia Tatiane Maurer.(1985).A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In LANE & CODO (Orgs). *Psicologia Social: O homem em movimento* (pp.10-19). (3. ed). São Paulo: Brasiliense.

LAURELL, Asa Cristina (Org). (1997). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo* (2. ed). São Paulo: Cortez.

LEITE, Marcio Peter de Souza (2005). A psicose como paradigma. *Viver Mente & Cérebro* (4), Coleção Memória da Psicanálise, 30-39.

_____(2001). *Psicanálise e sujeito moderno*. Mesa-redonda. Texto não publicado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LOSICER, Eduardo (2002). A Pro-cura da Subjetividade: a Organização pede Análise.In DAVEL, Eduardo e VASCONCELLOS, João (Orgs). *Recursos Humanos e Subjetividade* (pp. 68-79). (4. ed). Petrópolis, RJ: Vozes

MAIER, Corinne (2005). *Bom – dia, preguiça! A arte de fazer o menos possível na empresa: um livro divertido e cínico sobre o ambiente corporativo*. Rio de Janeiro: Elsevier.

MAINGUENEAU, Dominique (1995). *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

MALVEZZI, Sigmar (1994). Do Taylorismo ao Comportamentalismo: 90 anos de desenvolvimento de recursos humanos. In: BOOG, G.(coord). *Manual de Treinamento e Desenvolvimento* (pp.15-34). São Paulo: Makron Books.

_____ (2000). *Psicologia organizacional: da administração científica à globalização: uma história de desafios*. II Congresso Sul Brasileiro de Psicologia. Curitiba. Texto não publicado.

MARCONDES, Pyr (2002). *Uma história da propaganda brasileira*. (2. ed) Rio de Janeiro:Ediouro.

MARCONDES FILHO, C. M. (1986*). Quem manipula quem? Poder e massa na industria da cultura e da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.

MARQUES, Juracy C. (1992). A construção da subjetividade e as mútuas influências na esfera do trabalho. *Psico*, 24(2), 119-132.

MASSOLO, Miguel (2000). Do inconsciente ao discurso. In ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo* (pp. 235-240). Porto Alegre: Artes e Ofícios.

MARQUES, Juracy C. (1992). A construção da subjetividade e as mútuas influências na esfera do trabalho. *Psico*, 24(2), 119-132.

MARX, Karl (1983*). O Capital - crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural. (Texto originalmente publicado em 1867. Título original: *Das Kapital – Kritik er politischen Ökonomie*).

MELLO, Solange Maria Torres (2000). *Trabalho: Sintoma ou sublimação*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade São Paulo, São Paulo.

MELLO, Sylvia Leser (1999). Sobre a comemoração do primeiro de maio. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 2 (1), 52-4.

MELMAN, Charles (2003). *O homem sem gravidade*: *gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

MENDES, Jerônimo (2005).*Oh, mundo cãoporativo!* São Paulo: Qualitymark.

MENDONÇA, S (1995). *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna.

MILLER, Jacques- Allan (1996). *Matemas I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

OFFE, Claus (1985). *Capitalismo Desorganizado.* São Paulo: Brasiliense.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de & MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (Org).(1996). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta.

OLIVEIRA, C. Lucia M. Valladares de (2005). Atualidade de um trágico barroco. *Viver Mente & Cérebro* (4), Coleção Memória da Psicanálise, 74-81.

PACHECO FILHO, Raul Albano. O conhecimento da sociedade e da cultura: a contribuição da psicanálise. *Psicologia e Sociedade*; 9 (1/2); 124-138; jan/dez. 1997.

PESSIN, Liane e PAULON, Simone M(1988). Sedução e Sadismo nas organizações de trabalho. In FLEIG, Mário (Org). *Psicanálise e Sintoma Social I* (pp 176-86). São Leopoldo: Editora Unisinos.

PILAGALLO, Oscar (2000). *A aventura do dinheiro*: uma crônica da história milenar da moeda. São Paulo: Publifolha.

PLATÃO (1965). *A República* (pp.105-143). (Vol 2). São Paulo: Difusão Européia do Livro.

POCHMANN, Marcio (2000). *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século* (2. ed). São Paulo: Contexto.

_____(2001). *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto.

_____(2001). *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo.

RADFAHRER, Luli (2005). *A arte da guerra para quem mexeu no queijo do pai rico: uma análise pungente da (ir)realidade corporativa*. São Paulo: Planeta.

REGNER, Roberta Fischer (1997). *O trabalhador e subjetividade na organização*: do desejo eclipsado ao desejo instrumentalizado. Dissertação de Mestrado. Faculdade dos Meios de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RODRIGUES, Arakcy Martins (1999). Entrevista a Leny Sato e Fabio Oliveira. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 2 (1), 73-84.

ROUDINESCO, Elisabeth (2004). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____e PLON, Michel (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

RÜDIGER, Francisco R (1996). *Literatura de auto-ajuda e individualismo*: *contribuição ao estudo da subjetividade na cultura de massa contemporânea*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS.

SANDOVAL, Salvador (1994). *Os trabalhadores param*. São Paulo: Ática.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1999). *Pela mão de Alice* (6. ed). São Paulo: Cortez.

SARAMAGO, José (2000). *A caverna*. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHILLING, Voltaire (2005). *O drama do príncipe Hamlet*. Recuperado em 21 set 2005: http://educaterra.terra.com.br/voltaire/artigos/quixote_hamlet.html.

SILVEIRA e DORAY (Orgs).(1989). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade* (pp. 62-76). São Paulo: Vértice.

SPINK, Peter K. (1996) A organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. In: *Psicologia & Sociedade*, 8 (1):174-192.

SOUZA, Enéas Costa (2000).O discurso capitalista. In. ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo* (pp. 241-244). Porto Alegre: Artes e Ofícios.

STREY, Marlene Neves (et al)(1998). *Psicologia Social Contemporânea: livro texto* (pp. 7-16) (2ª ed). Petrópolis, RJ: Vozes.

VALAS, Patrick (2001). *As dimensões do gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

VOLNOVICH, Jorge Ruben (2002). Subjetividade e Organizações: O Discurso Neoliberal. In DAVEL, Eduardo e VASCONCELLOS, João (Orgs). *Recursos Humanos e Subjetividade* (pp. 61-67). (4. ed). Petrópolis, RJ: Vozes.

WEATHERFORD, Jack (1999). *A Historia do Dinheiro* (2. ed). São Paulo: Negócio.

WELLAUSEN, Araré. *Consumismo*; origem em cada um de nós. Porto Alegre: Tchê.

ZILIOTTO, Denise (2005). A Psicologia Organizacional e seu (Dis) Curso Social. In *Práxis*, 1(2), 45-52.

_____(Org).(2003). *O Consumidor:objeto da cultura*. Petrópolis: Vozes.